

MARE NOSTRUM

Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo



Ano 2011

Número 2

ISSN: 2177-4218

Uma publicação do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano e o Mediterrâneo Antigo - Universidade de São Paulo

**MARE NOSTRUM.
ESTUDOS SOBRE O MEDITERRÂNEO ANTIGO**

2011, NÚMERO 02

ISSN: 2177-4218

Sumário

I. Editorial.....	iii
-------------------	-----

II. Artigos

1. Plínio, o Antigo, e a Descrição de Roma como Capital do Mundo (Mediterrâneo?) <i>Ivana Lopes Teixeira</i>	1
2. O estrangeiro e o autóctone: Dionísio no Mediterrâneo <i>Leandro Mendonça Barbosa</i>	20
3. O posicionamento farisaico e essênio frente ao domínio romano na Judeia <i>Jorwan Gama da Costa Junior</i>	41
4. Romanização e os Séculos XX e XXI: a Dissolução de um Conceito <i>Bruno dos Santos Silva</i>	57

III. Ensaios

1. O Mediterrâneo e a História Antiga <i>William V. Harris</i>	76
--	----

IV. Resenhas

1. Jonathan M. Hall. <i>A History of the Archaic Greek World ca. 1200-479 BCE</i> <i>Juliana Caldeira Monzani</i>	113
2. Bryan Ward-Perkins. <i>The Fall of Rome and the End of Civilization</i> <i>Gustavo H. S. S. Sartin</i>	122
3. Chris Wickham. <i>Framing the Early Middle Ages: Europe and Mediterranean, 400-800</i> <i>Uiran Gebara da Silva</i>	125
4. Andrew Wallace-Hadrill. <i>Rome's Cultural Revolution</i> <i>Fabio Augusto Morales</i>	130

Editorial

Este é o segundo número da Revista Mare Nostrum – Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo. Esta edição apresenta alguns estudos diferentes entre si, tanto pela temática, quanto pelas abordagens. Mas ainda assim, os textos aqui apresentados tocam as problemáticas propostas pela revista, uns mais explicitamente, outros menos.

No artigo *Plínio, o Antigo, e a Descrição de Roma como capital do Mundo (Mediterrâneo?)* de Ivana Lopes Teixeira, a análise da fonte se faz tendo em vista discussão sobre os significados do Mediterrâneo para o projeto de poder imperial romano, sendo a Itália um eixo fundamental da integração da região. Já no artigo *O Estrangeiro e o Autótone – Dionísio no Mediterrâneo*, de Leandro Mendonça Barbosa, a integração das cidades antigas é discutida por meio do estudo sobre as narrativas do nascimento e viagens do deus Dionísio, possível representante da interação e simbiose entre as póleis helênicas e os estrangeiros. No texto de Jorwan Gama da Costa Junior, *O Posicionamento Farisaico e Essênio frente ao Domínio Romano*, a questão da resistência à integração é analisada a partir dos fundamentos culturais e políticos dos dois mais fortes grupos político-religiosos da elite judaica na Palestina, de forma a explicar as dificuldades da política imperial romana, recusada por motivos diferentes pelos dois grupos. Em *Romanização e os séculos XX e XXI*, Bruno dos Santos Silva faz uma revisão da historiografia sobre o conceito de *romanização*, ressaltando as mudanças de modelos e paradigmas pelas quais passaram os estudos e explicações sobre o domínio político e cultural dos romanos sobre os outros povos do Mediterrâneo e da Europa antiga.

Na seção laboratório desta edição, temos a tradução, realizada por Camila Zanon, do texto de W. V. Harris intitulado *O Mediterrâneo e a História Antiga*, originalmente publicado como capítulo inicial do livro *Rethinking the Mediterranean*, uma publicação dos trabalhos apresentados na conferência de mesmo nome na Universidade de Columbia, em 2001. W. V. Harris é *Shepherd Professor of History* e diretor do *Center for Ancient Mediterranean* na Universidade de Columbia. O texto de Harris realiza uma avaliação crítica dos usos recentes da ideia de Mediterrâneo pela historiografia da Antiguidade, centrando suas atenções no impacto que o livro *Corrupting Sea* de Nicholas Purcell e Peregrine Horden teve sobre no começo do século XXI. Acreditamos ser um bom ponto de partida para o debate sobre o papel da ideia de Mediterrâneo nos processos de integração e criação de fronteiras que estão por trás das

formas de história com as quais a academia no Brasil está mais acostumada, como História Antiga, Antiguidade, ou Mundo Greco-Romano.

E por fim quatro resenhas: do livro de John M. Hall, *A History of the Archaic Greek World*, resenhado por Juliana C. Monzani; de Bryan Ward-Perkins, *The Fall of Rome and the End of Civilization*, por Gustavo Sartin; de Chris Wickham, *Framing the Early Middle Ages*, por Uiran Gebara da Silva; e de Andrew Wallace-Hadrill, *Rome's Cultural Revolution*, por Fábio Augusto Morales. Todas as obras resenhadas são estudos recentes e de grande fôlego ou perspicácia que tentam lidar com processos de integração e crise nas sociedades do Mediterrâneo Antigo.

PLÍNIO, O ANTIGO, E A DESCRIÇÃO DE ROMA COMO CAPITAL DO MUNDO (MEDITERRÂNEO?)¹

Ivana Lopes Teixeira²

RESUMO: O objetivo deste artigo, “Plínio, o Antigo, e a descrição de Roma como capital do mundo (Mediterrâneo?)” é apresentar algumas considerações de Plínio, o Antigo, sobre a cidade de Roma como capital do mundo e da Itália como centro do Império Romano, a partir da leitura da *História Natural*, relacionando estas considerações a alguns paradigmas historiográficos sobre o mundo clássico e mediterrânico. Parte destas considerações dizem respeito à pesquisa de doutorado em desenvolvimento na FFLCH/USP, sob orientação do Prof. Dr. Norberto L. Guarinello, denominada “A noção de identidade romana em Plínio, o Antigo, e a *História Natural* como um ‘projeto’ político-pedagógico”, e parte é fruto dos encontros do Laboratório de Estudos do Império Romano e Mediterrâneo Antigo, LEIR-MA/USP, em torno da problemática das fronteiras e da integração dos povos antigos no/do Mediterrâneo, como paradigma historiográfico.

PALAVRAS-CHAVE: Plínio, o Antigo - Roma - Itália - Império – Mediterrâneo.

ABSTRACT: The aims of this paper is to present some of Pliny the Elder’s reflections on the city of Rome as the capital of the world and of Italy as the center of the Roman empire, based on readings of the Pliny’s *Natural History*. It also aims to connect Pliny’s reflections with some historiographical paradigms on the Classical World and the Mediterranean. Part of the thoughts expressed in this paper come from a PhD. level research, called “The Notion of Roman Identity in Pliny the Elder, and the *Natural History* as political-pedagogic ‘project’” developed at the Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, in the Universidade de São Paulo, under the supervision of Prof. Dr. Norberto L. Guarinello. The other part is a result from the debates over the problematic of the boundaries and the processes of integration of Ancient peoples in the History in/of the Mediterranean, that took place at the meetings of the Laboratório de Estudos do Império Romano e Mediterrâneo Antigo, LEIR-MA/USP.

KEY-WORDS: Pliny the Elder, Rome, Italy, Empire, Mediterranean.

O objetivo desta comunicação é apresentar algumas considerações de Plínio, o Antigo, (23-24 a 79 d.C) a partir da *História Natural* (44 a 77 d.C), sobre a cidade de Roma como capital do mundo e da Itália como centro do Império Romano, relacionando estas considerações com a problemática das fronteiras e da integração dos povos antigos no/do Mediterrâneo, como paradigmas historiográficos sobre o mundo

¹Texto apresentado no III Encontro do Laboratório de Estudos do Império Romano e Mediterrâneo Antigo, LEIR-MA/USP, “Como assim Mediterrâneo? Integração e fronteiras no Mediterrâneo Antigo”, realizado no Anfiteatro do departamento de História da FFLCH/USP, em 14 e 15 de outubro de 2010.

² Doutoranda em História Social pela FFLCH-USP; membro do Laboratório de Estudos do Império Romano e Mediterrâneo Antigo (Leir-MA/USP).

clássico e mediterrânico. Consideramos interessante apresentar uma introdução sobre as ideias de Horden e Purcell (2000) que propuseram repensar o mundo antigo a partir do paradigma do Mediterrâneo como centro de integração e conectividade e, posteriormente, cotejá-lo com a obra de Plínio, o Antigo, a *História Natural*.

Horden & Purcell e o Mediterrâneo

O Mediterrâneo como expressão geográfica remonta aos gregos, que descreveram o mar como um grande rio central, essencial para a navegação e para a comunicação, mas somente no Império Romano surgiu o termo Mar Mediterrâneo; geógrafos árabes o descreveram como uma unidade, responsável pela comunicação e integração das cidades e povos litorâneos, e historiadores gregos apontaram a importância das talassocracias na região mediterrânea, na formação dos primeiros Estados e civilizações, no desenvolvimento da agricultura e da redistribuição de recursos possibilitada pelo mar, e no esforço destas em controlar as comunicações pelo mar e os mercados ou áreas de troca entre cidades (Horden e Purcell, 2000).

Horden e Purcell (2000) propuseram uma nova abordagem da história do mundo mediterrânico antigo e medieval, a partir do trabalho de Fernand Braudel (1972), *O Mediterrâneo e o Mundo mediterrânico no tempo de Filipe II*, que apontara para uma unidade do Mediterrâneo no tempo e no espaço, numa longa duração. Se esta unidade existiu, Horden e Purcell se perguntaram como ela subsistiu e em quais aspectos o Mediterrâneo possuiria unidade, não através da geo-história braudeliana, mas através do estudo das microecologias do Mediterrâneo e suas inter-relações essenciais na elaboração de uma análise da unidade em torno do Mediterrâneo. Ambos propuseram uma história do Mediterrâneo que pressuporia uma compreensão do ambiente, formado por uma complexa interação dos fatores físicos e humanos em sua totalidade; e neste sentido, apontaram como primeira dificuldade a delimitação da cronologia, ou da história do Mediterrâneo desde quando, e da área de estudo, ou que seria o Mediterrâneo; e uma definição de unidade mediterrânea relacionada a facilidade de comunicação pelo mar, que propiciaria a integração, e aos aspectos físicos comuns, ou seja, uma ecologia mediterrânica.

Neste sentido, a proposta dos autores parte do estudo da ecologia física e humana do mundo mediterrânico antigo e medieval, e se baseia muito nas ideias de Rappaport (1968), que propôs uma análise ecológica da sociedade humana, onde a

população é vista segundo critérios ecológicos, e o homem é visto como um organismo animal integrado ao ambiente; apesar das dificuldades de se delimitar as comunidades mediterrâneas, grandes e fluídas, segundo esta ecologia de sistemas. Os autores agregam a essa ecologia humana o contexto histórico, isto é, integram uma abordagem interacionista com a ecológica para investigar a unidade no espaço e as continuidades no tempo no mundo mediterrânico, segundo uma história ecológica ou ecologia histórica. Para aplicar esta interpretação ecológico-histórica e empreender uma análise das intensas variedades locais das microecologias mediterrânicas, estabeleceram uma definição de microecologia ou nicho ecológico, como uma localidade definida, e apontaram para uma enorme fragmentação do mundo mediterrânico, que poderia ser descrito como um mosaico de microrregiões ou microecologias. Segundo Horden e Purcell, a abordagem microrregional permitiria analisar a transumância no Mundo Mediterrâneo, as rotas e as cidades, designadas por sua arquitetura distintiva e seu *status* legal, inseridas nas microecologias, e a comunicação e o comércio dentro das redes conectivas entre microrregiões num nicho macrorregional.

Para Horden e Purcell, as definições históricas dos assentamentos urbanos produzidas até o momento seriam falhas porque não enfocariam a variedade e mudança. O Mediterrâneo apresenta, enquanto macrorregião, uma enorme diversidade de ocupação, ou microrregião, e há uma grande dificuldade de se distinguir claramente os tipos de assentamento. A sociologia urbana e histórica clássica, representada por Pirenne, Marx, Sombart e Max Weber, e a historiografia moderna definiram cidade como um tipo de espaço, uma entidade social genérica, de tal forma que a variável urbana permanece definida sem rigor suficiente. Segundo os autores, a definição de cidade deveria ser apreendida da microecologia, o lugar de contato entre diferentes ecologias (Horden e Purcell, 2000: 100-101). As tipologias e categorias clássicas não seriam suficientes para explicar o fenômeno urbano, por causa dos contatos centro-periferia e da hierarquia dos assentamentos. O fenômeno urbano deveria ser avaliado segundo o lugar central, em termos de produção e circulação de mercadorias e serviços, ou cidade como centro consumidor, e de população. Por isso, segundo os autores, o conceito de assentamento ecológico seria mais significativo, ao desconstruir a cidade como categoria inserindo-a como assentamento ecológico nas microecologias do Mundo Mediterrâneo, sobretudo, porque a cidade mediterrânea antiga não se opõe ao campo.

A norma entre os assentamentos antigos no Mediterrâneo era a cidade costeira ou lacustre, dispersa e mutável, que se caracterizava pelo tamanho, aristocracia, elite religiosa ou mercantil no poder, e pela necessária autossuficiência, tendo em vista os problemas da escassez de recursos. Com relação aos assentamentos mediterrânicos autárquicos, pode-se dizer que a autossuficiência era o ideal por causa da sobrevivência, com exceção das megalópoles ou das cidades portuárias. Segundo Horden e Purcell, nas ecologias mediterrânicas a produção e redistribuição foram inseparáveis e o ideal de autarquia aristotélico foi diferente da realidade econômica das cidades-estados. Os pequenos lugares de produção e consumo, as microecologias, integravam uma rede complexa de relações e interações ou conectividades, que por analogia podem ser pensadas entre família e cidade, microcosmo e macrocosmo dos assentamentos urbanos. Ambos enfatizam que, num contexto interpretativo, a história das vilas, cidades e rotas do Mediterrâneo deveria ser compreendida a partir das conexões entre as microrregiões. As conectividades dentro e entre as microecologias produziram, grosso modo, as rotas ou as linhas de comunicação, e o mar Mediterrâneo seria o principal agente de conectividade entre as microecologias, por causa dos corredores marítimos e fluviais que teriam uma contribuição crucial para as conexões entre as microrregiões do mundo mediterrânico. Para Horden e Purcell, as trocas econômicas no Mediterrâneo podem ser analisadas através dessas redes de conexões entre microrregiões, ou segundo uma abordagem histórico-ecológica, mais adequadamente do que segundo a narrativa econômica convencional. O mar Mediterrâneo seria uma macrorregião que agregaria várias microrregiões, ou seja, a totalidade ou unidade mediterrânica seria a fragmentação, e o Mediterrâneo seria um mosaico de microrregiões interconectadas pelo mar, que possibilitaria uma variedade de formas de comunicação. Nesse sentido, a história dos sistemas de alimentação do Mediterrâneo, ou seja, sua agricultura estaria baseada em imperativos de sobrevivência, como diversidade, mercado e redistribuição. A diversidade das paisagens mediterrânicas ou microecologias possibilitaria, segundo Horden e Purcell, uma abordagem holística, orgânica e ecológica, do sistema agrícola, ou uma nova história econômica ecológica, construída a partir de novas abordagens como a arqueologia da paisagem, a etnografia e as fontes literárias, para a análise das conexões entre essa diversidade, mercado e redistribuição nas microrregiões ou microecologias do Mediterrâneo.

Segundo Horden e Purcell, o mundo mediterrânico foi um mundo de diversidades climáticas, geomorfológicas e hidrológicas, de paisagens, como florestas e

pântanos, diversidade entre áreas de pesca e de criação de animais, paisagens desérticas ou semiáridas e de produção de cereais, pomares e jardins, que descreveriam microecologias marginais. Mas a questão central, segundo os autores, seria a discussão da mudança dessas diversidades e do sistema agrário, incluindo o uso da tecnologia, do cultivo em terraços, da irrigação e da diversidade de plantas cultivadas. Além da análise da mudança do modelo, importa entender por que há o decréscimo ou intensificação da produção, relacionada à adaptabilidade ou não ao trabalho, ao mercado e a redistribuição da produção. Segundo Horden e Purcell, o mundo mediterrâneo apresentaria ainda uma série de variáveis de instabilidade que ampliariam as diversidades produtivas, como terremotos, tempestades, processos de sedimentação, e processos antropogênicos, como desflorestamentos.

O Mediterrâneo antigo foi o lugar da mobilidade de mercadorias e pessoas, inseridas em diversidades étnicas e culturais, através de redes de redistribuição que conectavam variedade, especialização e escolhas, transferindo recursos de uma microrregião à outra. A rede de conexões representada pelos inúmeros santuários dispersos pelas microrregiões ou microecologias, do Mundo Mediterrâneo contribuiria tanto para os estudos de história da religião como para a compreensão das continuidades e sobrevivências no tempo e no espaço, através da análise das relações entre religião e paisagem. Em síntese podemos afirmar que o trabalho de Horden e Purcell (2000) propõe um estudo do Mediterrâneo antigo e medieval, baseado na Geo-história, na ecologia humana e nas contribuições da arqueologia, sobretudo a arqueologia da paisagem e a Etnoarqueologia. O Mediterrâneo seria constituído por inúmeras microecologias, comunidades circunscritas, conectadas numa macroecologia, ou uma sociedade sem fronteiras. Para circunscrever o problema, a existência de uma unidade do Mediterrâneo no tempo e no espaço, sua sobrevivência e continuidades, Horden e Purcell partem dos pressupostos da discussão historiográfica e do conceito de longa duração, depois apresentam seu modelo teórico, uma história ecológica, e o aplicam a paisagem mediterrânea, confrontando dados geo-históricos, arqueológicos e a Literatura Antiga, e concluem que a densa fragmentação do mundo mediterrânico, microecologias, compõe sua unidade ou totalidade, macroecologia, no tempo e no espaço.

Quanto à cidade antiga os autores referem-se ao termo quando discorrem sobre a definição de cidade como autarquia (Horden e Purcell, 2000: 119-120). Para ambos a cidade estaria inserida ou diluída no contexto das microrregiões ou microecologias, e as definições ou conceituações de cidade até o momento são inadequadas e não explicam o

fenômeno urbano, porque a cidade antiga seria a soma da área agrícola e do centro urbano, e mais que centro político ou comercial a cidade poderia ser definida por sua importância como centro religioso (Horden & Purcell, 2000: 110).

Parece-nos, no entanto, que se trata de outro olhar sobre o fenômeno urbano, o olhar da ecologia humana³, que partindo de premissas ecológicas, geo-históricas, literárias e arqueológicas, reconstrói um sistema na forma de síntese, que não invalida os conceitos de cidade, como os de Pirenne, Marx, Sombart e Max Weber, por exemplo, sem mencionar definições políticas do espaço urbano como as de Aristóteles, ou influenciadas por ele, como Cícero. Se considerarmos a definição de cidade de Horden e Purcell (2000: 100) como o lugar de contato entre diferentes ecologias ou assentamento ecológico, o conceito ou categoria permanece indefinido, por ser tão impreciso quanto às definições dos sociólogos urbanos e historiadores clássicos. As definições destes do fenômeno urbano não podem ser avaliadas em termos de verdadeiro ou falso, mas enquanto válidas ou não, isto é, são diferentes, mas não excludentes entre si; apenas o enfoque é outro; são olhares diferentes sobre o mesmo objeto.

Igualmente, quando discorrem sobre a definição da cidade como uma autarquia (Horden e Purcell, 2000: 115), a crítica de que a prática tem sido deduzida da retórica, como persistência de um ideal, parece-nos arbitrária impondo a ideia de que a retórica seria apenas discurso e ideal. De sua parte, Lausberg (1967) considera que mais que discurso e disciplina escolar, a retórica seria um sistema lógico de pensamento, uma via de compreensão do mundo, apreendida por via empírica. Assim, as imagens da cidade produzidas nos discursos, não são simplesmente imagens ideais, são imagens construídas empiricamente, ou seja, relacionadas ao real.

Além disso, parece-nos contraditório apontar as pretensões de uma historiografia que objetiva uma interpretação total da história, como a Escola dos *Annales*, o

³ Segundo Ciro Flamarion Cardoso (1988): “O termo ecologia foi utilizado pela primeira vez pelo zoólogo alemão Ernest Haeckel, em 1869, para designar o estudo das relações das plantas e animais com o meio ambiente, tanto orgânico quanto inorgânico, em que se desenvolvem. Desde o começo, então, a ecologia aparece como uma disciplina de síntese, que depende de dados de outras ciências. (...) Em geral se reconhece a existência de três grandes subdivisões da Ecologia: Auto-ecologia, ou seja, as relações de um único ser orgânico com o meio ambiente; Demoecologia, que é o estudo do conjunto de uma espécie ou população dada, animal ou vegetal, em seus fatores internos (...), e em suas relações com o meio físico e com outras populações; finalmente, a Sinecologia, que se ocupa dos ecossistemas, ou seja, da visão de conjunto do meio ambiente físico em todos os seus aspectos e da totalidade dos seres vivos que nele vivem, considerando todos os intercâmbios possíveis (...) os quais constituem a “economia” do ecossistema. A Ecologia Humana exige a introdução de outros elementos, já que o homem, através da tecnologia, pode modificar radical e sistematicamente os ciclos típicos dos diversos ecossistemas. Assim, nos estudos de Ecologia Humana se distinguem três subconjuntos: 1) o meio natural (...); 2) as estruturas tecnológicas criadas pelo homem; 3) o meio social.” (Cardoso; 1988: 53).

marxismo, a *New Archaeology*, quando levamos em consideração que a proposta dos autores de uma história ecológica, mesmo que enfoque as microecologias, acaba por remeter a uma macroecologia ou a uma unidade ou totalidade da fragmentação do mundo Mediterrâneo.

O mérito da abordagem de Horden e Purcell está nos usos da arqueologia e da literatura antiga associados à ecologia histórica como modelo interpretativo, porque o meio ambiente raramente é agregado ao sistema tecnológico e ao meio social na produção de uma síntese efetiva; e mesmo na visão do Mediterrâneo antigo e medieval como uma unidade densamente fragmentada, um mosaico, lugar da mobilidade de mercadorias e pessoas, inseridas em culturas e etnias diversas, através de redes de redistribuição que conectavam variedade, especialização e escolhas, transferindo recursos, artes e ideias de uma microrregião à outra. Apesar disto, permanece em aberto a questão da centralidade do Mediterrâneo como área de (des)integração e conectividade de povos e civilizações dispersas no mundo antigo e medieval.

Plínio, o Antigo, e o Mediterrâneo

Plínio, o Antigo, escreveu no século I d.C. a *História Natural*⁴, obra em 37 livros, também conhecida como “Enciclopédia”, que reuniu os conhecimentos gregos e romanos sobre a totalidade da natureza ou do mundo natural conhecido no sentido da sua aplicabilidade ou utilidade para a vida civilizada; incluindo a geografia e os povos dominados pelo Império sob o governo dos Flávios. Plínio escreveu no prefácio da HN que seus 37 livros constituiriam um armazém de conhecimentos, uma memória (*thesauros*) da vida ou uma história da natureza nunca antes empreendida (HN 1, § 12-13)⁵.

Sua descrição do mundo natural conhecido baseou-se na compilação e na confrontação entre fontes, que ele indicou e dividiu em autoridades internas romanas e externas ou gregas. O tema narrado foi o mundo natural trabalhado pelas artes técnicas (HN 1, § 8-9), e ao descrevê-lo Plínio compôs um texto que apresenta um valor excepcional de documento histórico sobre o Império no século I d.C.

⁴ Adotaremos a abreviação HN para nos referirmos a *História Natural* de Plínio, o Antigo.

⁵ As edições da *História Natural* utilizadas na pesquisa são as da *Loeb Classical Library* (latim e inglês) e as da *Les Belles Lettres* (latim e francês). As indicações dos livros e das páginas citadas da *Historia Natural* de Plínio correspondem a edição da *The Loeb Classical Library*, 1991, reimpressão da edição revisada de 1949. Utilizamos paralelamente a edição francesa *Budé, Les Belles Lettres*, para cotejo do texto, não para citação. Todas as traduções de Plínio neste texto feitas a partir da *Loeb Classical Library*.

O conceito de natureza para Plínio era complexo e amplo e incluía o mundo natural cultivado: as cidades, as vilas, os jardins, os pomares, além da natureza propriamente dita e uma cosmologia⁶. Cultura e natureza se confundiam e constituíam uma entidade única. Plínio partiu da descrição do cosmos para a da geografia (terras, mares e rios), após a descrição das terras descreveu o homem, animais (zoologia), plantas (botânica) e minerais⁷, convertidos em domínios culturais e apresentados na HN segundo sua utilidade⁸ (Della Corte; 1978; 1982).

As descrições das artes, das técnicas e dos saberes aparecem como digressões que compõem o esquema lógico do texto; estas permitiram que Plínio colocasse o homem no centro do mundo natural; a natureza foi louvada, mas o ordenamento do texto foi antropocêntrico e centralizador: dos povos do império aos povos itálicos e aos romanos, das províncias a Itália, das cidades a cidade de Roma. Plínio construiu uma rede de relações entre a natureza e a cultura (as cidades, sua arquitetura, suas esculturas e pinturas, a medicina, a agricultura, ou seja, os saberes técnicos da vida civilizada) e os romanos foram descritos como os responsáveis por convertê-las em bem comum. Plínio utilizou e associou fontes textuais gregas e romanas, num esquema evolutivo construído em progressões dos gregos aos romanos.

Para descrever esta natureza cultivada imperial Plínio recorreu à retórica de gênero epidítico (mais ou menos, grande ou pequeno), se utilizando da comparação amplificante ou *exemplum* para exaltação do seu tema. A aparente acumulação caótica de dados da HN levou muitos estudiosos a compararem o texto a uma mina, onde era preciso separar o material bruto do fino, mas esta imagem é simplista e equivocada (Carey, 2002). As fontes de Plínio foram reelaboradas ou mesmo controladas por ele, dentro de um planejamento coerente, de uma retórica raciocinada, ou como alguns estudiosos têm apontado mais recentemente, dentro de um projeto estruturado. A HN

⁶ Sua noção de natureza incluía também uma cosmologia baseada em três axiomas diferentes: a filosofia jônica (baseada nos quatro elementos: água, ar, fogo, terra), o estoicismo (a idéia de concórdia universal) e a escola pitagórica (a idéia de eternidade). A natureza de Plínio equivalia a deus, ou melhor, a deusa mãe natureza.

⁷ Sconocchia (1985) vê esta estruturação num tripé: prefácio - índice - texto, encontrado na tradição científica e enciclopédica romana de Valerius Soranus, Scribonius Largus, Celso e Aulo Gélcio, que prevaleceu até a Alta Idade Média.

⁸ Rommer (1984) afirma, a partir do estudo do livro VII da *História Natural*, que Plínio organizou seu texto de acordo com estratos bem definidos: 1) do II ao VI cosmologia e geografia (mundo inanimado), 2) do VII ao XI antropologia e zoologia (homem e animais), 3) do XII ao XIX botânica e agricultura, 4) do XX ao XXVII botânica e medicina, 5) do XXVIII ao XXXII homens e animais (olhar terapêutico), 6) do XXXIII ao XXXVII metais e minerais (matéria inanimada). E dentro de uma simetria que associou por analogia 3 e 4 (reino vegetal), 2 e 5 (reino humano e animal) e 1 e 6 (matéria inanimada que enquadra o todo). A estrutura apontada por Della Corte (1982) parece-nos mais adequada que esta de Rommer.

constitui um *corpus* historicamente bem datado, produzido num meio cultural específico⁹.

Plínio, o antigo, não recebia passivamente informações livrescas, criticava-as, fazia observações pessoais, confrontava fontes diversas. Embora suas descrições da natureza se baseassem mais na leitura de autores, que na observação direta do mundo natural, Plínio se esforçou por apresentar o estado mais recente dos conhecimentos (Della Corte, 1982; Serbat, 1984).

A descrição da cidade de Roma e da Itália como centros do poder imperial aparecem em vários momentos na HN, mas isto ocorre com mais ênfase no livro 3 da geografia da Itália e nos livros 33, 34, 35, 36 e 37 sobre os minerais, que apresentam digressões sobre a história da moeda e das artes da arquitetura, da escultura e da pintura no mundo greco-romano.

No livro 3, Plínio, o Antigo, inicia a sua descrição da geografia do mundo, que ocupa também os livros 4, 5 e 6, escreve:

“Tantas são as disposições e maravilhas da terra, das águas e das estrelas e a ordem e dimensões do universo.” (3, § 1)

“A totalidade do círculo terrestre está dividida em três partes, Europa, África e Ásia. O ponto inicial é o Estreito de Gibraltar, onde o oceano Atlântico irrompe e espalha-se para longe da costa do Mediterrâneo (*maria interiora*). A direita, entrando pelo oceano, está a África, e a esquerda a Europa, com a Ásia entre elas, cujas fronteiras são os rios Nilo (Egito) e Don (Rússia).” (3, § 3)

“Começo com a Europa, nutridora do povo que tem conquistado todos os povos, e de longe a mais bela (graciosa, agradável) porção da terra, que muitas autoridades, não sem razão, têm reconhecido não ser a terceira parte, mas a metade do mundo, dividindo a totalidade do universo em duas porções (por uma linha imaginária) do rio Don ao Estreito de Gibraltar.” (3, § 5)

Em seguida, Plínio descreve a península da Espanha incluindo a Lusitânia, depois a Gália e depois a Itália (HN 3, § 38-138). Ao iniciar a descrição da geografia da Itália, escreve:

⁹ Koves-Zulauf (1978) afirma que para além dos inumeráveis dados a *História Natural* foi bastante estruturada em torno das concepções religiosas de Plínio, que partilha da teoria da magia simpática, mas apresenta uma atitude negativa quanto aos cultos estrangeiros em Roma, criticando a superstição a partir de conceitos morais.

“Após isto vem à Itália, o primeiro povo sendo os Ligúrios, depois a Etrúria, a Úmbria e o Lácio, onde esta a foz do Tibre e Roma, a capital do mundo (Roma terrarum caput), dezesseis milhas do mar.” (3, § 38)

“(Eu) estou bem consciente que posso, com justiça, ser considerado ingrato e descuidado se descrever de forma casual e apressada uma terra que é, simultaneamente, a cria (filha, discípula) e a nutridora (mãe, mestre) de todas as outras terras, escolhida pela providencia dos deuses para fazer o céu, ele mesmo mais glorioso, para unir impérios dispersos, para criar costumes (usos, hábitos, modo de viver, ordem) polidos, para possibilitar o entendimento, através da comunhão da linguagem (persuadir pelo discurso por uma comunidade linguística), de discordantes e rústicos idiomas de tão variados povos (nações), para levar civilização à humanidade, numa palavra tornar o mundo uma só pátria de todos os povos.” (3, § 39-40).

“Nesta (pátria) a cidade de Roma sozinha (lacuna) (é) rosto e cabeça digna de glória!” (3, § 40).

Após o elogio incompleto sobre a cidade de Roma, Plínio prossegue com o elogio da Itália:

“Verdadeiramente neste lugar há vitalidade e salubridade o ano todo, clima temperado, campos férteis, colinas radiantes, veredas seguras, bosques sombreados, florestas produtivas, brisas de muitas montanhas, grande fertilidade de seus frutos, videiras e oliveiras, gloriosa lã de seus rebanhos, touros robustos, muitos lagos, riqueza de rios e mananciais; muitos mares, portos e o interior destas terras oferecem de todos os lados uma boa acolhida ao comércio (abertos de todos os lados ao comércio); elas mesmas correm (estas terras) avidamente para o mar como para ajudar¹⁰ a humanidade.” (3, § 41).

“Eu não falei do caráter e dos costumes dos seus povos, seus homens, os povos (as nações) que sua língua e força têm conquistado. Os gregos eles mesmos, um povo tão propenso a efusivas glórias (autoelogios), pronunciaram a sentença sobre esta terra conferindo a uma pequena parte dela o nome de Magna Grécia.” (3, § 42).

Na sua descrição da topografia da Itália Plínio escreve:

“Se fossemos mais longe e levássemos em conta a altura dos edifícios, seria formada uma estimativa que nos levaria a admitir que não haja cidade no mundo inteiro que possa ser comparada a Roma em magnitude¹¹.” (3, § 66-67).

Finalmente, na conclusão da sua descrição da Itália Plínio escreve:

¹⁰ *Tanquam iuvandos ad mortales ipsa avide in Maria procurrans* (HN 3, § 42). *Iuvandos* (de *Juvo*, *as*, *juvi*, *juvare*: socorrer, ajudar, auxiliar, patrocinar, assistir, aliviar, consolar).

¹¹ *Quod si quis altitudinem tectorum addat dignam profecto aestimationem concipiat fateaturque nullius urbis magnitudinem in toto orbe potuisse ei comparari* (HN 3, § 67).

“Esta é a Itália, terra sagrada para os deuses, e estes são seus povos e as cidades destes. (...) Ela não é inferior a nenhuma terra em abundância de produtos minerais de todo tipo, mas a mineração é proibida por uma antiga resolução do Senado que proíbe a exploração da Itália¹².” (3, § 138)

Nos livros 33 até 37, sobre os minerais e as artes derivadas destes como a cunhagem de moedas, gravação, escultura, arquitetura, pintura e cerâmica, Plínio descreve a cidade de Roma e suas artes em inúmeras passagens, e nas páginas finais do livro 37, último da HN, escreve:

“Agora que (eu) completei minha observação (exame) do trabalho da Natureza é certo que eu deveria fazer uma avaliação crítica de seus produtos como das terras que os produzem. Assim eu declaro que em todo o mundo, onde quer que a abóboda celeste alcance, não há terra tão bem suprida (adornada) com tudo que recebe da Natureza como a Itália. Regente e segunda mãe do mundo, com seus homens e mulheres, seus generais e soldados, seus escravos, sua proeminência nas artes, sua abundância de brilhantes talentos, e novamente sua posição geográfica, seu clima saudável e temperado, a facilidade de acesso que ela oferece a todos os povos, sua costa com inúmeros portos e bons ventos (que sopram dela). Todos estes benefícios ampliam-se por sua situação – uma terra que se projeta na direção mais vantajosa, o meio entre o Leste e o Oeste – e por seu abundante suprimento de água, salutares florestas, montanhas com caminhos, inofensivas criaturas selvagens, solos férteis e ricas pastagens. Em nenhum outro lugar o homem pode encontrar (está autorizado a esperar) mais excelência das coisas – grãos, vinho, azeite, lã, linho, tecido e gado. Mesmo a raça nativa de cavalos é preferível a outras para o adestramento. Em minérios, se ouro, prata, cobre ou ferro, nenhuma terra ultrapassava-a quando era lícito explorá-los.” (37, §201-202).

As passagens citadas permitem pensar sobre a importância da cidade de Roma e da província da Itália como referências ideológicas e de poder para a articulação econômica, política e cultural das demais províncias e cidades do Império. Há uma analogia entre a terra, o povo, a língua e a cultura com o bem, o racional, o melhor, a riqueza, a beleza, as bênçãos dos deuses e o maravilhoso. Para Plínio, a Natureza deu mais aos romanos porque coube a eles o governo e a civilização do mundo, para que eles se apropriassem, melhorassem e devolvessem as benesses aos outros povos como representando uma segunda Natureza.

Em contrapartida, em nenhum momento Plínio se refere abertamente ao mar Mediterrâneo como centro do mundo imperial greco-romano, suas definições sobre mar são de ordem geográfica: mar interior, mar inferior ou mar superior, dependendo da posição geográfica; e político-econômica: *Mare Nostrum*, a partir do momento em que o

¹² *Mettalorum omnium fertilitate nullis cedit terris; sed interdictum id vetere consulto patrum Italiae parci iubentium* (HN 3, § 138).

domínio do mar representou o domínio de povos além mar e uma via de integração destes ao império romano. Segundo Troussset e Leveau (2000), esta apropriação do espaço líquido mediterrâneo pelo poderio romano, que o transformou em *Mare Nostrum* ou espaço marítimo de um Império que se pretendia universal, não fez do mar mediterrâneo o centro do mundo imperial, como o Mediterrâneo de Braudel (1972) ou de Horden e Purcell (2000).

Para estes dois últimos, o Mediterrâneo seria uma unidade ou totalidade e que se contrapõe a Europa ou Ocidente ou Cristandade ou Islã, e se igualaria a Europa, África e Ásia (Oriente); e propõem que uma divisão leste-oeste seria mais racional do que uma distinção norte-sul, arbitrária, sobretudo, se pensarmos em termos do que foi o império Romano no Mediterrâneo, isto é, a fluidez das fronteiras e as interações centro-periferia que criaram amplos horizontes de comunicação. Os estudos mediterrânicos deveriam somar Europa, norte da África e Oriente Médio, sobretudo, porque o conceito de Oriente Médio (de 1902) seria insatisfatório para definir o mundo islâmico do norte da África ao sudoeste asiático.

Em Plínio, o Antigo, a referência para a definição do mundo imperial não foi o meio líquido, embora Plínio estivesse muito atento a importância dos mares e rios e a posição geográfica da Itália e de Roma; Plínio estava mais atento ao aspecto técnico, econômico e político de apropriação dos recursos do meio natural, inclusive do Mediterrâneo, e do próprio conhecimento como recurso.

Ele definiu a Europa (meridional) como a melhor metade do mundo, e a cidade de Roma e a Itália no centro como sínteses deste mundo, porque melhores, e as benesses da natureza confirmavam isso; os mares e os rios eram as vias que conectavam terras e povos das demais áreas imperiais, permitindo o comércio e o fluxo de mercadorias e pessoas ao centro do Império, mas não havia “Mundo Mediterrâneo” que correspondesse a uma macrorregião econômica e política, no sentido dado por Horden e Purcell (2000). Para estes, o mar Mediterrâneo seria uma macrorregião que agregaria várias microrregiões, ou seja, um mosaico de microrregiões interconectadas pelo mar, que possibilitaria uma variedade de formas de comunicação e mobilidade de mercadorias e pessoas¹³.

¹³ Ian Morris (2005) entende que o modelo de conectividade e movimento de pessoas, mercadorias e ideias no mundo Mediterrâneo antigo deveria ser pensado analogamente as teorias de globalização no mundo antigo, relacionando mudanças e continuidades, diferenças e similaridades.

Segundo Purcell (2005), autores como Políbio e Plínio, o Antigo, apontaram para a apropriação do Mediterrâneo pelos povos greco-romanos e para uma relativa homogeneização da cultura mediterrânea sob o Império romano, o que representou negociações entre identidades hegemônicas e identidades locais, relações de lealdade e integração e, simultaneamente, resistências à homogeneização, a ordem e ao controle social. Embora nem Políbio ou Plínio tenham desenvolvido um conceito de mediterrâneo nestes termos, ou seja, microrregiões integradas e conectadas por vias fluviais e marítimas a uma macrorregião que corresponderia ao Império Romano.

Plínio construiu seu discurso no centro do poder imperial a partir da cidade de Roma e da Itália, seguindo fontes romanas e gregas somadas às suas próprias ideias, criando uma rede de representações simbólicas e culturais sobre as quais a HN foi escrita. O processo de expansão de Roma e as guerras de conquista amplificaram a influência da cultura grega e helenística sobre as elites romanas. Este processo esteve associado à entrada de inúmeras obras de artífices grego-orientais em Roma, além de obras literárias, escolas filosóficas e costumes. Sob o impacto das conquistas anteriores ao Império, poetas e historiadores greco-romanos construíram uma ligação mítica entre romanos e gregos, tendo como base a fundação da cidade de Roma, e, nas palavras do poeta Horácio, a Grécia cativa capturou Roma. Simultaneamente, houve cidadãos preocupados com a penetração das ideias e dos costumes gregos e helenísticos em Roma e entre os romanos e a conseqüente corrupção dos valores mais tradicionais das famílias patrícias.

Neste processo, a conformação da cidade de Roma transformou-se profundamente associando cada vez mais *urbis* e *orbis*, e o advento do Império impôs a cidade um remodelamento arquitetônico sob Augusto, com as construções públicas e a estatuária relacionadas a um programa iconográfico que refletia o poder crescente de Roma sobre o mundo. Nos livros 34 e 36 da HN, Plínio descreve as maravilhas arquitetônicas e mesmo a profusão de estátuas em Roma, inclusive estatuária representativa de áreas geográficas e povos conquistados figurando lado a lado com imagens de cidadãos eminentes, como generais e imperadores, e a dificuldade de se apreender e apreciar tantos trabalhos de arte que floresciam sem limites junto às construções na cidade.

Igualmente, Plínio apresenta a cidade de Roma como centro político-econômico, cultural e estético, como modelo urbanístico e artístico. Roma é descrita como uma síntese do mundo, a Cosmópolis, uma cidade “museu”, *locus* de memória e referência

especial fundamental para o Império. Seus critérios narrativos e ideológicos conferiram a cidade de Roma um *status* privilegiado de espaço político e estético sob o império dos Flávios e, por analogia, eles também conferiram a HN o status de uma biblioteca síntese do Império, repositório da memória letrada do mundo greco-romano¹⁴.

No livro 3 da HN, sobre a geografia da Itália, Plínio propôs uma nova configuração e imagem para o centro do Império sob o domínio dos Flávios, que aproximou o programa construtivo e iconográfico de Vespasiano de Otávio Augusto, e que negava o modelo neroniano, criticado no livro 36 da HN ao lado do programa construtivo de Calígula, classificados por Plínio de insanos. Também no livro 3 (§ 66,67) Plínio descreveu as medições da cidade de Roma (novas regiões e uma zona aduaneira) realizadas por Vespasiano, que introduziram modificações a circunscrição executada sob Augusto e que teriam beneficiado a cidade como um todo, isto colocava Vespasiano e Augusto no mesmo patamar, os maiores, separando-o de imperadores menores.

Nos compêndios 33 até 37 sobre as artes técnicas, há uma relação entre imagem e memória e sociedade e luxúria, na passagem do governo de Nero ao de Vespasiano, considerando suas críticas a luxúria e a dissolução dos costumes e a apropriação da estatuária, como descrita por Plínio, para a glorificação do Estado¹⁵. Segundo Carey (2003), a apropriação da estatuária e sua distribuição espacial representavam, para Plínio, o testamento da grandeza do Império romano. A HN ressaltaria a visão unificada do mundo natural e cultural de Plínio, apresentada como uma totalidade onde as artes (cultura) são relacionadas à natureza, o que é grego relacionado ao que é romano, a austeridade opondo-se a luxúria, o governo do Flávios opondo-se a de seus antecessores.

Roma transformara-se por sucessivos remodelamentos e programas construtivos públicos, onde esculturas, pinturas, artefices, materiais e técnicas circulavam¹⁶ pelo espaço urbano. Esta retórica espaço-temporal operada pela arte oficial greco-romana construiu uma memória e uma imagem de grandiosidade do poder imperial,

¹⁴ WOOLF, G. & EDWARDS, 2003.

¹⁵ O universo da estatuária em Roma era imenso, havia quase tantas estátuas como seres vivos, e Roma fora abastecida por sucessivos espólios, de Sulla a Nero, e pela atividade dos colecionadores, que colecionavam qualquer coisa, diante disso Plínio faz uma seleção do que descrever e estabelece uma fronteira do olhar, que muitas vezes não corresponde às preceptivas da Roma da época.

¹⁶ Segundo Isager (2006; 2003; 1991) nos livros sobre as artes, ao empreender uma descrição dos materiais, das técnicas utilizadas e suas finalidades medicinais, industriais, além de arrolar artefices e obras, Plínio tratou também de designá-las espacialmente, ou seja, elas teriam um *locus* específico que cumpriria um papel social e, até mesmo, moral. Plínio fez uma descrição da arte escultórica apontando o “idealismo” nos trabalhos dos artefices durante a hegemonia política e cultural dos helênicos, e que apresentou um maior “realismo” no trabalho dos artefices sob o domínio político e cultural dos romanos. Na *História Natural* o Império romano é descrito como uma superação cultural dos romanos sobre os gregos.

incorporando simultaneamente os povos conquistados, e associando arte e governo. A HN descreveu as construções públicas e a estatuária greco-romana apropriadas por programas iconográficos no centro do poder como parte do processo de construção de identidades no Império. Como vimos nos trechos citados acima, Plínio afirmou a centralidade da cidade de Roma e da Itália no Império estabelecendo um olhar político sobre ambas. E podemos considerar que este apresentou uma ideia de identidade romana construída em relação a um ideal de arte grego “clássico” e um ideal político de príncipe, que associou a estatuária da Grécia “clássica” em Roma e o poder civil de Augusto, o gosto pelo “clássico” a uma visão “augusteana” de poder, reelaborados e retomados pelo governo dos Flávios¹⁷. Ao propor uma identidade romana nestes moldes negocia com o mundo imperial greco-romano, e, principalmente, dos romanos da cidade de Roma, e em meio aos espaços públicos e os privados desta última; Plínio repropõe a cidade de Roma e a Itália como centros, não somente de poder e lugar para onde vão todas as mercadorias do Império, mas também como a síntese do mundo político, geográfico e cultural do Império (Murphy, 2004).

Conclusão

Podemos concluir esta comunicação com duas considerações.

Primeiro, que Plínio, o Antigo, descreveu a cidade de Roma e a Itália segundo critérios geográficos, idílicos e artísticos, e que estes critérios serviram para exprimir suas ideias econômicas e políticas. Há uma racionalidade econômica evidente na descrição dos recursos de que dispõe o império e uma racionalidade política na descrição das formas de explorá-lo.

Segundo, que Plínio afirmou a centralidade da cidade de Roma e da Itália em relação ao Império, no melhor lugar segundo seus critérios, o meio entre o Oeste e o Oriente, na Europa, de onde estrategicamente podia se lançar para o domínio do mundo, que não era mundo mediterrânico, mas o mundo de impérios dispersos, discordantes e rústicos, que Roma ajudaria ao proporcionar a paz, a civilização, a língua culta e a pátria única.

Bibliografia

¹⁷ Há em Plínio uma analogia entre a estatuária da Grécia “helenística” e a desordem, a luxúria, o despotismo e o espaço privado, por um lado, e a estatuária da Grécia “clássica” e a ordem, o regramento, a política e o espaço público.

Fontes:

PLINE L'ANCIEN. *Histoire Naturelle*. 37 vols. Collection des Universités de France. Association Guillaume Budé. Paris: Société d'éditions 'LES BELLES LETTRES', 1950-1972. (latim /francês).

PLINY THE ELDER. *Natural History*. 10 vols. London: Loeb Classical Library, 1938-1963 (latim/inglês).

Obras Gerais:

ANDRE, J. M. Nature et Culture chez Pline l'Ancien. In: *Recherches sur les artes à Rome*. Paris: Belles Lettres, 1978.

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.

BEAGON, Mary. *The Elder Pliny on the Human Animal. Natural History Book 7*. Translation with introduction and historical commentary. Oxford: Clarendon Press, 2005.

_____. *Roman Nature: The Thought of Pliny the Elder*. Oxford: Clarendon Press, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion As forças produtivas e a dinâmica da História. In: *Ensaio Racionalistas*. R.J: Editora Campus, 1998: 41-60.

CAREY, SORCHA. *Pliny's Catalogue of Culture, Art and Empire in the Natural History*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

_____. The problem of totality. Collecting Greek art, wonders and luxury in Pliny the Elder. In: *Journal of the History of Collections*, Oxford, Oxford University Press, 2000.

CONTE, G. B. The inventory of the world: form of nature and the encyclopedic project in the work of Pliny the Elder. In: *Genres and Readers: Lucretius, Love Elegy, Pliny's Encyclopedia*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993.

DE CERTEAU, M. *A escrita da História*. R.J: Forense Universitária, 2010.

DENCH, E. *Romulus' asylum: Roman identities from the age of Alexander to the age of Hadrian*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

DOODY, A. *Pliny's Encyclopedia. The Reception of the Natural History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

FUNARI & SILVA (orgs.) *Política e identidades no mundo antigo*. São Paulo: Annablume Editora/FAPESP, 2009.

GELL, Alfred. *Art and Agency. An Anthropological Theory*. Oxford: Clarendon Press, 1998.

_____. *The Anthropology of Time. Cultural Constructions of Temporal Maps and Images*. Oxford: Berg, 1996.

GUARINELLO, N. L. Império Romano e Identidade Grega In: FUNARI & SILVA. (orgs.) *Política e Identidades no Mundo Antigo*. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2009.

HENDERSON, J. Knowing Someone Through Their Books: Pliny on Uncle Pliny ("Epistles" 3.5). in: *Classical Philology*, 97, 3, 2002, p. 256-284.

HINGLEY, R. *Globalizing Roman culture: unity, diversity and empire*. London: Routledge, 2005.

HORDEN, P. & PURCELL, N. *The Corrupting Sea. A Study of Mediterranean History*. Oxford: Blackwell, 2000.

HUSKINSON, J. (ed.) *Experiencing Rome: Culture, identity and Power in the Roman world*. London: Routledge, 2000.

ISAGER, Jacob. Pliny's Natural History: a medium for preservation and a cause o loss of knowledge. In: *Clássica*, 19 (1), Belo Horizonte, SBEC, 2006, p. 115-125.

_____. Humanissima Ars: Evaluation and Devaluation in Pliny, Vasari, and Baden. In: *Ancient Art and Its Historiography*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 48-67.

_____. Pliny on art and society. The Elder Pliny's chapters on the history of art. London-New York: Routledge, 1991.

JEX-BLAKE, K; SELLERS, E. *The Elder Pliny's Chapters on the History of Art*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968 (original de 1896

LAURENCE, R. & BERRY, J. *Cultural Identity in the Roman Empire*. London: Routledge, 2001.

LAUSBERG, H. *Elementos de Retórica Literária*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbelkian, 1967.

NAAS, V. Le Project Encyclopédique de Pline L'Ancien. Collection de l'Ecole française de Rome. Rome: Ecole française de Rome, 2002.

MALKIN, I. *Mediterranean Paradigms and Classical Antiquity*. London-New York: Routledge, 2005.

MARVIN, Miranda. *The language of the Muses. The dialogue between roman and greek sculpture*. Los Angeles: J. Paul Getty Museum, 2008.

MARX, K. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. R.J: Ed. Paz e Terra, 1975.

MITCHELL, W.J.T. *Iconology, Image, Text, Ideology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1986.

MURPHY, Trevor. *Pliny the Elder's Natural History: The Empire in the Encyclopedia*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

_____. *Pliny's Naturalis Historia: The Prodigious Text*. In: Boyle, A.J.; Dominik, W.J. (orgs.) *Flavian Rome: Culture, Image, Text*. Leiden-Boston: Brill Academic Pub, 2003, p. 301-322.

OLIVEIRA, F. de. *Les idées politiques et morales de Pline l'Ancien*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1992.

PINKSTER, H. The language of Pliny the Elder. In: REINHARDT, T; LAPIDGE, M.; ADAMS, J. N. (eds.) *The language of Latin Prose*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 239-256.

PURCELL, N. Rome and Italy. In: *The High Empire, A.D. 70-192*. The Cambridge Ancient History, vol. XI, cap. 12, p. 405-443, 2 edição.

_____. Rome and its development under Augustus and his successors. In: *The Augustan Empire, 43 B.C.- A.D. 69*. The Cambridge Ancient History, vol. X, cap. 15, p. 782-811, 2 edição.

RENFREW, C. & BAHN, P. *Archaeology. Theories, Methods and Practices*. New York: Thames and Hudson, 1991.

ROUVERET, A.; DUBEL, S. & NAAS, V. *Couleurs et Matieres dans L'Antiquité*. Paris: Éditions Rue D'Ulm, 2006, p. 213-259.

SABINE, G. H. La teoria de la ciudad-Estado; La teoria de la Comunidad Universal. In: *História de la Teoria Política*. México: Fondo de Cultura Econômica do México, 2 edição em espanhol, 1963: 15-248.

FELDMAN- BIANCO, B & CAPINHA, G. (orgs.) *Identidades. Estudos de cultura e poder*. São Paulo: Editora Hucitec, 2000, p. 19-39.

SERBAT, G. Pline L'Ancien. In: HAASE, W E TEMPORINI, H (orgs.) *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*, II, 32-4, Berlim/New York, 1984 sq, p. 2069-2200.

SINCLAIR, Patrick. *Rhetoric of writing and reading in the preface to Pliny's Naturalis Historia*. In: Boyle, A.J.; Dominik, W.J. (orgs.) *Flavian Rome: Culture, Image, Text*. Leiden-Boston: Brill Academic Pub, 2003, p. 277-299.

STEWART, Peter. *The Social History of Roman Art*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

_____. *Statues in Roman Society. Representation and Response*. New York: Oxford University Press, 2003.

WALLACE-HADRILL, A. *Rome's Cultural Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

_____. Pliny the Elder and Man's Unnatural History. In: *Greece & Rome*, Second Series, Vol. 37, No. 1 (Apr., 1990), pp. 80-96.

WEBER, M. Tipologia das cidades. In: *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

WOOLF, G. & EDWARDS, C. *Rome the Cosmopolis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

WOOLF, G. Becoming Roman, staying Greek: culture, identity and the civilizing process in the Roman East. In: *Proceedings of the Cambridge Philological Society*, 40, 1996, p. 116-140.

_____. *Becoming Roman: the origins of provincial civilization in Gaul*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

O ESTRANGEIRO E O AUTÓCTONE: DIONÍSIO NO MEDITERRÂNEO

*Leandro Mendonça Barbosa*¹

RESUMO: Tratar da questão mítica do nascimento e da vida do deus Dioniso é o que propõe este artigo. A intenção é trabalhar os conceitos de estrangeiro e autóctone em uma mesma unidade, na tentativa de construir um panorama, de como o culto e a própria imagem de Dioniso difundiu-se nos ambientes mediterrânicos Grécia e Ásia Menor.

PALAVRAS-CHAVE: Dionísio, autóctone, estrangeiro, religião grega

ABSTRACT: To deal with the mythical question of the birth and the life of the Dionysus god is what it considers this article. The intention is to work the concepts of foreigner and autochthonous in one same unit, in the attempt to build a picture of how the cult and the proper image of Dionysus was spread out in Mediterranean environments Greece and Minor Asia.

KEYWORDS: Dionysus, autochthonous, foreign, Greek religion.

Em seu livro, publicado em 2007, sob o título *Unthinking the Greek Polis: ancient greek history beyond eurocentrism*, Kostas Vlassopoulos discute a noção de *polis* para o próprio indivíduo grego. Para isto, retoma a obra *Política*, de Aristóteles. O filósofo grego compreende que a *polis* não seria somente uma reunião de cidadãos politizados, de metecos, de trabalhadores e de escravos e somente estas esferas sociais é que desenhariam o cotidiano políade. A *polis* deveria ser compreendida como um sistema amplo e altamente influenciável pelo sistema mediterrânico como um todo. Assim a *polis* seria um organismo vivo – Aristóteles sempre manteve uma estreita relação com a biologia – que sofre de causas externas e padece com enfermidades, possui vontades e necessidades:

Aristóteles parece ter uma definição biológica da *polis* em dois aspectos: por um lado a *polis* é como um organismo que vem para a vida em forma elementar, mas já com as sementes de seu crescimento futuro, por outro lado, como um organismo é um todo composto de várias peças em diferentes relacionamentos. A razão biológica para este modelo é a filosofia aristotélica e seus polêmicos objetivos: a sua filosofia de *telos* necessitando de um exame das coisas de acordo com o seu suposto objetivo, sua concepção da *physis* como o desenvolvimento das coisas de acordo com a sua inerente predisposição e sua clara tentativa de negar a teoria do contrato social e provar que relações “sociais” são baseadas em necessidades biológicas e, portanto, são naturais (VLASSOPOULOS, 2007:78).

A *polis* é um mundo sistemático influenciado por relacionamentos “interpoleis”. Existe um quadro analítico proposto pelo autor que consiste em três elementos básicos para

¹ Doutorando em História da Antiguidade Clássica pela Universidade de Lisboa. Membro do LEIR – Laboratório de Estudos Sobre o Império Romano (USP/UFOP) e do Monasterium – Grupo de Pesquisa em História Antiga e Medieval (UFMS).

um novo paradigma do conceito de *polis*: a *polis* faz parte de um sistema maior; existe uma multiplicidade temporal e espacial dentro deste sistema e que a *polis* deve ser analisada no âmbito de um “ambiente”, criado pelo sistema e por seus múltiplos níveis (VLASSOPOULOS, 2007:145). A cidade-estado seria sim um organismo com uma autonomia política própria, porém esta autonomia é quebrada com as diversas influências que a mesma sofre durante seu percurso.

Vlassopoulos também nega a dicotomia Ocidente – Oriente; mesmo para o mundo antigo². Pensarmos em questões como identidade, magistrados, assembleias, democracia e política partindo de uma perspectiva teleológica grega – e que a *polis* grega seria o modelo líder para o funcionamento e compreensão de todas as outras *polis* – é enganosa. As cidades-estado orientais possuiriam uma estrutura complexa capaz de influenciar as cidades-estados gregas e vice-versa, em uma relação de mutualismo:

É bem entendido que alguém possa reconhecer o que Hansen determinou como culturas da cidade-estado em muitas partes do antigo Oriente Próximo, especialmente Mesopotâmia, Síria e Fenícia. A referência à cidade fenícia em documentos Neo-assírios do primeiro milênio é um bom exemplo. Algumas vezes as referências a uma cidade fenícia são dadas por meio do nome da cidade ou a etnia (Tiro, Tyrians), mais um sinal determinante para o conceito de cidade, em outros casos por meio de especificidades étnicas, mais a marca permanente para as pessoas. Temos aqui os conceitos de cidade-estado e comunidade, em grego *polis*. Nestas regiões, a principal unidade política foi uma cidade (alme em acadiano), funcionando como um centro político e controlando uma maior ou menor faixa territorial (VLASSOPOULOS, 2007: 106).

Percebemos que nas narrativas de Heródoto, praticamente em toda a obra, existe uma relação entre as *polis* em um ambiente mediterrânico. Os gregos enxergavam isto. Esta noção de *polis* grega como um sistema onipotente e autóctone é uma abordagem dos historiadores contemporâneos. Vemos isto quando analisamos o mito que retrata o nascimento e a vida de Dioniso.

Precisamos compreender como a *polis* se constitui enquanto organismo para ser possível compreender como suas especificidades – como a política e a religião – se davam, dentro do ambiente *políade*. De acordo com Vlassopoulos, o que passou a existir, em um dado momento da Antiguidade, foi uma interação mediterrânica, muito mais do que uma afirmação da autonomia de pátrias distintas. Dioniso poderia ser considerada a síntese desta “simbiose mediterrânica”. É o deus grego que adere a características bárbaras ou, na

² Já que esta dicotomia na modernidade e na contemporaneidade vem sendo questionada por vários pensadores, como Edward Said (2001).

opinião de outros, o bárbaro que migra para a Península Balcânica, para difundir seu culto. É preciso saber que o deus já possuía uma longa trajetória antes de Homero (TRABULSI, 2004:14) e que os épicos do aedo pouco mostram Dioniso; para ser mais preciso, são duas aparições na *Ilíada* – cantos VI e XIV – e duas na *Odisséia* – cantos XI e XXIV. Embora Homero não credite grande relevância, podemos comprovar que Dioniso já era conhecido no período da escrita destas obras. Eudoro de Souza nos pontua que as primeiras fontes arqueológicas que fazem menção aos deuses datam do II milênio (SOUZA, 1973:9), no período minoico, anterior ao período micênico.

Começamos com a definição do deus, ou a falta de definição, segundo Jean-Pierre Vernant. Para o autor, o deus é de difícil enquadramento. Afrodite é a deusa da paixão; Atena, do saber; Hefesto deus ferreiro; já Dioniso não se define. É o deus vagabundo que está sempre de passagem, não cria raízes em lugar algum, está sempre viajando (VERNANT, 2000:145). Dioniso é um deus de mil faces, um deus caleidoscópico. Em diferentes regiões e diferentes épocas, esta divindade toma uma forma distinta da anterior e “troca a máscara”. Dioniso é o deus da máscara. A divindade que se transforma conforme a ocasião, transformação percebida pelos próprios contemporâneos: “Aristófanes recorda (fr. 131 Koch) a afinidade de Dioniso com o mundo das máscaras e dos espantalhos (*mormolukeía*), o que faz dele verdadeiramente o deus da máscara do panteão grego.” (VERNANT, 1991: 163-164). Diversos artefatos de cultura material fazem menção a Dioniso como um deus mascarado. Walter Burkert também relata-nos que em muitos casos a forma de representação do deus consiste em pendurar uma máscara em uma coluna e muni-la de um pedaço de tecido, assemelhando-a a um espantalho (BURKERT, 1993:327). A presença de máscaras cria novas representações que trazem o deus às diversas realidades distintas: “Por suas virtudes epifânicas, o deus que chega conhece intimamente as afinidades da presença e da ausência. Quer caminhe sorrindo ou salte irritado, Dioniso se apresenta sempre sob a máscara do estrangeiro.” (DETIENNE, 1988:19).

Existem diversas representações míticas distintas de Dioniso e, dependendo da tradição em que se insere e do local do culto, o deus modifica seu nome e sua funcionalidade divina: “*Dionysos Ctonios* evoca o mundo subterrâneo dos mortos e das sombras, enquanto *Dionysos Iakchos* é criança: evoca o jogo e a inocência; contudo, na alternância da morte sombria e da vida inocente, *Dionysos Meilichios*, *Zagreus*, *Sabazios*, todos os Dionisos se opõem à rigidez objetiva” (ALBORNOZ, 1999:5). A própria formação etimológica do nome grego Dioniso é sem definição certa. Marlene Fortuna toma como exemplo um composto do genitivo *dio* (nome do céu em trácio), com *nysa* (filho ou

jovem); Dioniso seria então “o filho do céu” (FORTUNA, 2005:36). Esta construção etimológica poderia identificá-lo como o filho de Zeus, rei do céu e do Olimpo, morada dos deuses. Trabulsi coloca, em sua obra, que a parte final do nome no original grego, *nysos* é um equivalente traço-frígio do grego *kouros* (jovem rapaz) (TRABULSI, 2004:33). Se concordarmos com a questão filológica, Dioniso é um deus aliado à Ásia. Trabulsi dá-nos algumas outras semelhanças entre o deus e os cultos asiáticos: “os traços comuns entre o culto de Dioniso e os da Grande Mãe da Ásia; a associação com o pinho, ligado a vários cultos na Ásia Menor” (TRABULSI, 2004:34). Entretanto, afirmar ao certo não nos é possível e nem temos a pretensão de esgotar estes questionamentos. O que compreendemos é que Dioniso é um deus incomodativo na medida em que é diferente e indiferente à autoctonia grega:

A um só tempo vagabundo e sedentário, ele representa, entre os deuses gregos, segundo a fórmula de Louis Gernet, a figura do outro, do que é diferente, desnordeante, desconcertante, anômico. É também, como escreveu Marcel Detienne, um deus epidêmico. Como uma doença contagiosa, quando ele aparece em algum lugar onde é desconhecido, mal chega e se impõe, e seu culto se espalha como uma onda (VERNANT, 2000:144).

Uma das maiores obras referente à representação das divindades helênicas – tanto na questão das imagens em caráter imaginário quanto em caráter da cultura material, como vestígios arqueológicos – é o *Lexicon Iconographicum Mythologiae Classicae*³, redigido em 1981, que reúne vários especialistas sobre cada deus grego⁴. Defendemos que o LIMC é de suma importância para o estudo das representações divinas gregas. Dentro do volume I, Alina Veneri nos mostra um apanhado geral da imagem e do culto a Dioniso, enquanto Carlo Gasparri realiza um detalhado estudo descritivo dos vestígios arqueológicos que representam Dioniso, encontrados em várias partes da Península Balcânica e de ilhas do Mediterrâneo, totalizando mais de oitocentas e cinquenta imagens.

Vemos logo no início do LIMC que Dioniso é uma divindade rural. Na definição de Walter Burkert, no livro *Religião Grega na Época Arcaica e Clássica*, é uma divindade *cthônica* (BURKERT, 1993:436), um deus das florestas e das pastagens. É o deus da vinha e da fertilidade; esta fertilidade não é somente de caráter sexual – mas também dele – como também no que tange à fertilização dos vegetais e dos produtos encontrados em ambiente

³ A partir de agora quando a obra for citada, nos referimos com a sigla LIMC, usada na própria obra.

⁴ Curiosamente não vemos nem sequer indícios da referência desta obra no principal livro sobre o dionisismo publicado no Brasil – que já foi citado várias vezes nesta dissertação – de autoria de José Antonio Dabdab Trabulsi.

rural:

A caracterização de Dioniso como deus do elemento úmido (que continua a ser uma parte significativa da memória do mar e da água dentro do mito dionisíaco) e da natureza exuberante, principalmente os vegetais e, portanto, responsável pelo crescimento e pela maturação dos frutos, é o aspecto mais importante da essência desta divindade (VENERI, 1981: 415).

Marcel Detienne considera que Dioniso e o dionisismo apresentam-se na forma epidêmica (DETIENNE, 1988:12). O culto ao deus adentra-se na periferia grega e posteriormente na Ática; primeiramente nos meios rurais e campestres – a *chora* – e posteriormente nas camadas urbanas e sociedades urbanizadas, no seio da *ásty*.

Após esta definição poderíamos pensar que Dioniso poderia ser um deus estrangeiro? Um deus não grego? Vemos as evidências, iniciando pelo mito que traz o deus ao cenário próprio dos mortais e retrata seu nascimento e seu crescimento: o mito fundador da cidade de Tebas, que se mistura ao mito do nascimento de Dioniso. Jean Pierre-Vernant, na obra *O universo, os deuses, os homens* (2005), nos diz que este mito começa com o rapto de Europa – irmã de Cadmo, um fenício – por Zeus, que se encantou com a beleza da jovem e se transfigurou em touro para copular com a moça. Cadmo foi à busca da irmã e, em Delfos, o oráculo lhe disse que deveria seguir uma vaca e, na hora que o animal parasse, deveria ali fundar uma cidade. Quando a vaca finalmente pára, Cadmo mata o dragão, filho do deus Ares, que guardava uma fonte naquele local e, a mando da deusa Atena, joga seus dentes na terra, fazendo germinar guerreiros adultos inteiramente armados, os *Spartoi*⁵. Depois de trabalhar sete anos a serviço de Ares para se redimir do assassinato do filho do deus, Cadmo funda a cidade de Tebas juntamente com estes guerreiros autóctones, nascidos na própria terra e se casa com Harmonia, filha de Afrodite. Com a deusa tem várias filhas: Sêmele, Autônoe, Ino e Ágave. O soberano Zeus encanta-se por Sêmele e se deita com ela com a imagem de um mortal. Esta, já grávida do deus, pede para ele se mostrar com todo seu esplendor de divindade; Sêmele tem seu corpo desintegrado por toda a luminosidade do deus, já que um mortal não suporta a luz de um ser divino. Zeus então tira do corpo de Sêmele o filho, o pequeno Dioniso e faz um corte em sua própria coxa, a coxa uterina que abriga Dioniso até seu nascimento⁶. Sobre o

⁵ Semeados

⁶ Existe um outro mito – provavelmente muito mais antigo – que narra o nascimento do deus. Dioniso – sob o nome de Zagreus – é morto e despedaçado por Hera. Zeus então engole seu coração e posteriormente dá a luz ao deus. Esta lenda não era tão conhecida do povo grego quanto o mito da coxa de Zeus.

nascimento através da coxa faz-se importante observar a constatação de Burkert, quando o autor compara o mito de nascimento da deusa Atena com o mito de nascimento de Dioniso:

No lugar da via “superior” do nascimento da virgem armada aparece uma parte do corpo com associações eróticas e homoeróticas. Em ambos os casos é pressuposto um ferimento do deus pai. A ferida na coxa encontra-se ligada à morte a à castração, manifestamente no contexto de iniciações. Explicar o nascimento a partir da coxa como um mero mal-entendido linguístico, significa desconhecer que, justamente, o paradoxo provoca o efeito desejado (BURKERT, 1993:325).

Para protegê-lo do ciúme de sua irmã e esposa Hera – que durante toda a vida de Dioniso vai perseguir-lo – após seu nascimento, Zeus entrega a criança aos cuidados de Hermes. O pequeno Dioniso é criado por ninfas em uma caverna, ou segundo outra tradição, vive no palácio do rei Orcómeno (GRIMAL, 2000:121). Durante sua infância e adolescência, sofre diversas hostilidades de reis e deuses, e percorre toda a Ásia, chegando à Índia e assumindo os costumes deste povo. O ódio acumulado por tanta perseguição faz Dioniso retornar à terra de sua família, Tebas, onde seu primo Penteu, filho de Agave, reina. O deus retorna com traços asiáticos, tanto físicos como nas vestimentas. Como o soberano tebano não aceitou o culto a esse deus com características estrangeiras, Dioniso lega à cidade uma maldição, destruindo o palácio e o reinado de Penteu e enlouquecendo as mulheres da cidade, que saíam errantes pelos montes e florestas. A parte do mito que se inicia a partir de sua chegada é tratado na peça *As Bacantes*, de autoria do tragediógrafo Eurípides.

Karl Kerényi traz-nos outros mitos que retratam o nascimento de Dioniso, porém a maioria deles são hinos órficos⁷ que o trazem como filho de Deméter ou de sua filha Perséfone (KERÉNYI, 2002: 194). Kerényi, em sua obra *Os Deuses Gregos*, não faz distinção entre os mitos⁸. Nas palavras de José Antonio Dabdab Trabulsi: “Mais grave é o caso de K. Kerényi que, influenciado por Jung, dedicou a maior parte de sua vida intelectual a estabelecer “arquétipos” do mundo antigo. Dioniso foi, para ele, “o arquétipo da vida indestrutível”. É a velha história de buscar na Antiguidade modelos para nossa própria vida (...).” (TRABULSI, 2004: 13). Optamos por continuar com a versão do mito fundador de Tebas por compreender que este está mais próximo do mundo grego e do povo

⁷ Hinos escritos por mitólogos da religião em honra ao deus Orfeu.

⁸ Kerényi apenas apresenta-os, não os analisa, em uma análise jungiana pautada em arquétipos que explicariam nossa vida contemporânea.

grego e também porque os diversos pensadores gregos, posteriores a estes mitos, concordam com o mito fundador de Tebas e o usam em suas obras, como é o caso da peça *As Bacantes*. O LIMC também corrobora com esta versão quando trata do nascimento e da infância do deus: “Na tradição mais antiga Dioniso é consensualmente considerado filho de Zeus e Sêmele.” (VENERI, 1981:416). Porém, os autores do LIMC também admitem que outras versões existem e também foram difundidas durante a história da humanidade

Dioniso é o deus nascido duplamente. O nascimento é o momento mais emblemático de todo deus, mas o de Dioniso foi particularmente atípico. E não há paz após este conturbado nascimento; Hera vai persegui-lo, e este é obrigado a ficar escondido nos campos de Nisa. Lá cresce em meio à vegetação e torna-se um deus de dotes rurais, cultivando principalmente a vinha. Dioniso também se configura como o deus do transe, da loucura. É o deus da *manía* – um estado entre a doença mental e a infâmia. É o deus beberrão que vagueia errante, com um cortejo de homens e mulheres em estado de transe incontrolável.

Algumas pistas sobre o imaginário dos deuses nos são dadas por este mito fundador. Na passagem em que Sêmele é fulminada pela luminosidade divina de Zeus, podemos perceber como as figuras divinas eram temidas e que o humano não tem capacidade de receber o divino em sua presença (FORTUNA, 2005:27). Podemos analisar também o ódio mortal de Hera por Dioniso. Para isso precisamos ter clara qual era a formatação imaginária de Hera e qual sua função no panteão dos deuses. De acordo com Pierre Grimal, Hera é a protetora das mulheres casadas (GRIMAL, 2000:204). É a deusa dos matrimônios perfeitos; esposa legítima do adúltero Zeus. Já Dioniso é o filho bastardo, aquele nascido de uma traição de seu marido. Percebemos que a perseguição de Hera ao menino deus é uma alegoria da dicotomia entre o matrimônio perfeito e as relações extraconjugais.

Neste mito que introduz Dioniso no panteão divino, a relação autóctone X estrangeiro se faz presente desde o início. O próprio fundador da cidade é um asiático estrangeiro. Já a alegoria dos viris guerreiros armados que nascem da terra representa os autóctones nascidos no local e feitos para defenderem a pátria onde nasceram (DETIENNE, 2008:103). Dioniso possui uma estreita relação com o Oriente. É o deus que conquista a Índia com seu exército de sacerdotes, que empunham tirsos e tambores ao invés de armamento de guerra. O deus – de acordo com o mito fundador de Tebas – é tebano mas, com seu distanciamento forçado, adquiriu características orientalizadas, inclusive na vestimenta e nas feições. O Oriente sempre foi o exótico, o atípico, e nunca

um deus com características orientais seria aceito pelo poder grego:

Dioniso é considerado estrangeiro pelos gregos porque cresceu em outras terras e foi levando seu culto a outras paragens longe da Hélade, sempre passando por elas e permanecendo pouco nelas: chegando e rapidamente partindo. Daí afirmar-se ser Dioniso o deus que nunca conseguiu um lugar fixo, um altar eterno, um templo, um centro, um *omphalós*. Era o vadio, o vagante, o bêbado errante, de pouco valor para uma Atenas aristocrática, racional e implacável (FORTUNA, 2005:39).

Concluímos finalmente que Dioniso é um deus grego. A definição de “grego” é demasiada complexa e por vezes até impossível, destarte colocamos que ao menos na Ática o deus foi absorvido socialmente e, embora a própria concepção de não existir um “local fixo” para o deus possa remeter a uma negação de sua autoctonia, os gregos – ou os áticos – nunca negaram Dioniso como divindade (DETIENNE, 1988:21), embora algumas de suas atitudes possam ser vistas como bárbaras. Marcel Detienne denomina o deus como o “Estrangeiro do interior” (DETIENNE, 1988:37); aquele que mesmo sendo gerado dentro da pátria torna-se um bárbaro, irreconhecível pelos seus iguais. Barbara Cassin, Nicole Louraux e Catharine Peschanski, na obra *Gregos, Bárbaros, Estrangeiros: a cidade e seus outros*, nos dão a ideia da noção de bárbaro para os gregos. São considerados bárbaros não aqueles que não nasceram em território grego, mas aqueles que não adeririam aos costumes helênicos (LOREAUX; CASSIN; PESCHANSKI, 1993:107).

O barbarismo não é tratado pelo determinismo geográfico, mas sim pelos costumes culturais; o que tornava o indivíduo um heleno não era sua etnia e sim o seu conhecimento e sua aderência à cultura helênica. Dioniso é considerado de costumes bárbaros não por não haver vivido a maior parte de sua vida na Grécia, mas sim por ter aderido a costumes e culturas “não helênicas”. É a divindade estrangeira, pois embora nascido em terra grega, torna-se um desconhecido de sua própria cultura. É um deus misterioso sempre coberto com uma máscara. Um deus que viajou a um mundo exótico e tão sombrio quanto ele próprio; é um deus a ser desvendado, a ser descoberto: “Através da máscara que lhe confere sua identidade figurativa, Dioniso afirma sua natureza epifânica de deus que não para de oscilar entre a presença e a ausência” (DETIENNE, 1988:23). Temos na peça *As Bacantes*, um Dioniso, se não bárbaro, barbarizado. O Dioniso euripídiano era asiático e com traços bárbaros:

DIONISO

Deus, filho de Zeus, chego à Tebas cthônia

Dioniso. Deu-me à luz Semele cádmia.
O raio – Zeus porta-fogo – fez-me o parto.

CORO

Deixando o solo asiático
transposto o sacro Tmolo,
em penar prazeroso,
em dor indolor,
empenho-me por Brômio, deus-Rumor,
no louvor a Baco!⁹

Em outro momento da peça, Penteu – primo de Dioniso e rei de Tebas –
descreve a chegada de Dioniso:

Nos informam que chegou
da cthônia Lídia um forasteiro, um mago
impostor. Seus cabelos ondulados
exalam doce olor. Tem as maçãs
do rosto cor de vinho e o olhar de Cípirs;
conviva de donzelas, noite e dia,
ensina-lhes evoés e os seus mistérios¹⁰ (Eurípides. *As Bacantes*, v. 232-238)

Estes dizeres, presentes no relato euripídiano, serviram como instrumento para especialistas afirmarem que Dioniso era um deus vindo de fora. A descrição que Penteu faz de Dioniso coloca o deus, a primeira vista, como essencialmente asiático: “(...) chegou da cthônia Lídia um forasteiro (...)”. Todavia, este não afirma que a divindade é nascida na Lídia, e sim que veio de lá, não podendo ser possível a sustentação da hipótese que o deus é lídio. O que Penteu quis dizer foi provavelmente que os traços asiáticos do deus tornaram-no um bárbaro, um forasteiro incapaz de aderir à cidadania, de acordo com aquela idéia de bárbaro para os gregos, já discutida por nós.

Muitos autores de obras sobre o dionisismo, no século XIX e início do XX, de acordo com Jean-Pierre Vernant, acreditavam em um deus nascido de cultos trácios ou lídios. Porém, como atesta o próprio Vernant:

⁹ Eurípides. *As Bacantes*, v. 63-69.

¹⁰ *Idem*, v. 232-238.

A ‘inversão’ de perspectiva operada por Sabatucci (...) de um Dioniso vindo do estrangeiro, da Trácia ou da Lídia, ou de ambas, se viu arruinado pela presença nos documentos micênicos em linear B do nome de Dioniso, que, portanto, parece não ser menos ancestralmente grego do que os outros deuses do panteão (VERNANT, 1991:172).

Em um outro momento da peça – durante um diálogo entre Dioniso e Penteu, em que o rei pergunta à divindade sobre sua origem – o deus fala sobre sua pátria:

DIONISO

É fácil responder-te, sem vanglória:
alguém já te falou do flóreo Tmolos?

PENTEU

Sim. A cadeia que envolve a urbe Sárdea.

DIONISO

De lá eu vim; a Lídia é minha pátria.

PENTEU

E de onde trazes teus mistérios à Hélade?

DIONISO

Dioniso, filho de Zeus, nisso me instruiu-me.¹¹

Percebemos que a questão do nascimento do deus é confusa para seus próprios contemporâneos. Todavia reafirmamos a tese de que, para o ateniense, o estrangeiro era aquele que não se adequava aos costumes. Dioniso – embora ainda não identificado como divindade – não considera mais Tebas sua pátria. Entretanto, devemos constatar que Eurípides segue o mito fundador de Tebas e o mito do nascimento de Dioniso; desta forma o deus seria tebano. Concordamos com Trabulsi que, quando se trata da origem do deus, este texto trágico é por vezes ambíguo (TRABULSI, 2004:158). Acreditamos que o que o autor atestou foi que Dioniso se considera muito mais um bárbaro. Dioniso não se sente bárbaro por não ter nascido em solo helênico, ele se sente bárbaro por ter aderido a costumes não helênicos; para os gregos é isto que importa. Embora Eurípides concorde com o mito de seu nascimento, coloca-o como lídio por este ter aderido a diversos traços

¹¹ *Idem*, v. 461-466

lídios, deixando de ser grego para se tornar bárbaro¹². O elogio que Dioniso tece aos costumes bárbaros deixa clara esta questão:

DIONISO

Só coreografam essa orgia os bárbaros.

PENTEU

Pois, no pensar, são piores que os helenos

DIONISO

São melhores: adotam outras normas.

PENTEU

Celebras ritos diurnos ou noturnos?

DIONISO

Noturnos sobretudo. A treva é sacra

PENTEU

Para as mulheres, uma burla sórdida.

DIONISO

Também de dia o torpe mostra a cara.¹³

Muitos especialistas do dionisismo atrelam a representação do deus com a de outras divindades, algumas do panteão principal dos deuses olímpicos, como um método comparativo estrutural. Faremos aqui uma breve elucidação destas divindades que partilham a representação dionisíaca por acreditarmos que é de suma importância a constatação de que a idéia da divindade Dioniso não se constrói sozinha, mas sim traz para perto do deus um conjunto de outras divindades que o complementam. Marlene Fortuna afirma que faz parte da genealogia de Dioniso a companhia de outras divindades:

Sempre envolto, desde pequenininho, por grupos, Dioniso nunca conheceu a solidão; ou pior que isso, e talvez exatamente por ser assim Dioniso seja o deus da mais obscura solidão que há no Olimpo. No entanto, “por fora”, desde pequeno esteve sempre sob os cuidados de muita gente: as ninfas que o retiraram do meio das cinzas maternas, se encarregando de sua educação; as Híades, as Horas que auxiliaram sua tia Ino na

¹² Há um outro aspecto que deve ser levado em conta. O período em que Eurípides viveu foi um período de incerteza em sua pátria, Atenas. A peste que afetou uma grande parte da população, além da derrota na Guerra do Peloponeso, fez com que os atenienses passassem a questionar e ter incertezas quanto às suas divindades. O barbarismo pode ter sido elogiado por Eurípides – assim como a inclusão de aspectos bárbaros nesta sua última peça – como uma forma de exaltar deuses que até então nunca eram vistos pelos atenienses, assim como para retornar a épocas em que a Grécia conhecia seu crescimento e, conseqüentemente, seu apogeu: “Eurípides, no final da vida, diante de uma Atenas esgotada por mais de duas décadas de guerra contra Esparta, reavalia noções tradicionais da cultura grega, que remontam a Homero, como prudência e piedade religiosa.” (VIEIRA, 2003:18).

¹³ *Idem*, v. 482-506

vigilância de seu crescimento; as musas e Sileno – “paizão bebedor do cortejo” –, os que pegaram Dioniso na adolescência (FORTUNA, 2005:128).

Dividiremos as divindades que aparecem atreladas a Dioniso em três grupos de afinidades: por afinidade *cthônica*; por afinidade afetiva e por afinidade de ritual.

No primeiro grupo, temos de imediato a figura de Deméter. Deméter pertence à segunda geração divina, a dos Olímpicos. Filha de Réia e Cronos, irmã de Zeus e conseqüentemente tia de Dioniso, Deméter é a deusa da terra fértil; do trigo. Foi cultuada em todas as regiões que cultivavam este cereal. Seus principais locais de culto são as planícies de Elêusis e da Sicília, embora seu culto fosse praticado em diversos locais (GRIMAL, 2000: 114-115). A relação *cthônica* entre Deméter e Dioniso é facilmente percebida, pois estas duas divindades estão ligadas à vegetação e à fertilidade: “(...) Dioniso pode estar associado a Deméter, assim como o fruto de uma árvore ao do campo, o vinho ao pão.” (BURKERT, 1993:431). Entretanto, também existem distinções entre estas duas divindades: enquanto Deméter é a deusa vegetal que alimenta os homens com o trigo necessário para sobreviver, Dioniso é o deus vegetal que alimenta os homens com a vinha, essencial para o gozo humano e para a capacidade de embriagar-se divinamente, juntamente com um deus. Dioniso também é ligado à filha de Deméter, a jovem Perséfone. Como já foi citado, alguns hinos órficos colocam Dioniso como sendo filho desta deusa. Então Deméter seria sua avó. Embora estes hinos não façam parte da tradição dionisíaca, está aí registrada mais uma ligação deste deus com Deméter, sem diminuir nenhuma espécie de documento.

Uma hipótese plausível da imagem de Dioniso ser aliada à de Deméter pode ser as relações políticas e econômicas que os dois deuses representavam. Enquanto Dioniso representa a ruralidade mais empobrecida, aquela dos camponeses e das pessoas campestres, Deméter representaria as grandes porções de terras, a grande agricultura que abastece a *polis*, representa também a grande aristocracia rural que detinha o poder econômico na Ática. Se concordarmos com esta hipótese, Deméter foi utilizada pelo poder – provavelmente o poder tirânico do período arcaico – para conceder à aristocracia a sensação de se sentir contemplada. Desta forma, a política ateniense trazia para perto as camadas menos abastadas da sociedade, sem perder de vista a elite, tão importante para a manutenção do poder político.

Outra divindade importante é o deus dos pastores e dos rebanhos Pã. Esta divindade também *cthônica* habitava os bosques e era representado semi-humano, com pés e pernas

de bode, todo peludo e com o rosto barbudo. Pã é um deus de caráter sexual, persegue ninfas e mancebos com igual paixão, agride as pessoas com ameaças de penetração e dizia-se que se suas incursões amorosas fossem infrutíferas, este procurava um meio de se resolver sozinho (GRIMAL, 2000:345). São várias as contradições de seu nascimento. Seu nome vem de Πάν, que significa “tudo”. Esta alusão ao seu nome pode significar a lenda que coloca o deus como filho de Hermes; quando este o levou até o Olimpo, agradou a todos, sobretudo Dioniso (GRIMAL, 2000: 345). Foi através da alegria de Dioniso ao ver aquele deus que Pã passa a compor os cortejos desta divindade. Já Dioniso e Ártemis são aproximados por uma festa em Patras (BURKERT, 1993:432). O ritual dos dois deuses é semelhante em alguns aspectos: enquanto as ménades acompanham Dioniso em seu *thíasos*, as ninfas virgens dançam junto a Ártemis durante o ritual. Ártemis representa a noite enluarada, a caça e a força feminina, todos os aspectos ligados também a Dioniso.

Temos no segundo grupo os deuses que são representados em diversos mitos junto a Dioniso e possuem com este deus uma afinidade afetiva. Começemos pelos amores de Dioniso: Afrodite e Ariadne. Afrodite é a deusa da paixão, nascida da espuma dos testículos de Urano atirados ao mar, quando da castração por seu filho Cronos. Casada com o deus ferreiro Hefesto – que era coxo e muito feio – a deusa teve vários amantes. A maioria das tradições míticas refere-se ao deus da guerra Ares como principal amante da deusa, mas também é sabido que esta se uniu com Dioniso. Pelos seus diversos casos adúlteros, Platão irá classificá-la mais tardiamente como Afrodite Pândemia – Afrodite popular – deusa do amor vulgar (GRIMAL, 2000:10). A tradição mais aceita é que Dioniso teve um filho com Afrodite: Príapo, protetor das pastagens e plantações; um deus asiático venerado primordialmente em Lâmpsaco (GRIMAL, 2000: 395). Com um descomunal falo ereto – castigo de Hera, por sua mãe, Afrodite, ter se deitado com Zeus – o filho do deus representava a fertilidade sexual e passou a fazer parte das representações do culto dionisíaco. De acordo com alguns pesquisadores, como Marlene Fortuna (2005), Príapo chegou a ser representado como o ciúme da virilidade, o ciúme e a insegurança que os homens sentiam – e sentem – de suas mulheres com outros homens de falo maior que o dele. Marlene Fortuna nos relata um mito, que faz parte do nascimento de Príapo em Lâmpsaco, após Afrodite ter dado à luz a este verdadeiro monstinho e o ter abandonado:

As senhoras de Lâmpsaco, no entanto, adoram-no, só tem olhos para ele e seu membro. O jovem Príapo, desejando pôr seu “grande instrumento” à prova, se sente todo entusiasmado a responder à solicitação delas. Os maridos se opõem e exigem o exílio de Príapo. As esposas, aos prantos, suplicam o auxílio dos deuses. E

daí, por uma maldição dos deuses, uma doença grave abate-se sobre o sexo dos cidadãos de Lâmpsaco. Príapo tem de ser chamado de volta à pátria para o infortúnio acabar e os cidadãos voltarem à normalidade (FORTUNA, 2005:136).

Contudo, Príapo jamais conheceu o gozo, seu falo desproporcional é inútil para o seu prazer.

O segundo amor de Dioniso foi Ariadne. Abandonada na Ilha de Naxos por seu amor Teseu, Ariadne presenciou o culto de Dioniso e se fascinou com a beleza do deus (GRIMAL, 2000: 45). Este a desposou e a levou até o Olimpo onde, segundo a tradição mais aceita, tiveram quatro filhos: Toas, rei de Mirina, que se vestia como Dioniso; Estáfilo, pastor que inventou a mistura de vinho e água; Enópion, rei de Quios, introduziu o vinho em seu reino e seu nome vem do grego $\epsilon\upsilon\omicron\pi\iota\omicron\nu\omicron$, que significa “o que bebe vinho” e Pepereto, epónimo da Ilha de Pepereto. Percebemos que tanto Príapo como os outros filhos de Dioniso mantêm a raiz de poder *cthônica* do pai, assim como o apelo sexual no caso de Priapo, como uma forma de continuísmo das tradições.

Outro deus ligado a Dioniso por afinidades faz parte do primeiro panteão olímpico, trata-se do deus dos mares Poseidon. As duas divindades são relacionadas ao elemento úmido. Marcel Detienne, na obra *A Invenção da Mitologia*, chama este poder fecundo da água como o poder do jorro (DETIENNE, 1998:47), embora este poder seja diferente nos dois deuses. Enquanto Poseidon jorra a água de seus mares com maremotos para destruir cidades ou ondas gigantescas para confundir os marinheiros – como fez com Odisseu – o não menos poderoso e destrutivo jorro de Dioniso faz crescer a vinha e a uva, que se transforma na bebida que embebeda e enlouquece os homens – e mulheres também, como no caso das ménades – podendo torná-los tão destrutivos como um maremoto. Dioniso possui relação também com seu irmão mais velho Hermes, o mensageiro dos deuses, que a mando de Zeus levou Dioniso até as ninfas. Hermes também é um deus itifálico, representado sobre a forma de um pilar com um falo em ereção (DETIENNE & SISSA, 1990:268) e durante o terceiro dia das festas das Antestérias em honra a Dioniso os sacrifícios são dedicados a “Hermes *cthônico*” (BURKERT, 1993:432). A ligação de Hermes com o mundo dos mortos – ele é o deus mensageiro que conduz as almas ao mundo subterrâneo – faz com que Dioniso também se ligue a este mundo; o deus vai até o reino de Hades buscar sua mãe Sêmele para ser levada ao Olimpo como deusa. Algumas festas dionisíacas também celebram a relação do mundo dos vivos com o mundo dos mortos.

Haiganuch Sarian aponta-nos algumas cerâmicas do século VI a.C. que representam Dioniso junto a Hércules. Embora os mitos tradicionais não façam relação aos dois deuses – excluindo o fato de serem meio irmãos, ambos filhos de Zeus – Sarian afirma que estas representações aconteceram somente após a ascensão do poder tirânico – principalmente o ateniense – que aproxima o anti-social Dioniso do herói cívico Hércules, desta forma atenuando as distinções de Dioniso e o mundo religioso oficial¹⁴ (SARIAN, 2005:127). Um caso distinto destes é a relação entre Dioniso e Hera. Classificamos esta relação de anti-afinidades, porém não com menor importância. Já foi colocado no mito fundador que Hera perseguiu Dioniso por onde o jovem deus andou. Estes relatos ligam-se aos rituais dionisíacos: “No ritual, a polaridade das duas divindades é sublinhada pelo facto de as suas respectivas sacerdotisas não se saudarem, e pelo facto de não ser levada hera para o santuário de Hera.” (BURKERT, 1993:433)

Todavia, a mais polêmica relação de Dioniso com um deus, sem dúvida, é a com seu outro irmão Apolo; relação que influenciou até a filosofia do século XIX. Para Burkert: “A antítese entre Dioniso e Apolo, entre o aspecto dionisíaco e o aspecto apolíneo, foi a que se tornou mais famosa.” (BURKERT, 1993:434). Ao contrário do que acredita parte do senso comum, as relações entre Dioniso e Apolo não surgem na obra de Friedrich Nietzsche. Nietzsche possuía um pleno conhecimento dos mitos gregos, principalmente no que dizia respeito à relação entre estes dois irmãos – como no mito que Dioniso desce do berço e rouba as cabras sagradas de Apolo – contudo Nietzsche não foi o primeiro a realizar uma comparação reflexiva entre os dois. Marcel Detienne, com exímio conhecimento das fontes clássicas, aponta que hinos órficos já tratavam das crenças apolíneas e dionisíacas, no que o autor chamou de “Orfeu apolonizado” (DETIENNE, 1991:92).

Apolo e Dioniso são representações da contraposição. Apolo é o deus da luz, o deus da música e da harmonia, do conhecimento, da temperança e da sabedoria individualista; esta arte representa a individualização, conseguida através da glória (MACHADO, 2006:204). Já Dioniso é um deus noturno, que se manifesta através do que é desordenado e misterioso; ambos são deuses que, embora irmãos, representam a diferença e a contraposição: “O culto dionisíaco, em vez de delimitação, calma, tranquilidade, serenidade apolíneas, impõe um comportamento marcado por um êxtase, um entusiasmo, um enfeitiçamento, um frenesi sexual, uma bestialidade natural constituída de volúpia e

¹⁴ A cerâmica no período arcaico também representa Dioniso junto a Hefesto.

crueldade, de força grotesca e cruel.” (MACHADO, 2006:214). Contudo, os deuses não são rivais e muito menos são representados desta forma dentro da sociedade Ática, haja vista que sempre próximo a um espaço teatral – na sua essência um espaço dionisíaco – existia um templo dedicado a Apolo. As representações de ambos constroem a ideia de contraposição na sociedade, como o claro e o escuro, a serenidade e o êxtase, a temperança e o frenesi, que não necessariamente se contrapõem, mas se complementam. Nas palavras de Roberto Machado, a alegoria entre Dioniso e Apolo “(...) postula a divisão entre uma Grécia marcada pela serenidade, ou simplicidade, (...) e uma Grécia arcaica, sombria, violenta, selvagem, mística, extática (...)” (MACHADO, 2006:215).

O terceiro grupo seria o das divindades que são representadas juntamente com Dioniso durante seu ritual. Trata-se dos sátiros e de Sileno. Os primeiros acompanham Dioniso em seu cortejo, tomando vinho e perseguindo as mênades e as ninfas. Os sátiros eram extremamente itifálicos e sexualizados, pelo menos em um primeiro momento: “E como se masturbavam! Eram bestiais em suas investidas às Mênades ou Bacantes, (...). Mas tudo isso eles faziam mais de uma forma jocosa, para se divertirem, do que de uma forma erótica para aproveitarem os prazeres do sexo.” (FORTUNA, 2005:132). Estas divindades sofrem diversas mudanças em sua representação. Nas figuras mais antigas, a parte inferior do corpo era a de um cavalo ou um bode, enquanto a superior era humana. Em outras representações possuíam cauda e um falo ereto de proporções sobre-humanas (GRIMAL, 2000: 413). Estas figuras bestiais não são aceitas de início pelos ceramistas Áticos do período homérico, que em muitos vasos representavam o herói cívico em detrimento das figuras rústicas não cívicas (BÉRARD, 1974:43) por motivos de poder real ou aristocrático que já elucidamos anteriormente. Pouco a pouco as imagens vão se atenuando e se tornando menos bestiais, provavelmente com a ascensão das tiranias. Alguns autores vão até forjar outro nome para estes sátiros transformados: faunos. Já Sileno tinha a aparência de um sátiro envelhecido, era muito feio, com nariz anduco, calvo, com lábios grossos e olhar taurino (GRIMAL, 2000: 418); estava quase sempre embriagado. Algumas tradições colocam-no como filho de Hermes e de uma ninfa (VENERI, 1981: 416), outras como nascido das gotas de sangue de Urano, quando este foi castrado por seu filho Cronos; ainda há a tradição que o coloca como filho de Pã. Sileno era marido da ama-de-leite de Dioniso (FORTUNA, 2005: 129) e passa a ser o conselheiro do deus em toda a sua adolescência. A questão central é que estas figuras – os sátiros e Sileno – são primordialmente bestiais, mas vão se abrandando conforme o poder necessitava, adentrando gradativamente na oficialidade da polis. Thomas Carpenter elucida

que até meados do século IV a.C. as duas palavras – sátiros e Sileno – tornaram-se quase que sinônimos; na obra *Symposium* de Platão pode-se perceber que Alcibíades utiliza os dois termos como sendo a mesma coisa, quando descreve as mudanças de Sócrates (CARPENTER, 1986:78). Toda a difusão destas imagens obteve a colaboração dos artistas e ceramistas para “criar” representações próprias para as divindades, como nos aponta Claude Bérard, em sua obra *Anodoi: essai sur l’imagerie des passages chthoniens*:

A presença de criaturas demoníacas, longe de nos remeter para um determinado gênero teatral, anuncia o nível de experiência religiosa em que a cena se desenrola. Associados a essa divindade, eles a caracterizaram em função de suas prerrogativas essenciais: colocam em evidência o aspecto "selvagem", muitas vezes cthônico; algumas vezes originariamente não-grego. (BÉRARD: 1974, 41)

Onde efetivamente o culto a Dioniso se instaurou? Precisamos ter clareza de que esta não é uma inquietação somente nossa. Os atenienses já possuíam esta inquietação, sobretudo no século V a.C., onde a dicotomia grego X bárbaro se acentuou. Trabelsi coloca até que a suposta origem estrangeira de Dioniso seja um discurso construído nas diversas *poleis*, em uma tentativa de colocar Dioniso no lado do abismo bárbaro, já que seu culto consistia em um certo lado de êxtase irracional (TRABELSI, 2004:35).

Eudoro de Souza responde que já no período minoico existem vestígios arqueológicos que remetem a um possível culto de um antiquíssimo Dioniso (SOUZA, 1973:18). O período minoico assistiu ao apogeu da cultura cretense e de várias cidades que buscavam autonomia, sendo a principal delas Cnossos, a cidade do lendário Minotauro. É sabido que após o ano 1900 a.C., Creta passa a ter relações estreitas com o Oriente, tanto econômicas quanto culturais. O autor então conclui que Dioniso surgiu nesta região e por volta desta época, e segundo ele isto explicaria o porquê do deus ter tantas características orientais, sendo um deus em parte cretense e em parte asiático. Karl Kerényi também parte da ideia de um Dioniso cretense e em uma de suas obras, intitulada *Dioniso: imagem arquetípica da vida indestrutível*, elucida vários vestígios arqueológicos que provam que a divindade era cultuada já neste período (KERÉNYI, 2002:50)

Destarte, ter o deus em imagens cretenses não nos ajuda em nada a provar que Dioniso começou a ser cultuado nesta época e, ao contrário de ambos os autores, não acreditamos que estes vestígios sejam uma prova de que o culto nasceu em Creta e era praticado por habitantes das cidades cretenses. Esta afirmação, que Dioniso surgiu especificamente em Creta, já foi descartada pelos historiadores do dionisismo

(TRABULSI, 2004:32). Quando o culto se instaura? Antes da decifração da escrita Linear B, os historiadores datavam o culto a Dioniso no século VIII a.C., pois Homero o conhecia e cita-o em quatro passagens em seus poemas, embora o deus pouco ou quase nada foi representado antes do século VI. Posteriormente a decifração da escrita minoica, esta data retrocede muito porque o nome de Dioniso é encontrado em dois tabletes de argila cozida, em Pilos, mostrando o deus já como uma divindade do vegetal e do vinho (TRABULSI, 2004:22).

Não existem vestígios arqueológicos que representam a imagem concreta de Dioniso que datem de antes do século VI a.C.. As primeiras imagens em cerâmica do deus são vasos coríntios (TRABULSI, 2004: 110) já deste século. Uma hipótese bem provável, que já foi elucidada neste trabalho para esta escassez de imagens materiais, seria a elite aristocrática que predominava até o século VI a.C.; para isso é preciso compreender a configuração política e social desta época. Primeiramente, vamos citar uma informação e guardá-la: Ciro Flamarion Cardoso aponta-nos que a aristocracia que ascendeu com a queda da monarquia micênica era detentora da maior parte das terras, controlando grande parte do motor econômico grego (CARDOSO, 1987:21).

Vamos a uma segunda constatação: Dioniso era um deus rural, deus da vegetação, um deus essencialmente popular, um deus dos habitantes que viviam nos campos. Juntando as duas informações não é difícil percebermos o motivo de o dionisismo ter sofrido uma enorme resistência por parte da elite do período homérico. Não era interessante aos aristocratas detentores do poder que um culto popular se difundisse na *polis*. Dioniso, até o século VI a.C., era um deus marginalizado pela elite aristocrática, cultuado somente por festejos populares rurais, longe das oficialidades religiosas de parte da elite:

Dos festejos populares até sua utilização pelos tiranos como solvente da religião aristocrática, sistema alternativo promovido ao mesmo tempo que controlado e integrado no novo equilíbrio, despojado da rudeza “primitiva” que podia ameaçar a *polis*, onde, apesar do alargamento da base política, os nobres conservavam um papel dominante e onde a ideologia aristocrática, ainda que reelaborada, continuava a garantir a reprodução das estruturas sociais. (TRABULSI, 2004:118)

Dioniso será difundido na oficialidade da *polis* somente após a ascensão das tiranias, já no século VI a.C. Contudo, o deus sempre foi conhecido em distintas regiões mediterrânicas, haja vista várias regiões aderirem a seu culto, e ao próprio deus ser concedida pátrias diversas, como ficou claro na peça *As Bacantes*.

Como ficou especificado no início deste artigo, as diversas *poleis* estão integradas em sistemas econômicos e culturais que as fazem conviver em simbiose como um organismo. Dioniso, que surge em ambiente helênico, vai ao mundo bárbaro, retorna, viaja novamente, está sempre ele mesmo em uma simbiose, sintetiza de forma concreta a proposta de Vlassopoulos: a Península Balcânica, completamente em interação com o ambiente mediterrânico, concebe um Dioniso com diversas características bárbaras, e o absorve em seu teatro – pois Eurípides encontrava-se na Macedônia quando escreve *As Bacantes*, e não em Atenas – e em seu imaginário religioso.

Bibliografia

Documentação Textual:

EURÍPIDES. *As Bacantes/Bakxai*. Trad. Trajano Vieira. São Paulo: Perspectiva, 2003. [edição bilíngüe português – grego].

_____. *As Bacantes*. Trad. Eudoro de Souza. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

Obra de Referência:

GRIMAL, Pierre. *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*. Trad. Victor Jabouille. 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

Obras Gerais:

ALBORNOZ, Suzana. Os ideais morais segundo Ernst Bloch – a união de Dioniso e Apolo. *Humanas*. Porto Alegre. Vol. 28, n° 2, 2006, p. 177-200.

BÉRARD, Claude. *Anodoi: essai sur l'imagerie des passages chthoniens*. Roma: Institut Suisse de Rome, 1974.

BURKERT, Walter. *Religião Grega na Época Clássica e Arcaica*. Trad. M.J. Simões Loureiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *A Cidade-Estado Antiga*. São Paulo: Ática, 1987.

CARPENTER, Thomas H. *Dionysian Imagery in Archaic Greek Art: its development in black – figure vase painting*. Oxford: Clarendon Press, 1986.

CASSIN, Bárbara; LOREAUX, Nicole e PESCHANSKI, Catherine. *Gregos, bárbaros e estrangeiros*. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Trinta e Quatro, 1993.

DETIENNE, Marcel. *A Escrita de Orfeu*. Trad. Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro:

Jorge Zahar, 1991.

_____. *A Invenção da Mitologia*. Trad. de André Telles e Gilza Martins Saldanha da Gama. 2ª edição. Brasília: Ed. UnB, 1998.

_____. *Dioniso a Céu Aberto*. Trad. Carmem Cavalcanti. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

_____. *Os Gregos e Nós: uma antropologia comparada da Grécia antiga*. Trad. Mariana Paolozzi Sér vulo da Cunha. São Paulo: Loyola, 2008.

_____ e SISSA, Giulia. *Os Deuses Gregos*. Trad. Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FORTUNA, Marlene. *Dioniso e a Comunicação na Hélade: o mito, o rito e a ribalta*. São Paulo: Annablume, 2005.

KERÉNYI, Karl. *Dioniso: imagem arquetípica da vida indestrutível*. Trad. Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus, 2002.

_____. *Os Deuses Gregos*. Trad. Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 2002.

LEFEBVRE, Henri. *La Presencia y La Ausência: contribución a la teoria de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Econômica, 2006.

LIMC = Lexicon Iconographiae Mithologiae Classicae, obra coletiva

MACHADO, Roberto. *O Nascimento do Trágico: de Schiller a Nietzsche*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SAID, Edwar. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SARIAN, Haiganuch. *Arqueologia da Imagem: expressões figuradas do mito e da religião na antigüidade clássica*. Trabalho de Livre-Docência, Arqueologia Clássica, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2005.

SOUZA, Eudoro de. *Dioniso em Creta e Outros Ensaios: estudos de mitologia e filosofia da Grécia antiga*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

TRABULSI, José Antonio Dabdab. *Dionisismo, Poder e Sociedade na Grécia até o fim da época clássica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

VERNANT, Jean-Pierre. *Figuras, Ídolos, Máscaras*. Trad. Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1991.

_____. *O Universo, os deuses, os homens*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VLASSOPOULOS, Kostas. *Unthinking the Greek Polis: ancient Greek history beyond*

Mare Nostrum, ano 2011, n. 2

eurocentrism. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2007.

O POSICIONAMENTO FARISAICO E ESSÊNIO FRENTE AO DOMÍNIO ROMANO NA JUDEIA

*Jorwan Gama da Costa Junior*¹

RESUMO: Neste artigo, objetivamos apresentar de que forma a configuração das facções político-religiosas judaicas, em especial os fariseus e essênios, obstaculizavam o processo de dominação imperial romana na Judeia. A fim de que possamos alcançar nosso objetivo, analisaremos passagens das obras de Flavio Josefo: Guerras Judaicas e Antiguidades Judaicas.

PALAVRAS-CHAVE: judeus; romanos; dominação imperial; facções político-religiosas.

ABSTRACT: We aim, in this article, to show how the way of the configuration of jewish politic-religious factions, specially the farisees and essenes, raised difficulties to the roman imperial domination in Judea. To reach our main point, we will analyze passages of Josefo's books: Jewish War and Jewish Antiquates.

KEY WORDS: jewish; romans; imperial domination; political-religious factions.

Em 63 d.C., após quase cem anos de intervenção – ainda que indireta – no processo de emancipação dos judeus do jugo selêucida, Roma agiu diretamente na região devido às contendas entre os herdeiros do trono de Alexandre Janeu, Hircano II e Aristóbulo II. O processo de conquista da Judeia, cujo primeiro passo fora o acordo com a dinastia Hasmoneia², entrava, a partir deste momento, em um novo plano. Foi preciso cooptar a elite, buscar a colaboração política da dinastia governante e introduzir um governo cliente.

Pretendemos realçar a importância do empenho dos romanos em obter colaboração política dos governantes judeus como uma das estratégias de dominação imperial romana na Judeia. No Ocidente Germânico, onde encontramos uma estrutura tribal de sociedade, os romanos, a fim de consolidarem sua dominação imperial na região, difundiram seus padrões culturais, como os *fora* e anfiteatros. No Oriente, entretanto, o contato prévio com culturas helenísticas e a existência de identidades culturais estabelecidas e coesas obstaculizaram a implementação da mesma estratégia de dominação romana.

¹ Mestre em História Comparada pelo PPGHC-UFRJ. Professor-tutor de História Antiga da CEAD-UNIRIO. Membro do NERO-UNIRIO.

² Consolidada a vitória da facção comandada pelos macabeus, estes assumiram o poder na Judeia dando início ao reinado da dinastia Hasmoneia.

De acordo com o que foi explicitado, tratamos de contatos culturais entre judeus e romanos e da heterogeneidade social judaica. Sendo assim, optamos pelas definições de Marc Augé apresentadas na obra “O Sentido dos Outros”, que afirma que numa mesma cultura é possível evidenciarmos realidades sociais diferentes e por vezes contrastantes. Augé (1999, p.12) entende por cultura uma série de elementos simbólicos estruturadores da vida social de um grupo, os quais permitem que um indivíduo se reconheça como parte de um grupo e estabeleça quem dele é excluído, criando, deste modo, sua identidade cultural. Desta forma, o antropólogo consegue estabelecer relações entre cultura, sociedade, identidade e alteridade.

Na busca pelas especificidades de cada cultura, o pesquisador tem de estudar as sociedades, locais da manifestação dos elementos simbólicos culturais, deste modo, só poderíamos chegar à cultura estudando as sociedades nela existentes. Esta diferenciação entre cultura e sociedade é deveras relevante, pois a partir disso podemos apreender que de um mesmo contexto cultural pode emergir uma diversidade social que estabelece uma diferenciação entre membros de uma mesma cultura. Rompe-se com a ideia de homogeneidade cultural, pois tão importante quanto estabelecer uma barreira entre o *eu* e o *outro* é o estabelecimento das diferenças de grupos dentro de um mesmo sistema social (AUGÉ, 1999).

Destas definições já podemos apresentar algumas conclusões no que diz respeito a fariseus e essênios. Primeiramente, é importante notar que tratamos de grupos que faziam parte de uma mesma cultura, mas que desempenhavam papéis diferentes ou, em outras palavras, possuíam identidades que se diferenciavam. Trata-se daquilo que Augé intitulou de “ambivalência”, fenômeno que se repete a ponto de criar uma série de identidades menores dentro de uma identidade cultural (AUGÉ, 1999, p.43).

Na historiografia a respeito da sociedade judaica, entre o período helenístico e romano, é comum vermos a denominação de facções aos grupos que lutavam pelo poder na sociedade judaica (SILVA, 2004; CHEVITARESE, 2004b; KIPPENBERG 1988; GOODMAN, 1994). Devido aos interesses políticos e religiosos de fariseus e essênios (SALDARINI, 2005, pp.74-75), utilizaremos, constantemente, a expressão *facções político-religiosas* para nos referirmos a eles. Importante ressaltar que, a despeito das diferenças, os indivíduos participantes destas facções são judeus, uma vez que

compartilhavam a crença no tripé identitário judaico: monoteísmo, observância do *shabbat*, e circuncisão (WILLIAMS, 2000, p.305)³.

*Os Essênios e a Comunidade de Qumran:*⁴

Benedikt Otzen (2003, pp.178-185), apresenta quatro características fundamentais a respeito desta facção judaica: a separação do restante da população, a prática da propriedade comum, ascese, e o rompimento com o culto ao Templo (a instituição do Mestre da Justiça).

Na leitura de Josefo, podemos, segundo Otzen (2003, pp. 178-185), ter duas visões a respeito do essenismo. A primeira seria a de um movimento que representava o lado mais nobre do judaísmo; o que contrasta com a visão de E. Schurer (1995), para quem os fariseus representariam a camada mais nobre do judaísmo. Já a segunda vertente seria a de um movimento sincrético com elementos da religião/filosofia persa, babilônica e egípcia.

Ainda tendo como base Josefo, Otzen (2003) enumera como outras características essênias: o desdém ao casamento, ordem de ancianidade e uma proposta de *shabbat* mais severo do que o dos outros judeus. A contradição de Otzen reside no fato dele defender concomitantemente *shabbat essênio* mais severo do que os dos outros grupos judeus e uma relação dessa facção com culturas pagãs orientais.

Emil Schurer (1995) nos dá uma boa visão sobre o essenismo utilizando como fontes Josefo, Philo e Plínio. Tratou, primeiro, de descrever a sociedade essênia como uma “ordem monástica” bem estruturada e hierarquizada, que pregava o seguimento mais estrito da lei mosaica, sem com isso deixar de acrescentar as interpretações de seus pais. Além disso, Schurer (1995), com base em A. J. XVIII I, 22⁵, estima que existia na Palestina um número de 4000 membros da comunidade essênia. Era característica essênia, ainda, a crença na imortalidade da alma, que sofreria as benesses ou o sofrimento eterno no outro (SCHURER, 1995).

³ O artigo de Williams aborda como este tripé identitário foi uma das maiores dificuldades de assimilação das comunidades judaicas dentro da Península Itálica.

⁴ Na análise das facções político-religiosas, optamos, mais uma vez, por não transcrever as passagens da documentação analisada. É possível ver, outrossim, a importância da análise de conteúdo para nosso trabalho com a documentação, uma vez que faremos nosso trabalho interpretando categorias de análise retiradas das fontes.

⁵ Vou me referir ao livro “História da guerra dos judeus contra os romanos” de Flávio Josefo por meio da abreviação G.J. Também abreviarei o nome do livro “Antiguidades Judaicas”, também de Josefo, referido sob a alcunha de A.J.

Compartilhamos da ideia de Emil Schurer (1995, p.583), de que a Comunidade de Qumrân representava uma ramificação mais radical dos essênios. Segundo aquele autor, as descobertas mostram Qumrân como um dos estabelecimentos essênios, e que sua ocupação teria sido feita na mesma época de formação do grupo essênio, ou seja, entre o reinado de Jonatas e a Primeira Revolta contra os romanos. Por fim, sua vida comum descrita pelos manuscritos do Mar Morto seria muito próxima daquilo que os essênios pregavam.

A respeito do essenismo, Schurer (1995, p.568) ainda nos diz que era um movimento que não estava limitado ao deserto, sendo seus membros considerados mestres da moralidade. A luxúria, sob o ponto de vista essênio, era a corrupção do corpo e da alma, algo que deveria ser de todo o modo evitado. Assim, a saída para o deserto seria uma atitude mais exemplar do que segregacionista, e representava a não coadunação daqueles judeus ao processo de cooptação estrangeira das elites judaicas em Jerusalém.

Schurer (1995, p. 572) ainda afirma que os essênios seguiam as leis mosaicas de forma tão ou mais estrita que os fariseus, além de codificarem algumas tradições orais. Lembremos que foram os fariseus que receberam a fama de serem os mais puros e os mais estritos seguidores da lei mosaica. Tal comparação pode ser feita em relação à comunidade judaica de Jerusalém, visto que os essênios, apesar de não se concentrarem em Jerusalém, também eram vistos como seguidores estritos da Lei. Entretanto, conforme visto em A. J. XVIII, I, não mandavam as oferendas ao Templo de Jerusalém, como deveriam ser enviadas, e não respeitavam o Sumo sacerdócio. Tais atos podem ter contribuído para o aumento de prestígio dos fariseus como a facção que seguia a lei mosaica da forma mais estrita.

Assim como Schurer, John P. Meier (2004, p. 207) também considera os qumranitas como uma ramificação dos essênios e traça a escatologia qumranita como uma característica importante desta facção. Tal escatologia essênia/qumranita era baseada na ideia de que no fim do mundo haveria a batalha entre os filhos da luz (qumranitas) e os filhos das trevas (restante da população), na qual os primeiros ganhariam para ascender ao reino dos céus. Dessa forma, concordamos com a posição de John Meier que indica que os essênios haviam rompido com os judeus que não os seguissem.

Meier (2004, p. 218) ainda enfatiza a atitude de oposição dos essênios/qumranitas em relação ao templo de Jerusalém. A separação ocorreu durante o

reinado Hasmoneu, cuja dinastia não tinha direito legal ao Sumo sacerdócio, mas mesmo assim o assumiu. O Mestre-da-justiça, o líder essênio, seria, segundo Meier (2004), um Sumo sacerdote zadoqueu.⁶

Notemos que as percepções de Schurer e Meier aproximam-se, e seus estudos tendem a ver os essênios/qumranitas como uma facção judaica, e não como uma comunidade com características pagãs ou helênicas, como propôs Otzen. Sendo assim, temos em vista algumas considerações que serão nosso ponto de partida para a análise da posição desta facção judaica em relação ao domínio imperial romano:

1º Os essênios e os qumranitas configuravam um único movimento, no qual os últimos formavam uma ramificação dos primeiros.

2º Os essênios faziam uma oposição aos judeus que não aceitaram seu modo de vida e àqueles que se submeteram às ordens de um Sumo sacerdócio não zadoquita.

3º. Apesar da oposição ao Sumo sacerdócio não zadoquita, enviavam as oferendas ao Templo, configurando uma posição dúbia em relação a um dos maiores símbolos do judaísmo.

Uma das questões que foram levantadas anteriormente foi a respeito do caráter judeu deste grupo. Em A. J. XVIII, 18-22 Josefo nos confirma o caráter judaico dos essênios. Desse modo, fica mais uma vez descartada a ideia de Otzen de que os essênios teriam características pagãs e orientais.

Ainda tendo como foco o caráter judeu dos essênios, Flavio Josefo, em A.J., XVIII, (18-22) aborda religiosamente este grupo, e os apresenta como judeus, pois “enviam votos de oferendas ao Templo”. Contudo, há uma oposição ao judaísmo que tem como base o Templo quando ele afirma “mas realizam seus sacrifícios empregando um ritual diferente de purificação”. Neste caso, percebemos que os essênios reafirmavam sua condição de judeus, ao mandar oferendas, mas também se mostravam diferentes dos outros judeus, visto que as enviavam em desacordo com as normas. Desse modo, reafirmavam a sua discordância em relação a um templo que consideravam impuro, não mais comandado por um zadokita.

⁶ Os zadoquitas seriam a linhagem que descendia do Sumo sacerdote de Salomão, e seriam aqueles que deveriam, por direito, ocupar o cargo de Sumo sacerdote. Ver: MEIER, 2004, p. 218. É preciso lembrar que os macabeus, posteriormente Hasmoneus, apesar de serem os atores principais na luta contra o Império Selêucida, não eram da dinastia zadoquita.

Pelo exposto, podemos ver que os essênios apresentavam-se como contrários a qualquer governo que não fosse o de Deus, qualquer governo que não fosse o da linhagem dos Sumo sacerdotes que eles consideravam legítima, a dos zadokitas. Como o governo romano, obviamente, não era o que eles consideravam enviado por Deus, logo, não era legítimo. Desse modo, os essênios, por suas características, apresentavam-se como resistentes ao domínio romano. A resistência dos essênios aos romanos é fruto de contatos culturais, que levam a uma série de reações entre as culturas envolvidas.

Portanto, a resistência essênica não foi direta aos romanos. Fundamentava-se no aspecto religioso e no fato de os romanos serem governantes estrangeiros. Tratava-se, na visão essênica, da não aprovação de um grupo, os romanos, que se apoderava do poder de forma irregular.

A saída de Jerusalém para o deserto, a não submissão às ordens vindas do Templo de Jerusalém e o envio de oferendas não condizentes com o templo, configuravam, em nosso entender, uma posição política dos essênios de não aceitação das ordens vindas de um governo que não consideravam como legítimo. Ao não aceitarem as ordens de um governo que viam como impuro, os essênios mantinham-se como a facção que seguiria de forma pura o judaísmo, ao mesmo tempo em que se posicionavam politicamente.

A característica dos essênios em se manter como os mais puros judeus, pode ser vista em A. J. XVIII 18-22, na qual Josefo, a todo momento, tenta traçar os essênios como o grupo que gozava da mais alta reputação entre os judeus⁷.”. Conforme Josefo apresenta em Guerras Judaicas II 120-134, os essênios seriam únicos, pois eram portadores de uma “santidade peculiar”, e eram “campeões em fidelidade” além de se distinguirem por sua piedade e caridade.

Depreendemos do termo “santidade peculiar” uma crítica (mais uma) à sociedade judaica. Trata-se de uma passagem em que Josefo afirma que os essênios adotavam crianças para a reprodução de sua comunidade. Segundo G. J. II 120-121, os essênios escolhiam crianças, pois ainda eram pias e dóceis, e eram ensinadas de acordo com os princípios essênios. Elas eram retiradas de uma sociedade, que, segundo a facção, estava corrompida pelo poder e pela usurpação do Sumo sacerdócio. Por serem ainda muito novas, não corriam o risco de trazer consigo os males da sociedade judaica para dentro da comunidade dos essênios.

⁷ Josefo também designa os fariseus como aqueles que seguiam mais estritamente a Lei.

Pelo que foi exposto até aqui, os essênios caracterizavam-se pela oposição ao governo do Sumo sacerdote que estava no Templo de Jerusalém, e eram valorizados na sociedade judaica por seu apego à religião judaica. Assim, uma questão torna-se fulcral para nosso estudo. Haveria a possibilidade de aproximação entre romanos e essênios?

Partindo da perspectiva religiosa, não. Os essênios se retiraram e se opuseram à sociedade judaica de Jerusalém, adepta do judaísmo assim como eles, por não aceitarem um Sumo sacerdote que não fosse zadokita. Acreditavam que os judeus que não os seguissem estavam corrompidos. Além disso, como já foi frisado, eram considerados como “campeões de fidelidade ao judaísmo”, conforme vemos em G. J. II 134, sendo assim, seria muito difícil, senão impossível, uma maior interação com os romanos. De acordo com Josefo em G. J. II, 150-153, os essênios tinham que se lavar toda vez que tocassem em um membro júnior de sua comunidade ou em um estrangeiro, o que evidenciava com maior clareza a impossibilidade de contato entre os romanos e esta facção.

Politicamente, a relação entre romanos e essênios seria ainda mais complicada, pois se eles não aceitavam o Sumo sacerdote não zadokita, não aceitavam, em qualquer circunstância, um domínio estrangeiro. Sendo assim, fosse um Sumo sacerdote não zadokita ou um governo estrangeiro, os essênios eram resistentes, e a saída para o deserto indicava essa posição política de oposição à qualquer governo que não fosse o de deus.

Um último ponto ainda seria importante, o econômico. Os essênios não faziam parte das elites judaicas, e a política romana de conquista visava à cooptação das elites nativas. Contudo, em G. J. II, 124 há uma indicação da extensão dos povoados essênios pela Palestina, além da já comentada reputação deste grupo para os judeus. Deste modo, concluímos que teria sido importante para os romanos formar alianças com os essênios.

Todavia, assim como a religião e, em menor grau, a política, as relações sócio econômicas essênias eram um empecilho para a aproximação romana. Em G. J. II 122-124, dois elementos são importantes, a igualdade essênia de um lado, e a pobreza e a riqueza de outro: “os ricos, eles [os essênios] desprezam”; “você não encontrará [em um povoado essênio] pessoas distinguidas umas das outras pela riqueza”; “você não verá em lugar algum [em um povoado essênio] pobreza abjeta ou riqueza excessiva”. Com base nestas passagens notamos que os essênios não eram atraídos pelas riquezas materiais.

Além disso, aparentavam, como indica a documentação, ser respeitados pelo restante da sociedade.

Desse modo, vemos que as vias de comunicação entre romanos e essênios estavam obstaculizadas pelo desapego dos últimos às coisas materiais, sua oposição à política judaica e por sua fidelidade ao judaísmo. Analisamos elementos característicos dos essênios que impediriam uma relação, um diálogo com os romanos quando da chegada destes, em 63 a.C. Neste contexto, afirmamos que qualquer tentativa romana de aproximação seria inócua tendo em vista o que apresentamos acima. O ideal de resistência já estava plantado nos essênios.

Fariseus

Para Benedikt Otzen (2003, pp.154-155), o farisaísmo era oriundo das guerras entre a camada helenizante judaica e os seguidores antiquados da lei, principalmente uma “classe média” e parte do sacerdócio durante a Revolta Macabeia. O que era para ser uma luta religiosa transcende o aspecto sacro e defende posições profanas como a liberdade dos judeus abrangendo questões políticas e sociais.

Na esfera religiosa, os fariseus mostravam suas ideias a partir da concepção de renovação e penitência, onde a Lei devia ser seguida pelos judeus em todos aspectos da vida cotidiana. Defendiam que os judeus, sem exceções, eram obrigados a seguir as privações a que somente os sacerdotes antes eram submetidos, tal proposta foi denominada por Otzen (2003, pp.155-157) como ideia de um Sacerdócio Universal.

Seguir tal ideia de privações era muito difícil para grande parte da população. Desse modo, o farisaísmo mostrava sua faceta elitista, apesar de contar com o apoio popular (WELLHAUSEN, 2001, p.16). O termo fariseus designava aqueles que se separavam. Sendo assim, suas práticas os diferenciavam do restante dos judeus, fazendo-os alcançar um elevado *status* na sociedade. Além disso, regiam escolas de interpretações da lei mosaica que norteavam sua atuação no cotidiano. Tais escolas eram grandes centros rabínicos principalmente após a destruição do Templo em 70 d.C.

Segundo Otzen (2003, p.177), havia uma ala mais radical dos fariseus que acreditava que qualquer contato com os romanos seria contrário à Lei, o que levaria o domínio romano na Judeia a ser marcado por revoltas. Tal concepção é reafirmada por Emil Shcurer (1995), que, com base em Josefo, acredita que os fariseus criam na ideia de que os judeus eram o povo eleito e por isso deviam ser governados por um único senhor, seu Deus. Sendo assim, qualquer governo gentio seria contrário aos preceitos

mosaicos e, portanto, digno de contestação e revoltas. Desse modo, os fariseus, pelo ponto de vista religioso, tornar-se-iam contrários à presença romana na região.

Na ótica de Emil Schurer (1995, pp.389-391), o farisaísmo representava a corrente mais clássica do judaísmo pós-exílico. Reconhecidos por seguir estritamente a Lei Mosaica além de serem os precursores da tradição rabínica oral, o que não quer dizer que não havia rabinos dos saduceus e dos essênios que ensinavam a Tora oralmente. Assim, para Schurer (1995, pp.389-391), o farisaísmo marcou o ponto de partida do judaísmo rabínico após a destruição do Templo de Jerusalém por Tito em 70. Politicamente, eles só agiriam quando os interesses políticos interferissem no cotidiano religioso. Entretanto, deve ser ressaltada a dificuldade em se separar o político do religioso na Antiguidade, sobretudo no caso dos judeus. Logo, a presença romana na região era um ato político que interferia diretamente na religiosidade judaica, como explicitado nas linhas acima.

A respeito do surgimento dos fariseus, Schurer (1995) nos diz que residia nas lutas Macabéias, quando Hasidim, o Pio, lutou ao lado de Judas Macabeus com fins religiosos. Ao perceber que a batalha enveredava-se para o lado da emancipação política dos judeus ele se separou dos Macabeus/Hasmoneus (durante o reinado de João Hircano I), que usurparam o Sumo sacerdócio da antiga linhagem dos saduceus. Com a rainha Alexandra⁸ no comando dos Judeus, os fariseus acalmaram seus ânimos, e sob os romanos e Herodes, assumiram um papel de forte influência sobre a população. (SCHURER, 1995, 400-403).

Por outro lado segue a discussão de Emil Schurer (1995), que apresenta uma análise muito mais densa e complexa dos fariseus. Entretanto, tal análise se ressentia de uma perspectiva que apresente mais a relação entre as posições religiosas e políticas dos fariseus, analisando-os como grupos religiosos de interesse político, como propôs Saldarini (2005, p.93). Julius Wellhausen (2001) apresenta os fariseus como um grupo cujo objetivo era o de estender ao máximo a soberania da Lei sobre os terrenos da realidade (WELLHAUSEN, 2001, pp.5-11).

Posto isto, os fariseus configuravam-se como um grupo social formado por aqueles que seguiam as determinações dos escribas, e mais tarde, diretamente os preceitos da Lei. Eram, nas palavras de Wellhausen (2001, pp.37-48), um “partido” teocrático dentro de uma teocracia, a continuação pública dos escribas. A diferença dos

⁸ Alexandra foi rainha dos judeus entre 76 e 67 a.C.

fariseus frente aos outros membros da população estava justamente na sua incessante busca por seguir estritamente a Lei. Tornavam-se modelos a serem seguidos e por isso ficaram conhecidos como um “partido” popular, o que não significava ter empatia pelo povo, mas sim serem vistos pelo povo como modelos a serem seguidos (WELLHAUSEN, 2001, pp.11-14).

No que concerne à política, de acordo com Wellhausen (2001, pp.24-36) , embora ocupantes do sinédrio, não estavam de acordo com uma dominação estrangeira ou herodiana, por retirarem dos fariseus suas ações políticas. Todavia, não se tratava de os fariseus estarem contra a dominação romana por limitarem sua atuação política, como propôs Wellhausen. A questão não é tão simples. Anthony Saldarini e John P. Meier evidenciam que os fariseus podiam se associar a qualquer grupo político que lhes concedesse a liberdade política para agir, mesmo que isso fosse uma contradição às suas crenças religiosas.

Saldarini (2005, p. 19) aponta para as dificuldades em se estudar os fariseus, decorrentes, principalmente, do preconceito e da escassez das fontes a que temos acesso. Os fariseus seriam, na ótica de Saldarini (2005, p. 52), como uma “classe de servidores”, um grupo social que não possuía poder político independente, e precisava se associar ao soberano e/ou governante do momento para adquirir influência na política da Judeia. Sua riqueza não era, em muitos casos, condizente com seu prestígio junto a sociedade, e era seu *status* social que permitia sua aproximação com a camada governante (definida por Saldarini como o grupo dos saduceus).

São duas as definições de Saldarini que se tornam fundamentais para este ensaio. Primeiramente, ele define que os fariseus não possuíam um poder político independente e, por isso, necessitavam do apoio e da aproximação da camada dominante governante. Esta aproximação, necessária para a sobrevivência política dos fariseus, seria de grande importância para os governantes, tendo em vista o poder de influência dos fariseus junto ao restante da sociedade judaica. Configura-se, dessa forma, o que Saldarini (2005, p.93) intitula de “grupo de interesse político”, a segunda definição importante para nosso trabalho, ou seja, um grupo social organizado que tem em vista a chegada ao poder político, que, no caso dos fariseus, só ocorreria de forma indireta.

John P. Meier, tendo Saldarini como uma de suas referências, apresenta uma definição um pouco mais extensa e minuciosa dos fariseus. De forma resumida, apresentaremos o que Meier (2004, p. 38) chamou de um “esboço minimalista em seis pontos”, quais sejam:

1. Os fariseus eram uma facção judaica com interesses políticos e religiosos, assim como os saduceus. Sua existência pode ser retomada desde o século I a.C., o que não nos permite, no entanto, afirmar a data precisa de sua fundação.

2. Tinham grande reputação por sua interpretação rigorosa e precisa da Lei.

3. O Templo de Jerusalém e a Lei eram os símbolos da união judaica. Entretanto havia muitas contendas entre os grupos no que concernia à interpretação da Lei, o que gerou as práticas distintivas entre os grupos judeus. Não que tais grupos fossem profundamente diferentes dos judeus comuns, mas sim que eles tinham, devido à interpretação particular da Lei, práticas distintas. Isto enveredava para uma diferenciação básica entre fariseus e saduceus (e também dos essênios): o fato de os primeiros tentarem a todo custo convencer o povo a segui-los. Além de seguir a Lei, os fariseus apresentavam uma devoção à tradição.

4. A tradição dos pais era importante, e tinha papel fundamental no cotidiano farisaico.

5. As fontes apresentam uma preocupação com a conduta concreta farisaica, uma vez que o judaísmo antigo dava mais ênfase à ortopraxis do que à ortodoxia.

6. Em relação à providência divina, Meier afirma que os fariseus representavam o meio termo, acreditando que Deus definia o destino dos homens, que contudo podiam ainda alterá-lo. Nas extremidades estariam os saduceus e os essênios, os primeiros crendo que os homens têm total livre-arbítrio, enquanto que os últimos criam que Deus é responsável por todas as coisas. Ainda, os saduceus, devido a suas atuações políticas, interessavam-se pela importância do esforço humano. Já os fariseus eram pintados por Josefo, na verdade, como defensores do destino, de forma bem escamoteada. Ao identificarmos o farisaísmo como defensor do destino divino, concordamos que seguiam as vontades de Deus e da Lei. Contudo, enveredando para a questão do livre-arbítrio, vemos que era de responsabilidade de Israel e seus filhos seguir as vontades de Deus com suas próprias pernas.

Desse esboço, apreendemos, portanto, que Meier se coaduna com a ideia de grupos de interesses políticos de Saldarini, excluindo qualquer possibilidade de determinismo econômico ou religioso no que concerne ao estudo dos fariseus. Essa é a ideia mais básica, e que deve ser levada em consideração a todo momento. Mesmo quando apresentamos ou discutimos os paradigmas religiosos dos fariseus, é preciso relacioná-los às implicações que traziam para os fariseus junto à política corrente na época e às relações com outros grupos sociais judeus e com os romanos.

Sendo assim, estabelecemos três definições que seguiremos ao analisarmos a dinâmica relacional dos fariseus com os romanos.

1ª As posições políticas e religiosas dos fariseus devem ser analisadas em conjunto.

2ª Seu poder só seria possível caso se aproximassem da camada governante, ou seja, seu poder político seria sempre indireto.

3ª Não deve ser visto como um partido popular, mas sim uma facção apoiada e respeitada pela população devido a seu seguimento estrito da Lei.

Será que podemos ver os fariseus, quando da chegada dos romanos à Judeia, como um grupo social que se oporia aos invasores estrangeiros? As posições políticas e religiosas dos fariseus eram coerentes? Para responder a tais perguntas, utilizamos, mais uma vez, os relatos de Flávio Josefo em “Antiguidades Judaicas” e “História da guerra dos judeus contra os romanos”.

Nossa análise dos fariseus tem seu ponto de partida em G. J. I, 107-112, em um trecho onde Josefo analisa o crescimento de poder farisaico dentro do reinado de Alexandra. Tal descrição é muito rica para nossa análise, pois se tratava do governo que originou as batalhas entre Hircano II e Aristóbulo II, pretexto para a entrada efetiva das tropas romanas no território judeu com Cneu Pompeu. Além disso, é importante para vermos como os fariseus atuavam dentro da política judaica no momento imediatamente anterior à chegada dos romanos.

A relação entre a rainha Alexandra e os fariseus é uma categoria que merece ser analisada, principalmente se utilizarmos as passagens escritas por Flávio Josefo em G. J. I, 107-112. Josefo primeiro enaltece a rainha, e apresenta uma posição dúbia a respeito dos fariseus, para depois explicar a relação entre ambos. Na análise da passagem citada Alexandra é apresentada por Josefo como uma “mulher ingênua”, mas ao mesmo tempo uma “administradora maravilhosa”, características que passam uma imagem positiva da governante judaica para o leitor.

A imagem criada dos fariseus por Josefo é, no entanto, mais conflitante. Quando trata do aspecto religioso dos fariseus, Josefo os valoriza, pois seriam “os intérpretes exatos das Leis” e “excedem o restante da população na observância das Leis”. Isso dá mostras de que, na sociedade judaica, os fariseus tinham grande prestígio e *status* em virtude do seguimento estrito da Lei, como defende grande parte dos autores

trabalhados anteriormente⁹. Contudo, quando Josefo foca sua apresentação na relação dos fariseus com a política, o cenário muda de configuração. Josefo nos diz que os fariseus “tomam vantagem sobre uma mulher ingênua” e “regulam Alexandra”. Josefo tenta apresentar os fariseus como usurpadores do poder. Ao falar que Alexandra era uma “administradora maravilhosa”, Josefo, implicitamente, impede que se questione seu governo e denigre a tentativa de qualquer grupo em controlar o governo e Alexandra.

A partir do momento em que Josefo fala do controle dos fariseus sobre a rainha, lembramos da definição de Saldarini (2005): os fariseus tinham interesses políticos e necessitavam se associar aos governantes para alcançarem o poder. Portanto, os fariseus chegavam ao poder de maneira indireta. E esta tomada indireta de poder é apresentada e criticada por Josefo.

Como falamos anteriormente, as características religiosas e políticas dos fariseus não devem, entretanto, serem tratadas em separado. A análise em conjunto destas duas categorias possibilita a percepção de uma contradição farisaica que seria de grande valia para o governo romano. Tal contradição está situada no fato de Alexandra ser uma governante da dinastia que usurpou o Sumo sacerdócio, os Hasmoneus. Se os fariseus eram os maiores seguidores da lei mosaica eles deveriam ser fiéis ao governo de Deus, ou seja, seguir as ordens dos Sumo sacerdotes da linhagem zadokita. Contudo, os fariseus pareciam não estar dispostos a se afastar da comunidade judaica como fizeram os essênios. Eles mantiveram-se perto do Templo, da agitação política e não se furtavam em se associar a uma governante usurpadora. Lembremos que Alexandra indicou seu filho, Hircano II, conforme vemos em A. J. XIII 408-416, para ocupar o Sumo sacerdócio, mantendo, desse modo, mais um Sumo sacerdote “ímpio”, como definiriam os essênios.

Mas como essa atitude dos fariseus favoreceria o processo de dominação imperial romana na região? Os fariseus, como facção político-religiosa que não alcançava o poder de forma independente precisava se aliar a algum grupo governante. Ao se associar à Alexandra eles davam mostras de que poderiam fazer o mesmo com os romanos, desde que estes cedessem espaço político para a atuação farisaica. Contudo, a contradição seria mantida, visto que, manteriam o apoio a um governo não designado

⁹ Esta é uma das unanimidades encontradas dentro da discussão historiográfica que traçamos.

por Deus. Tanto em “Antiguidades Judaicas” quanto em “História da guerras dos judeus contra os romanos” notamos esta contradição farisaica.

Na análise de A. J. XIII, 408-416, observamos que Josefo apresenta mais um pouco da relação entre a rainha Alexandra e os fariseus. Mais uma vez, Josefo apresenta características positivas de Alexandra, apresentada como aquela que “tinha o título de soberana” e que aumentou sua força militar e política (“fez dela própria a força duas vezes maior”). Apesar de soberana e forte, Alexandra não poderia sustentar-se contra a pressão farisaica, pois se a rainha era a soberana, os fariseus detinham o poder. Novamente, os fariseus eram descritos como manipuladores visto que eles “trabalhavam sobre os sentimentos da rainha”.

Engana-se, porém, quem acha que este tenha sido o primeiro evento envolvendo os fariseus e sua vontade de assumir o poder na Judeia. Hircano I, sogro de Alexandra, também teve contendas com os fariseus. Em A. J. XIII 288-298, notamos uma última categoria de grande valia para nosso trabalho: a relação de Hircano com os Fariseus. Josefo afirmou que Hircano “era muito amado pelos fariseus” e que estes tinham grande influência sobre o povo. Além disso, segundo a passagem acima citada, Hircano teria pedido ajuda aos fariseus para que eles – aqueles de maior reputação em Jerusalém – o ajudassem a “ser justo”. Este pedido de pronto foi aceito pelos fariseus que afirmavam que ele era “totalmente virtuoso”. Enquanto Hircano detinha o poder e ansiava pelo apoio da população, os fariseus detinham a influência sobre o povo e desejavam o poder político. A aproximação entre Hircano e os fariseus era, portanto, mais que possível, era viável e satisfatória para ambos os lados.

Conclusão

A política de cooptação das elites locais por Roma não poderia ser efetuada na Judeia com base no apoio de Essênios e Fariseus. Enquanto os primeiros eram diametralmente contra qualquer governo que não fosse oriundo da dinastia zadoquita, os últimos aceitavam a cooptação para que estivessem no topo do poder político. No entanto, frente à população judaica, esta associação seria maléfica, uma vez que eles não estariam de acordo com as normas da Torá de somente aceitar governos divinos, no caso o Sumo sacerdote.

Desse modo, a dominação romana na Judeia encontraria dificuldades em estabelecer seu domínio naquela região, uma vez que duas importantes facções político-religiosas judaicas encontravam-se em oposição à dominação estrangeira.

Bibliografia

Fontes.

JOSEPHUS. *The Jewish War*. THACKERAY, H. St. J. trad. Cambridge-Massachusetts and London: Loeb Classical Library - Harvard University Press, 1989.

_____ *Jewish Antiquities*. THACKERAY, H. St. J. trad. Cambridge-Massachusetts and London: Loeb Classical Library - Harvard University Press, 1989.

Obras Gerais:

AUGÉ, M. *O sentido dos outros*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEARD, Mary & CRAWFORD, Michael. *Rome in the late republic: Problems and Interpretations*. London: Duckworth, 1985.

CHEVITARESE, A. Fronteiras internas atenienses no período clássico. (Re)definindo conceitos e propondo teóricos de análise. In: *Phoenix*, Rio de Janeiro, 10: 63-76, a2004.

_____ Fronteiras culturais no Mediterrâneo Antigo: gregos e judeus nos períodos arcaico, clássico e helenístico. In: *Politeia: História e Sociedade*. Vitória da Conquista. V.4, n.1, b2004 pp. 69-82

CHEVITARESE, A. L.; CORNELLI, G. *Judaísmo, Cristianismo, Helenismo. Ensaio sobre Interações Culturais no Mediterrâneo Antigo*. São Paulo: Annablume, Fapesp: 2007.

_____ (orgs.) *A descoberta do Jesus Histórico*. São Paulo: Paulinas, 2009.

CHEVITARESE, A.L.; CORNELLI, G.; SELVATIC, M. *Jesus de Nazaré. Uma Outra História*. São Paulo: Fapesp/ Annablume, 2006.

GOODMAN, Martin. *A Classe Dirigente da Judeia - As Origens da Revolta Judaica contra Roma, 66-70 d.C.* Rio de Janeiro: Imago, 1994.

HUSKINSON, J. (org.). *Experiencing Rome: Culture, identity and power in a Roman world*. Londres. Routledge/Open University. 2000. pp.305-335.

KIPPENBERG, H. *Religião e Formação de Classes na Antiga Judeia*. Tradução de João Aníbal G.S. Ferreira. São Paulo: Paulinas, 1988.

MEIER, J. P. *Um judeu marginal. Repensando o Jesus Histórico*. Vol. 3 Livro 2. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

- OTZEN, B.. *O Judaísmo na Antigüidade. A história política e as correntes religiosas de Alexandre Magno até o imperador Adriano*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- SILVA, Rosana M.dos S. *Pluralidade e Conflito: Uma História comparada das guerras judaicas entre os século II a.E.C. e I E.C./* Rosana Marins dos Santos Silva – Rio de Janeiro: PPGHC, 2006. pg.142.
- SALDARINI, A. *Fariseus, escribas e saduceus na sociedade palestinese*. São Paulo: Paulinas, 2005.
- SCHÜRER, E.. *The History of the Jewish People in the age of Jesus Christ (175 b.C. – 135 A.D.)*. Edinburg: T & T Clark LTD, 1995.
- SIMON, M. e BENOIT, A. *Judaísmo e Cristianismo Antigo - de Antíoco Epifânio a Constantino*. São Paulo: Pioneira / EDUSP, 1987.
- STERN, M. *Greek and Latin Authors on Jews and Judaism I*. Jerusalem: The Israel Academy of Sciences and Humanities, 1976.
- TAINTER, J. *The collapse of complex societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- WELLHAUSEN, Julius. *The Pharisees and Sadducees*. Macon: Mercer University Press, 2001.
- WILLIAMS, Margaret. Jews and Jewish communities in the Roman Empire. In:

ROMANIZAÇÃO E OS SÉCULOS XX E XXI: A DISSOLUÇÃO DE UM CONCEITO

*Bruno dos Santos Silva*¹

RESUMO: Este artigo pretende traçar um panorama sobre o papel do conceito de Romanização nos estudos relativos aos contatos entre romanos e os povos de regiões para além da península Itálica. Procuraremos analisá-lo tendo como pano de fundo as transformações que a própria disciplina História sofreu desde o século XIX. O artigo visa entender como as mudanças de paradigmas, do Estado-Nação às identidades, afetaram os usos e os significados deste conceito.

PALAVRAS-CHAVE: Romanização; Império Romano; Províncias; Estado-Nação; Identidades.

ABSTRACT: This paper intends to sketch an overview on the role of the concept of Romanization in the studies about the contact between the Romans and the people from regions outside the Italian peninsula. The analysis of this concept will be made with the changes the discipline of History has been passing through since the 19th century as its background, aiming at how the paradigm changes, from the Nation State to the Identity models for antiquity, impact the uses and meanings of that concept.

KEYWORDS: Romanization; Roman Empire; Provinces; Nation State; Identities

Introdução

A ideia de Romanização é um dos conceitos mais controversos, mas também um dos que tem sido mais utilizado pelos historiadores do império romano. Vem sendo utilizado em contextos em que se pretende estudar a influência da conquista romana sobre as populações que entravam em contato com o estilo de vida e com o poder do povo invasor.

Desde o século XIX este conceito tem marcado presença nos diversos trabalhos historiográficos e arqueológicos. E suas mudanças têm acompanhado as transformações teóricas pelas quais os estudos sobre antiguidade têm passado. Se tal conceito surgira extremamente influenciado pelo debate da criação dos Estados Nacionais do século XIX, hoje a Romanização enfrenta críticas por parte de estudiosos que passaram a problematizar suas pesquisas sobre o viés dos estudos identitários, além das influências de conceitos

¹ Mestrando do programa de pós-graduação em História Antiga do Departamento de História da FFLCH da USP; membro do LEIR-MA/USP.

contemporâneos, como a globalização, na maneira de enxergar as transformações na antiguidade.

Esse artigo pretende traçar um amplo panorama das transformações pelas quais o conceito de Romanização tem passado: os seus diferentes usos e as críticas que ele tem sofrido. Faremos essa análise tendo como pano de fundo as mudanças historiográficas mais importantes pelas quais passaram os estudos sobre a antiguidade. Começaremos com os especialistas do final do XIX e início do século XX que, influenciados pelo contexto de crescimento de importância dos Estados Nacionais, deram ao termo o sentido de evolução moral, de passagem da barbárie para a civilização. Em seguida, falaremos da importância na mudança de perspectiva nos anos 1950 e 1960 nas ciências humanas, e como os estudos sobre antiguidade foram afetados. Ao final, teremos três blocos de análise que procurarão analisar os rumos que os trabalhos sobre os contatos entre Roma e os povos de várias regiões foram tomando nos últimos 50 anos, ou seja, como o conceito de Romanização tem aparecido nestes estudos.

Romanização e o Estado Nação

Andrew Lintott, no primeiro capítulo do nono volume da *Cambridge Ancient History*, que trata da crise da República Romana, atribui a Maquiavel uma das primeiras análises sobre a transição para o Império no final do século I a.C. Em sua obra "*Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*" Maquiavel atribuiria "ao militarismo e ao multiracialismo" as origens do Declínio de Roma. Falando de uma época em que a "organização social e política das cidades eram emprestadas da República de Roma", o autor do *Príncipe* teria procurado fortalecer o papel do Senado, que, em sua opinião, deveria ter tomado maiores cuidados para não permitir que grande parte dos soldados-cidadãos se aproximasse perigosamente dos generais, em detrimento do principal órgão decisório da cidade (LINTOTT, 1994, pp. 10-11).

Mas é com Mommsen e os historiadores do final do século XIX e início do XX que os grandes estudos sobre Roma serão realizados. A obra ganhadora do Prêmio Nobel de Literatura de 1902, *História de Roma (Römische Geschichte)*, de Christian Matthias Theodor Mommsen propunha um olhar diferente para a crise da República: diferente de Maquiavel, e mesmo de autores como Montesquieu, a ascensão do principado não era mais

vista como decadência moral dos ideários republicanos, mas sim como salvação de Roma (LINTOTT, 1994, p. 12). Mommsen confrontara o Senado romano ao Parlamento inglês de sua época, procurando comparar a luta entre *optimates* e *populares* às disputas entre Conservadores e Liberais, com o objetivo de mostrar que a Guerra Civil era travada por uma elite incompetente de homens que brigavam por interesses pessoais, não havendo nenhum espaço para o resto dos cidadãos. Uma revolução feita por forças militares, estabelecendo uma monarquia, seria mais representativa da população de todo o império (LINTOTT, 1994, p. 12).

Mommsen identifica uma grande diferença entre os dois órgãos decisórios dos impérios em questão, o Romano e o Britânico: enquanto o Parlamento apresentava-se como democrático e fortalecia o poder da Inglaterra sobre suas colônias, o Senado e seus senadores seriam os responsáveis por quase destruir as conquistas realizadas por Roma, precisando recorrer a uma monarquia de cunho militar para salvar o império.

Essa comparação entre os Impérios Britânico e Romano não se reduz ao âmbito político na “História de Roma”. Vejamos o trecho a seguir:

Por força da lei, segundo a qual um povo que tenha evoluído para formar um Estado absorve seus vizinhos que estão na infância política, e um povo civilizado absorve seus vizinhos que ainda estão na infância intelectual – em virtude desta lei, que é tão universalmente válida e tão natural quanto a lei da gravidade – a nação Romana (a única na antiguidade capaz de combinar um desenvolvimento político superior e uma civilização superior, embora tenha apresentado esta última apenas em uma forma imperfeita e externa) teve o direito de reduzir à sujeição os Estados gregos do Oriente que estavam prontos para a destruição, e despojar os povos ocidentais em um nível cultural inferior – Líbios, Iberos, Celtas, Germanos – por meio de seus colonos; assim como a Inglaterra com igual direito tem, na Ásia, reduzido à sujeição uma civilização de reputação rival, mas politicamente impotente, e na América e Austrália tem marcado e enobrecido, e ainda continua a marcar e enobrecer, extensos países bárbaros com a marca de sua nacionalidade. (MOMMSEN, 2001. pp. 1934)

Neste trecho o historiador alemão, ao comentar o projeto expansionista de Roma, faz uma referência positiva ao imperialismo inglês. Alguns pesquisadores, recentemente, têm feito comentários da obra de Mommsen a partir dessas ideias apresentadas. Na maioria dos casos, ressaltam sua evidente defesa da política externa Britânica na passagem do século XIX para o XX (FREEMAN, 1997, p. 30). Podemos, entretanto, notar um outro

aspecto, qual seja, as implicações teóricas do posicionamento e das opções políticas deste e de outros autores. A estratégia de traçar paralelos diretos – sempre positivos – entre dois processos, aparentemente distintos, de ampliação de fronteiras, o romano e o inglês (do período pré-guerras mundiais), trará sérias consequências às análises posteriores. Essa prática historiográfica, que vê sinais de avanço e progresso na adoção de padrões romanos pelas populações dos locais conquistados, será, via de regra, a preponderante nos estudos sobre antiguidade de meados do século XIX ao começo do pós-segunda guerra mundial.

Essa historiografia do século XIX tinha, como podemos perceber nos escritos de Theodor Mommsen, um paradigma bem claro: o Estado-Nação. Desta forma, suas análises dialogariam, conscientemente ou não, com este tema. Não só os trabalhos acerca da crise da república e da ascensão do império entrariam nessa lógica, como também, e principalmente, aqueles que pesquisassem o contato entre romanos e povos dominados. Desde então, passou-se a tentar entender como os imperadores conseguiram criar as estruturas do Império, além, claro, das estratégias que o sustentaram durante tantos anos. Logo, apresentar Roma como a detentora da civilização, sendo conclamada pelos conquistados a salvá-los da barbárie, passou a ser uma das formas de pensar e explicar a passagem da República para o Império.

O conceito de Romanização passa, com isso, a ser utilizado largamente. Da mesma forma que Mommsen havia feito, historiadores como inglês Francis Haverfield (1860–1919) e o francês Camille Jullian (1859 - 1933) estudaram, respectivamente, as províncias da Bretanha e da Gália, a partir de documentação textual, epigráfica e arqueológica, buscando identificar os traços de romanização dessas regiões. Haverfield descreve um processo no qual as culturas romanas e bárbaras se fundiram, prevalecendo os elementos civilizatórios romanos, observáveis, para o autor, na cultura material. “A romanização possuía efetivamente uma qualidade espiritual” para estes autores, aponta Richard Hingley (HINGLEY, 2005, pp. 34). Jullian é mais cauteloso e retira um pouco do peso civilizatório dos romanos. Assim como os outros, uma de suas principais fontes, além da cultura material, é a obra *Agrícola* de Tácito, na qual ele identifica fortes traços de romanização das populações bretãs. Camille Jullian procurará ressaltar também as características positivas dos Gauleses (HINGLEY, 2005, pp. 35), em uma forte referência aos discursos

nacionalistas de seu país, em um movimento muito similar ao de outros historiadores de países como Espanha e Portugal.

Primavera das Identidades

Este panorama – em que as pesquisas associavam romanização ao processo civilizatório que os países europeus pré II Guerra Mundial empreendiam – começa a mudar nas décadas de 1950 e 1960. A configuração de um mundo bipolar, em que a divisão do globo ficara a cabo de Estados Unidos e União Soviética, é acompanhada por uma série de movimentos de independência das antigas colônias na África e na Ásia. O período de descolonização – que começara ainda na década de 1940 com a Desobediência civil de Gandhi e sua *Satyagraha*², além da importante Conferência de Bandung de 1955 – trará consequências políticas, sociais e culturais para um século XX que via o processo de globalização dar seus primeiros passos. Os impérios militares e de ocupação do século XIX ruíam, dando lugar a uma “conquista mais lenta e mais eficaz”, que ligaria diretamente várias regiões africanas ao mercado europeu e norte-americano (SECCO, 2004, p. 69). Guerras civis se multiplicariam nos recém criados Estados independentes da África e da Ásia, provocando enormes deslocamentos populacionais intra e intercontinentais – processo esse que têm chegado ao seu limite nos últimos anos, evidenciado pelas inúmeras manifestações xenófobas nos países europeus, além de medidas de restrição à entrada de estrangeiros em países como a França e a Itália (VIDAL, 2011). No campo da cultura vemos surgir uma série de intelectuais engajados em expurgar as reminiscências do período colonial, destacando as particularidades e ressaltando os pormenores de seus países. Caso paradigmático desse movimento fora Edward Said e sua militância palestina (SADER, 2003, p. 10). Em sua principal obra, *O Orientalismo*, ele trata da invenção do Oriente pelo Ocidente: o primeiro servindo de “espelho no qual (o Ocidente) se reflete para afirmar sua

² “The term satyagraha was coined by me in South Africa to express the force that the Indians there used for full eight years and it was coined in order to distinguish it from the movement then going on in the United Kingdom and South Africa under the name of passive resistance.

Its root meaning is holding on to truth, hence truth-force. I have also called it love-force or soul-force. In the application of satyagraha, I discovered in the earliest stages that pursuit of truth did not admit of violence being inflicted on one's opponent but that he must be weaned from error by patience and sympathy. For what appears to be truth to the one may appear to be error to the other. And patience means self-suffering. So the doctrine came to mean vindication of truth, not by infliction of suffering on the opponent, but on one's self.” GANDHI, Statement to Disorders Inquiry Committee (SABARMATI, January 5, 1920).

identidade – eurocentrista e discriminatória” (SADER, 2003, p. 09). Said é um dos responsáveis por trazer à tona a questão das identidades no campo das Ciências Humanas.

Nos estudos clássicos a onda de mudanças não foi sentida com menor intensidade. Com o enfraquecimento dos Estados-nacionais, a evidente repartição do mundo em zonas de influência e os primeiros sinais da emergência de entidades supranacionais – como a Comunidade Européia do Carvão e Aço (Tratado de Paris, 1951) e a Comunidade Econômica Européia (Tratado de Roma, 1957) –, a própria maneira de olhar para o mundo antigo passa por mudanças interessantes. Moses Finley, em 1973 com seu livro “*Ancient Economy*”, começa a melhor esmiuçar os termos de um Mundo Greco-Romano. Não mais se trataria da História de Roma ou da Grécia como se fossem Estados em desenvolvimento contínuo, ambos portadores da civilização que seria herdada pelos europeus. Finley trouxe para o debate o mediterrâneo e as cidades: o mar como palco dos acontecimentos, a história no Mediterrâneo de Fernand Braudel, tendo as cidades-Estados como motor das transformações, principalmente econômicas.

Neste mesmo movimento, os historiadores da antiguidade passaram a olhar também para o conceito de Identidade como alternativa para explicar as mudanças observadas nesse mundo greco-romano. A identidade nacional era substituída pelas identidades culturais, tribais, étnicas, familiares, subjetivas e tantas outras possíveis. Os autores responsáveis por esta inversão no olhar pretendiam buscar o que havia sobrevivido à perniciosa presença européia nas antigas colônias, e o que havia nascido da luta de independência desses países: uma literatura independente, que possuísse características próprias, mas que tivesse sofrido a influência do imperialismo (SAID, 1978). Acompanhando essa tendência, o termo Romanização passa a ser fortemente criticado por não dar espaço para que as identidades das populações de todo o Império Romano pudessem ser estudadas plenamente.

Em um de seus livros mais conhecidos, *Cultura e Imperialismo* [1993], Edward Said analisa o período de descolonização como:

Uma imensa onda de atividades, pensamentos e **revisões** anticoloniais e antiimperialistas, em última instância, tem superado o sólido edifício do império Ocidental, desafiando-o, para usar uma brilhante metáfora de Gramsci, em um cerco mútuo. Pela primeira vez, os ocidentais foram obrigados a confrontar-se não simplesmente como os “Raj”, mas como representantes de uma cultura e mesmo de raças acusadas de crimes – crimes de violência, crimes de supressão, crimes de consciência. (SAID, 1993, pp. 195)

Não à toa, Richard Hingley, um dos principais historiadores preocupados em pensar os desdobramentos teóricos do conceito de Romanização, abre o prefácio de seu livro *Roman Officers And English Gentlemen* [2000] com uma citação de Said³. As críticas literárias deste último reverberarão nas palavras de Hingley e de muito outros especialistas.

Richard Hingley é um teórico preocupado com a escrita da História Antiga. Para ser mais exato, este autor tem focado na análise da escrita da História de Roma, e sua produção mais recente é quase toda voltada para o estudo do conceito de Romanização – a esse tipo de trabalho damos o nome de Estudos de Recepção. No supracitado livro, ele faz uma profunda análise da interação entre os discursos historiográficos britânicos do final do XIX e início do XX e as políticas coloniais do Império Britânico. Em seu outro livro *Globalizing Roman Culture* [2005], e em uma série de artigos recentes, este autor procura esboçar algumas vias de superação do que ele e seus companheiros pós-colonialistas vêem como problemas: a apropriação da antiguidade pelo Ocidente e o eurocentrismo nas análises históricas (HINGLEY, 2008, pp. 11); a perpetuação de valores e conceitos de determinados momentos da história da Inglaterra (HINGLEY, 2000, pp. 11); a não-valorização de elementos culturais dos nativos (HINGLEY, 2010, pp. 2), entre outros. Hingley não se posiciona de forma definitiva em uma proposta teórica. Enxerga um aparente esgotamento na busca por elementos que mostrem uma participação menos passiva dos autóctones, que investigue sinais de resistência e/ou negociação entre Roma e as inúmeras comunidades – a marca dos trabalhos historiográficos e arqueológicos feitos após os processos de descolonização (HINGLEY, 2010, pp. 3). Tendo pautado seus estudos na influência do imperialismo na construção do conceito de Romanização, ele faz uma auto-reflexão do movimento historiográfico ao qual pertence, e se questiona sobre as influências políticas do presente nos conceitos de pluralidade, diversidade e complexidade (HINGLEY, 2010, pp. 3).

Os Limites da Identidade

Com menos análises teóricas e mais estudos de caso, historiadores e arqueólogos de diversas nacionalidades têm tentando ir além da simples idéia de adoção cultural que o

³ “Appeals to the past are amongst the commonest of strategies in the interpretation of the present. What animates such appeals is not only disagreement about what happened in the past and what the past was, but uncertainty about whether the past really is past, over and concluded, or whether it continues, albeit in different forms.” HINGLEY, *Roman Officers And English Gentlemen*, pp. XI, 2000.

termo Romanização carrega consigo. Tomemos como exemplos os especialistas Martin Millet, Greg Woolf, Louise Revell, David J. Mattingly, Susan Alcock, C. R. Whittaker, Andrew Wallace-Hadrill, Simon Keay e Ian Morris. Todos eles serão analisados como representantes de tendências historiográficas atuais.

Começemos por dois especialistas em províncias do império romano. Martin Millet e Greg Woolf, que estudam a Bretanha e a Gália, respectivamente, vêem o processo de romanização como uma espécie de síntese cultural, “uma resposta da elite indígena à dominação” (PINTO, 2003, p. 22). A adoção da cultura material de origem romana pelas elites locais passa a ser vista como novo instrumento legitimador da manutenção da ordem social anterior, substituindo o domínio pelas armas (PINTO, 2003, pp. 23). A principal diferença entre eles está no fato de Woolf vislumbrar um projeto romano de expansão a partir de Augusto, associando a isso a difusão de um “tipo ideal” denominado *Humanitas* (WOOLF, 1998, p. 54). Martin Millet, por outro lado, enxerga uma política externa de Roma voltada para alianças e influências indiretas nas diversas regiões conquistadas. Trataria-se de uma Romanização própria, uma auto-romanização, um projeto das elites locais de adotar os hábitos dos romanos com a finalidade de manterem-se no topo da hierarquia social (MILLET, 1990, p. 38). O Império assim pode ser visto como o incentivador de uma “livre iniciativa”, um *laissez-faire* à qual as elites locais vão se associando. O restante da população, nessa lógica, adotaria a cultura romana por imitação de seus dirigentes (HINGLEY, 2005, p. 42)

Louise Revell critica essa visão, principalmente a de Martin Millet, por não acreditar que a experiência de compartilhar a identidade romana fosse um fenômeno restrito às elites (REVELL, 2009, p. 153 e p. 192). Ela prefere trocar o conceito de Romanização por *Roman-ness* (sic): se ambos mostram-se teleológicos, ao menos o último tem o diferencial de ser entendido como um discurso propagado conscientemente por Roma, através da arquitetura das cidades e do culto ao imperador. Os espaços públicos são para essa autora “Espaços Sociais”, que, ao serem analisados, podem dar pistas de como os indivíduos compartilhavam a experiência de “ser romano” (REVELL, 2009, p. 21):

as estruturas do imperialismo romano, como a religião, o urbanismo e o culto imperial, encontravam-se na rotina diária da população das províncias, e, através dessas atividades, eles compartilhavam um amplo discurso imperial de como uma vida romana deveria ser vivida (REVELL, 2009, p. 193).

O problema dessa abordagem é o mesmo que a autora propõe como solução: a variedade de possibilidades de se viver a experiência de ser romano esvazia qualquer argumentação e acaba subjetivando o estudo. A autora afirma, entretanto, que o caminho seria encontrar os pontos em comum nessas várias percepções, tendo em vista o quadro de variabilidade e complexidade que se apresentava (REVEL, 2009, p. 193).

Tirar o foco da Romanização do campo da identidade romana pura e simples, e aproximá-la de um discurso propagado pelos espaços constantemente alterados pareceu uma boa saída encontrada por Louise Revell. Mas subjetivar dessa maneira o processo, e fragmentar as várias percepções da identidade romana, apresenta-se como uma proposta perigosa, uma vez que a violência, a imposição, as lutas, as desigualdades e quaisquer outras mazelas somem da análise. O mundo, assim, vira um palco em que os indivíduos experimentam e compartilham com seus pares as identidades disponíveis, não havendo qualquer forma de embate entre eles.

Em um artigo intitulado “Imperialism and culture: the roman initiative”, que consta em uma coletânea organizada por David Mattingly, *Dialogues in Roman Imperialism* [1997], C. R. Whittaker retoma a visão tradicional de focar o poder romano como agente transformador. Sem se referir diretamente ao termo Romanização, ele problematiza o que chama de Ideologia do Poder, dividindo-a em duas: a ideologia sacra e a secular. Relegando a primeira para questões de pano de fundo, Whittaker argumenta que a ideologia secular possuía duas vias distintas, uma que procuraria restaurar a disciplina no Oriente, e outra que tinha como meta criar ordem no Ocidente bárbaro. A cidade e o exército seriam os agentes responsáveis por fazer o discurso tornar-se realidade. Whittaker faz praticamente o mesmo caminho que Millet, mas com a diferença de não focar exclusivamente as elites, pois, ao apontar o Poder Romano como principal agente das transformações, ele pode argumentar que o estilo de vida das cidades propiciava uma Romanização de toda a população das provinciais (WHITTAKER, 1997, pp. 143-164).

Andrew Wallace-Hadrill é um pesquisador que foge um pouco deste padrão de olhar exclusivamente para a relação entre Roma e suas províncias, como se fossem dois entes em contato exclusivo, e coloca em discussão a identidade romana em oposição à grega. No livro *Rome's Cultural Revolution*, este especialista trata a romanização e a

helenização como processos de troca de códigos dentro de um único fenômeno: o aumento do consumo e da luxúria provocado pela expansão do modelo de viver em cidades (WALLACE-HADRIL, 2008, p. 301). Ele atenta para a questão cronológica das diferentes etapas do consumo nesse mundo greco-romano: o final da república aparece como o momento do auge da importação dos produtos helênicos promovidos pelos *negotiatores* itálicos, seguido por um período em que Augusto procurara naturalizar/harmonizar a *ratio* grega com a *consuetudo* romana, que seria a marca da *romanitas*, evidenciada, entre outros espaços, nos banhos públicos. Assim, no início do Império, ficaria evidente que a *romanitas* gerara uma demanda interna nas províncias, e essa seria a revolução provocada pelos romanos: intensificar o consumo a patamares até então inimagináveis, provocando, com isso, alterações profundas na maneira de viver, falar, rezar, interagir das populações locais (WALLACE-HADRIL, 2008, p. 315-355).

Assim como Louise Revell, Andrew Wallace-Hadrill afasta-se das questões espinhosas de imposição de uma nova identidade, ou mesmo de uma adoção com fins estratégicos, e procura entender como atua nas províncias (e na própria cidade de Roma no caso de Wallace-Hadril) o discurso de ser romano – seja a *Roman-ness* da primeira ou a *Romanitas* deste último. Aqui há uma clara tentativa destes autores se distanciarem da proposta de Martin Millet, isto é, procuram sair do modelo da emulação por parte das populações subalternas, buscando na alteração dos espaços públicos promovidas por Roma uma alternativa que explique a maciça presença de artefatos arqueológicos de origem itálica nas províncias. Se a historiadora opta por subjetivar o processo e transformá-lo em uma experiência vivida por cada um dos indivíduos habitantes das províncias, o historiador inglês, apesar de considerar dados arqueológicos provinciais, tem como objeto de estudos a cidade de Roma, sendo ela o grande modelo de *romanitas* a ser difundido pelo império.

Os especialistas David Mattingly e Susan Alcock, em dois artigos escritos para uma seção temática da importante coletânea mencionada anteriormente [*Dialogues in Roman Imperialism*], realizam um interessante exercício de pensar estes processos descritos acima sob a perspectiva das províncias. Na seção “Imperialismo e Território”, Susan Alcock analisa a Grécia como uma provável região de resistência à romanização e ao imperialismo romano. Já David Mattingly, especialista em norte da África, procura observar como a

presença romana nessa região possibilitou o surgimento de “oportunidades” de enriquecimento para uma pequena parcela da elite provincial.

Em seu “*Greece: a landscape of resistance?*”, Alcock começa questionando uma parte da historiografia que utiliza a noção de sucesso e fracasso nas análises das províncias do Império Romano. Existiria uma divisão clara para esses historiadores: as bem sucedidas provinciais que forneceriam muitos produtos para Roma, e aquelas fracassadas produtivamente, pois seu território rural era infértil. Segundo Alcock, a Aqueia – região da Grécia estudada por esta autora –, tradicionalmente, é colocada nesse segundo tipo, muito em função de sua geografia acidentada e irregular. Em uma crítica a essa visão tradicional, ela afirma que o fato da elite aquéia preferir a cidade e as vilas em detrimento do campo, teria provocado a baixa produção da região durante os primeiros anos do império. Susan Alcock vai ainda mais longe e afirma que esse teria sido um dos elementos de reconfiguração da identidade desse grupo, que procuraria preservar e ressaltar algumas características atribuídas a seus ancestrais, como devoção à polis, genealogias locais, histórias míticas, demarcação clara de fronteiras com vizinhos e, o mais importante, a reputação cívica. Para ela, o reforço dessas características na formação identitária dessa elite nesse período significaria uma clara forma de resistência à presença romana, e, além de tudo, explicaria o porquê da baixa produtividade da província, se comparada, por exemplo, ao Norte da África de David Mattingly (ALCOCK, 1997).

Para ele o questionamento a se fazer era se a produção de riqueza na região teria sido, de alguma forma, aproveitada pela população local. Assim, o artigo *Africa: a landscape of opportunity?* começa com uma discussão acerca dos mecanismos de imposição do imperialismo romano sobre o norte da África, como o exército, a divisão e centralização política nas províncias (MATTINGLY, 1997, pp. 118-124). Em seguida, apresenta um quadro em que as zonas rurais são loteadas e entregues a particulares ou são cuidadas por representantes do imperador. Passa-se a utilizar em larga escala o trabalho escravo e toda a produção é voltada para exportação (MATTINGLY, 1997, pp. 124-126). Tendo a paisagem sofrido essas alterações, ele propõe que, longe de ser um projeto romano criar uma zona de incentivo ao empreendedorismo – pensando na questão das oportunidades –, a presença romana criara uma série de circunstâncias que foram aproveitadas principalmente pelas elites: I – parte do lucro proveniente do excedente agrícola ficaria na região, por conta do

transporte; II – a presença constante do exército estimularia a produção no interior na Namíbia e da Tripolitânia; III – passou a existir uma parceria mais intensa entre donos de terras e arrendatários, que concentravam cada vez mais poder e riqueza; IV – a sedentarização de várias tribos fazendo com que seus líderes virassem grandes donos de terras. Todas essas situações poderiam ser vistas como formas da elite local se inserirem na nova lógica implementada por Roma (MATTINGLY, 1997, p.134).

Os autores apresentados até aqui, de certa forma, representam os caminhos tomados pela historiografia nos últimos quarenta anos, ou seja, temos visto desde trabalhos que reforçam uma idéia de Romanização efetiva das elites provinciais (Millet, Woolf e Whittaker), até estudos que optaram por buscar entender e analisar as identidades dos romanos e dos habitantes das províncias, com os focos variando do centro (Revell e Wallace-Hadrill) para a periferia (Mattingly e Alcock). E neste ponto precisa ficar claro que estes e outros autores não devem ser reduzidos à simples classificação aqui apresentada. Se tomarmos como exemplo Greg Woolf, devemos lembrar que é um dos grandes especialistas sobre a Gália romana da atualidade. A divisão aqui apresentada levou em consideração o posicionamento dos especialistas com relação ao tema da Romanização, que é central para nossa análise. Os dois últimos autores que serão analisados nesse artigo, Simon Keay e Ian Morris, ainda que trabalhem com o tema das identidades, estão em um bloco separado destes outros por questões metodológicas. O primeiro por analisar uma região em especial, a Península Ibérica, que vem sendo estudada sobre a influência da Romanização, mas possui algumas características peculiares que ajudam a questionar fortemente o uso deste conceito. Já o último autor analisado apresentará uma das discussões mais atuais nos estudos clássicos, que passam por uma (ainda nebulosa e mal esquematizada) mudança de paradigma.

E a diversidade?

Simon Keay é especialista em arqueologia da Ibéria – usaremos este termo para evitar qualquer relação com os atuais países da região, mas é preciso ressaltar que os estudos deste autor se restringem a algumas porções da Espanha, pois a província Terraconense é seu objeto específico. Em um capítulo do livro “Italy and the West: comparative issues in Romanization” (KEAY e TERRENATO, 2001), este autor traz uma

visão recorrente da presença romana na península. Tendo como título “Romanization and the Hispaniae”, o texto de Keay é emblemático para a análise que faremos da historiografia sobre a região. Ao apresentar seu objeto de estudos, o autor faz questão de ressaltar que o ambiente encontrado pelos romanos era altamente complexo, uma vez que “a realidade arqueológica sugere que os povos do sul e da costa leste da Ibéria haviam sido influenciados, de certa forma, por um amplo desenvolvimento cultural e político em curso em outros lugares no Mediterrâneo, como a orientalização, urbanização nos modelos fenício e grego e a disseminação da escrita” (KEAY, 2001, p. 124). Este complexo pano de fundo seria responsável por moldar a dinâmica da romanização na região, dando origem às suas peculiaridades. No século III a.C. os romanos teriam encontrado as regiões que margeavam o mar Mediterrâneo envolvidas por uma “hierarquização social estratificada”, com centros urbanos mantendo contatos entre si, e aquelas mais ao interior com variadas formas de organização (KEAY, 2001, p. 126), difíceis de serem classificadas. Entretanto, o fato que as une é o importante papel desempenhado pelas elites na centralização e condução da extração de recursos naturais. É exatamente este o ponto de contato entre os romanos e os “nativos” da região. Segundo Simon Keay, os primeiros organizaram a Romanização da região pelo viés econômico e político, trazendo as elites para a administração das províncias com o objetivo de direcionar os produtos por elas obtidos para a península Itálica. Assim, essas “mudanças podem ser definidas como romanização, uma vez que elas eram sintomáticas de comunidades nativas sendo atraídas para uma relação econômica e cultural cada vez mais estreita com Roma” (KEAY, 2001, p. 129). Podemos perceber que, assim como fazem Martin Millet, Greg Woolf e C. R. Whittaker, as elites, para Simon Keay, são os portais da Romanização, e ela ocorre por meios políticos, econômicos e culturais.

Se essa análise acompanha *pari passu* uma das formas que o conceito de Romanização tem adquirido nos últimos tempos, ela evidencia, entretanto, uma contradição muito comum: de uma região complexa política, econômica e culturalmente falando, com gregos, fenícios e populações locais – tradicionalmente vistas como celtas, ibéricas, celtibéricas, entre outras – coexistindo e modificando a paisagem, a Ibéria torna-se, com a chegada dos romanos no século III, outro mundo, onde os forasteiros vão interagir com os “NATIVOS”. Ou seja, de uma relação extremamente heterogênea, passamos, com o início das guerras Púnicas, a tratar de dois entes, o romano e o pré-romano, relacionando-se e

transformando a região, tendo os primeiros o papel ativo, uma vez que dão nome ao processo.

Desta forma, chegamos ao ponto nevrálgico deste artigo: mesmo tendo em mente a complexidade da região antes da chegada dos romanos, os arqueólogos e historiadores têm insistido na idéia de Romanização. Assim sendo, podemos nos perguntar: para onde foram os elementos gregos e fenícios? Se este processo que ocorre na região não possui os romanos como único elemento, por que insistir com a Romanização? Se não é romanização, o que é? O que nos dizem as fontes escritas e materiais a este respeito?

O Mediterrâneo como proposta alternativa

Alguns pesquisadores vêm procurando alternativas a esta idéia de Romanização. Essa mudança de perspectiva é acompanhada por uma revisão no modelo de mundo greco-romano. Partindo da discussão dos paradigmas Mediterrânicos que vêm sendo debatidos nas ciências humanas desde a década de 80, no capítulo que escreve para o livro “*Mediterraenan Paradigms and Classical Antiquity*”, de Irad Malkin [2005], Ian Morris atrela este debate a uma tentativa de superar, de ir além do modelo (ou paradigma) proposto por Moses Finley, na década de 1970. Morris aponta o livro *Corrupting Sea*, como a principal obra a teorizar e a refletir sobre o Mediterrâneo como um espaço não mais de trocas (Braudel), mas como um espaço dotado de lógica própria e historicizável (MORRIS, 2005, p. 33-34). Para Horden e Purcell, autores do livro, era possível e necessário se fazer uma história do mediterrâneo, em função da conectividade oriunda da interdependência de suas microecologias (HORDEN, PURCELL, 2000, p. 90).

Para Ian Morris, a idéia de se estudar o Mediterrâneo como um espaço de integração é importante. Entretanto, ele destaca a ausência do tempo na proposta destes últimos historiadores, e propõe que, se essa integração for pensada como processo, os paradigmas Mediterrânicos podem ser úteis. Nas palavras dele:

Mobilidade, conectividade e descentralização possuem HISTÓRIAS. Para os mercenários da Grécia arcaica ou os mercantes do Cairo Medieval, o Mediterrâneo pode ter sido muito aberto, mas em outros momentos e lugares, grandes instituições e estruturas estáveis importavam muito mais. (MORRIS, 2005, p. 43)

Para este autor, os estudos comparativos devem ser uma das metas dos especialistas em antiguidade. E ele tem em mente um paradigma evidente: a globalização. Em sua lógica, o Mediterrâneo deveria ser pensado como um conceito, assim como globalização, nascendo, dessa forma, o título de seu capítulo: *Mediterranização* (*Mediterranization* no original). Seria um “jogo limpo”, em que os analistas deixariam claro que seu paradigma é aquele que eles vivenciam, o da globalização, e assumiriam as consequências. Logo, a história **no** Mediterrâneo – o mar como palco de trocas comerciais e identitárias – e a história estática **do** Mediterrâneo – Horden e Purcell – seriam vistas como um processo; as instituições, Estados e impérios não deixariam de existir com a interconexão do mar; o olhar para determinadas regiões, e não para toda a bacia deste mar, seria um dos caminhos a seguir, podendo variar, inclusive, a escala de análise; e, com o acúmulo de estudos de unidades cada vez maiores, o uso de definições, tipologias e ferramentas quantitativas seriam necessários [MORRIS, 2005, pp. 30-51], Para Ian Morris, a *Mediterranização* funcionaria como um meio termo entre o conservadorismo de se estudar a antiguidade como a sucessão de impérios, e a proposta ainda insuficiente – metodologicamente e teoricamente – dos estudos *Mediterrânicos* baseados no *Corrupting Sea*.

Conclusão

A Romanização, assim, tem sido cada vez mais deixada de lado pelos estudos atuais, muito em função dos seus próprios problemas – a forte carga civilizatória do termo –, mas também por conta das novas perspectivas teóricas. Estas últimas começam a pensar a Integração dos seres humanos ao longo do tempo, em diferentes espaços, com uma série de fatores a serem considerados, como uma alternativa ao modelo do Estado Nação. A interconectividade, os emaranhamentos quânticos, os pontos nodais de comunicação, e tantos outros termos têm permeado os livros sobre a antiguidade no início do século XXI. Nesta nova tendência, a simples adoção de hábitos dos romanos por povos ao redor da bacia do mar Mediterrâneo e suas regiões interioranas esvazia-se de qualquer sentido, e seu questionamento nos ajuda a direcionar nossa atenção a elementos importantes, como a presença fenícia e grega no extremo oeste da Europa já nos séculos IV a.C., outrora ofuscados pelo termo Romanização.

Bibliografia

- ALCOCK, S. E. Greece: a Landscape of resistance?, In: MATTINGLY, D. J. (Org) *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. Portsmouth, Rhode Island, 1997. p. 103-115
- ANDO, C. *Imperial Ideology and Provincial Loyalty in the Roman Empire*. 1ª edição. California, University of California Press, 2000.
- BRUNT, P. A. The army and the land in the Roman Revolution. *The Journal of Roman Studies* Vol. 52, 1962, pp. 69-86.
- BUCHSENSCHUTZ, D. *Strabo of Amasia: a Greek man of letters in Augustan Rome*, Londres, Routledge, 2000.
- FINLEY, M. I. *Política no Mundo Antigo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. [1ª edição: 1983].
_____. *A Economia Antiga*. Porto: Afrontamento, 1986. [1ª edição: 1973].
- FREEMAN, P. W. M. Mommsen through to Haverfield: the origins of Romanization studies in late 19th-c. Britain. In: Mattingly, D. J. (Org), *Dialogues in Roman imperialism: power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. Portsmouth, Rhode Island, 1997. p. 27-50.
- GUARINELLO, N. L. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. In: *Politeia, Vitória da Conquista*, v. 3, 2003, pp. 41-61.
_____. História científica, história contemporânea e história cotidiana. In: *Revista Brasileira de História*, 24 (48), 2004, pp. 13-38.
_____. Apresentação, In: SILVA, G. V. e MENDES, N. M. *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro, Mauad, 2006.
_____. *Ordem, Integração e Fronteiras no Império Romano. Um Ensaio*. In: *Revista Mare Nostrum. Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo* (1), p. 113-127, 2010.
- HINGLEY, R. *Roman officers and English gentlemen: the imperial origins of Roman archaeology*, Londres, Routledge, 2000.
_____. *Recreating coherence without reinventing Romanization*, *Digressus Supplement* 1, 111-119, 2003.
_____. *Globalizing Roman Culture: Unity, diversity and Empire*, London and New York: Routledge, 2005
_____. *Not so Romanized? Tradition, reinvention or discovery in the study of Roman Britain*, *World Archaeology*, 40: 3, 427-443, 2008.
_____. *Eurocentrism and theory in Roman Archaeology: a further contribution to the Romanization debate*. In: *BAR International: New perspectives on the Ancient World: Modern perceptions, ancient representations*. 2008
_____. *Globalization and Roman imperialism: Encountering Empire/empire studies RAC 2010, session on Roman Imperialism (Hitchner and Mattingly)*, 2010.

- HORDEM, P. & PURCELL, N. *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History*. Oxford, Blackwell Publishers, 2000.
- KEAY, S. Romanization na the Hispaniae. In: KEAY, S. & TERRENATO, N. *Italy and the West: comparative Issues in Romanization*. Oxford, Oxbow Books, 2001.
- KEAY, S. & TERRENATO, N. *Italy and the West: comparative Issues in Romanization*. Oxford, Oxbow Books, 2001.
- LINTOTT, A. The crisis of the Republic: sources and source-problems. In CROOK, J. A., & LINTOTT, A. *The Cambridge Ancient History, Volume IX, 2ª Edição*. Cambridge, Cambridge University Press, 1994.
- MALKIN, I. *Mediterranean Paradigms and Classical Antiquity*. Nova Iorque, Routledge, 2005.
- MATTINGLY, D. J. Africa: a landscape of opportunity? In: MATTINGLY, D. J. (Org) *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. Portsmouth, Rhode Island, 1997. p. 117-139
- MILLETT, M. *The Romanization of Britain: an essay in archaeological interpretation*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990
- _____. Roman Interaction in north-western Ibéria, In: *Oxford Journal of Archaeology* 20: 157-170. 2001.
- Mommsen, T. *Römische Geschichte*. 8 Volumes. München 2001.
- MORRIS, I. Mediterraneanization. In: MALKIN, I. *Mediterranean Paradigms and Classical Antiquity*. Nova Iorque, Routledge, 2005.
- NICOLET, C. *Space, geography, and politics in the early Roman empire*. Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1991.
- PINTO, R. *Arqueologia e Romanização: Os Discursos Arqueológicos e a Cultura Material da Bretanha Romana*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2003. Sob a Orientação do Profº Dr. Pedro Paulo A. Funari.
- POTHECARY, S. Strabo, Polybios, and the Stade. *Phoenix*, Vol. 49, No. 1. 1995.
- _____. Strabo the Geographer: His Name and Its Meaning, In: *Mnemosyne, Fourth Series*, Vol. 52, No. 6, (Dec., 1999), pp. 691-704
- _____. The Expression "Our Times" in Strabo's Geography, In: *Classical Philology*, Vol. 92, No. 3, (Jul., 1997), pp. 235-246
- _____. Strabo, the Tiberian Author: Past, Present and Silence in Strabo's "Geography", in *Mnemosyne, Fourth Series*, Vol. 55, No. 4, (2002), pp. 387-438.
- _____. *Strabo and the 'Inhabited World'*, Canada, University of Toronto, 1995. (Tese)
- REVELL, L. *Roman Imperialism and Local Identities*. Cambridge, Cambridge University Press, 2009.

SADER, E. (Org) *Cultura e Política*. São Paulo, Boitempo, 2003.

SAID, E. *Culture and Imperialism*, Nova Iorque, 1º Vintage Books Edition, 1993.

_____. *Orientalism*. Vintage; 1st Vintage Books, 1979.

SECCO, L. *A revolução dos Cravos e a crise do império colonial português*. São Paulo, Alameda, 2004.

Ste. Croix, G.E.M. de. *The class struggle in the Ancient Greek world*. Ithaca, Cornell University, 1998.

THOLLARD, *Barbarie et Civilisation chez Strabon : etude critique des livres III et IV de la Geographie*. Paris, les Belles Lettres. 1987.

VIDAL, Dominique . “A perseguição ao Islã e o neofacismo”, In. *Lê monde Diplomatique Brasil*, 03 de Janeiro de 2011.

WALLACE-HADRILL, A. *Rome's Cultural Revolution*. Cambridge, Cambridge University Press, 2008.

WHITTAKER, C. R. *Imperialism and culture: the Roman initiative*. In. MATTINGLY, D. J. (Org) *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. Portsmouth, Rhode Island, 1997, p. 143-164.

WOOLF, G. *Becoming Roman: the origins of Provincial Civilization in Gaul*. Cambridge, U.K.; New York, NY, USA : Cambridge.

O MEDITERRÂNEO E A HISTÓRIA ANTIGA*

W. V. Harris

Tradução de Camila Aline Zanon

1. Introdução

Historiadores, e provavelmente também antropólogos, estão destinados a escrever muito mais sobre o Mediterrâneo e o mediterraneanismo – a doutrina de que há características distintivas que as culturas do Mediterrâneo têm, ou tiveram, em comum. E qualquer que seja a importância que o Mediterrâneo possa ter para a história antiga ou recente, aqueles de nós que estudam a história dos gregos e dos romanos têm uma necessidade particular, por razões óbvias, de entender o assunto direito.

Com a habilidade de um homem experiente, meu amigo Michael Herzfeld, um dos responsáveis por abrir o debate sobre o mediterraneanismo, sugere (em sua contribuição ao livro *Rethinking the Mediterranean*) que isso já é um *vieux jeu*, uma desestimulante sopa requentada (se não uma ressaca) das décadas de 1980 e 1990.¹ Em outras palavras, concentrar-se no Mediterrâneo pode não ser apenas uma ilusão romântica ou um exemplo de imperialismo cultural eurocêntrico – pensamentos com os quais estamos cada vez mais acostumados –, pior ainda, pode ser uma receita entediante. O outro lado da moeda é apresentado por Susan Alcock em seu levantamento revelador acerca dos periódicos ‘mediterrâneos’: há cada vez mais assinantes. Milhares, sem dúvida, recebem o serviço de informação eletrônica H-Mediterranean. Há algo de ilusório envolvido, entretanto, pois

* Este artigo é uma tradução do capítulo introdutório do livro *Rethinking the Mediterranean* (Oxford, 2005), editado também por W. V. Harris, que é Shepherd Professor of History na Universidade de Columbia

1 De acordo com os antropólogos V. A. Goddard, J. R. Llobera e C. Shore, ‘Introduction: The Anthropology of Europe’, em Goddard, Llobera e Shore (eds.), *The Anthropology of Europe* (Oxford and Providence, RI: 1994), 1-40: 4, ‘o Mediterrâneo’ foi inventado em 1959 e já teve sua utilidade esgotada na década de 1980 (p. 20-3). Mas havia mais desejo do que objetividade quando J. De Pina-Cabral escreveu, em um importante artigo de 1989, que havia ‘uma crescente consciência de que algo estava errado com a noção de Mediterrâneo como uma área cultural’ (‘The Mediterranean as a Category of Regional Comparison: A Critical View’, *Current Anthropology* 30 (1989), 399-406: 399). Na realidade, o Mediterrâneo é um conceito com uma história moderna longa e um tanto obscura; veja, por exemplo, G. Sergi, *La decadenza delle nazioni latine* (Torino, 1900). Para uma abordagem equilibrada de ‘áreas culturais’ em geral, veja R. Lederman, ‘Globalization and the Future of Culture Areas’, *Annual Review of Anthropology* 27 (1998), 427-49. Este texto visa estabelecer um programa positivo, e criticar certas tradições intelectuais correntes. A crítica ao *Corrupting Sea* é incidental. De qualquer modo, pode não ser muito oportuna, já que Horden e Purcell prometem um segundo volume no qual incluirão o clima, moléstias, demografia e relações com o mundo exterior (p. 4). O debate deve continuar, entretanto.

apesar de ter havido uma onda de novos e importantes trabalhos sobre o Mediterrâneo antigo nos últimos anos – e muitas reflexões acerca do que o termo ‘Mediterrâneo’ denota –, ela mal chegou a ser uma marola, e muito do que tem sido publicado em periódicos ‘mediterrâneos’ é, na verdade, uma história ou arqueologia local ultrapassada ou um antiquarianismo de pouca significância geral.² E ‘mediterrâneo’ tem sido usado com frequência como sinônimo para ‘grego e romano, e outras culturas antigas às quais eu porventura venha a dedicar alguma atenção’. Mas no que concerne à preocupação dos historiadores da antiguidade, ainda há importantes questões mediterrâneas a serem respondidas – algumas delas bastante cruciais para a compreensão do mundo antigo.

Há reconhecidamente algo um pouco ultrapassado sobre quase tudo o que se escreveu sobre o Mediterrâneo recentemente. O pesquisador moderno olha para aquele mundo com distanciamento científico, todo autoconfiante, porque ele/ela está, geralmente, valendo-se da notável objetividade das ciências naturais. *Rethinking the Mediterranean* rompe com essa tradição em certa medida, e sujeita o observador a ser observado de vez em quando.

O que eu planejo discutir neste artigo são duas questões bastante difíceis que podem ser esquematizadas de modo um tanto simples. Como deve ser escrita a história do Mediterrâneo antigo – se é que ela deve ser escrita? E seria o mediterraneanismo de muita utilidade para o historiador da antiguidade, ou, diferentemente disso, ele é algo perigoso (e, na verdade, um primo do orientalismo)?

2. *Em Direção a uma História do Mediterrâneo 3500 a.C. – 1000 d.C.*

Estamos, em certo sentido, apenas no começo. Até 2000 d.C. ninguém nunca publicou um livro sobre a história antiga do Mediterrâneo distinta da história no Mediterrâneo (para emprestar uma distinção de Peregrine Horden e Nicholas Purcell que, como veremos, não é isenta de problemas).³ Em outras palavras, ninguém jamais escreveu um livro no qual o mar e sua costa tenham sido o objeto central da investigação,

² É possível que o novo periódico *Ancient West and East* (2002) aponte para a direção oposta, já que ele procura inserir a periferia – mas isso implicitamente mantém o Mediterrâneo no centro.

³ Não tenho sido capaz de traçar essa distinção para além do comentário de J. Beckett em *Current Anthropology* 20 (1979), 85. Logo depois de *The Corrupting Sea*, apareceu o livro de A. T. Grove e O. Rackham, *The Nature of Mediterranean Europe: An Ecological History* (New Haven and London, 2001).

distintamente das atividades humanas que lá tiveram lugar em tempos antigos. O que *podia* ter se tornado tal livro foi publicado em 1998, *Les Mémoires de La Méditerranée* de Braudel,⁴ um livro sobre a antiguidade escrito uns 30 anos antes de sua publicação. Braudel morreu em 1985, e um questionável tipo de piedade em relação ao morto decidiu publicar o que o próprio autor, aparentemente, não considerava pronto para ser publicado. Braudel tinha escrito que sua pesquisa cobria (no tempo em que estava escrevendo) apenas o período de 1450-1600, e embora ele indique que o Mar Mediterrâneo é o assunto do livro,⁵ esse corpo de água recebe atenção um tanto casual no que é essencialmente um resumo convencional, embora certamente inteligente, de história antiga desde o Paleolítico até Constantino. Se alguém achasse que o autor considerava esse livro um trabalho original de pesquisa acadêmica, esse alguém ficaria seriamente desapontado. De qualquer modo, foi o primeiro livro de Braudel, *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*, que forneceu o desafio a Horden e Purcell.

A resposta, ambiciosa tanto em escala quanto em tom, foi *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History*.⁶ Seu objeto é a 'história humana do Mar Mediterrâneo e sua costa' durante quase 3 milênios, até 1000 d.C.⁷ Portanto, o período é vasto, embora, como veremos, o assunto seja mais circunscrito; particularmente, é importante notar que a maioria das questões centrais de história econômica *não* são tratadas. Justo. Mas um perigoso elemento de indefinição no programa dos autores é resumido na palavra 'costa', e certamente *The Corrupting Sea* não se preocupa somente com o que pode ser facilmente chamado 'costa'. As regiões internas e as montanhas do interior com frequência ocupam, compreensivelmente, o primeiro plano. Assim, imediatamente identificamos que há um problema de delimitação, um problema acentuado pelo fato de que a história humana do Mediterrâneo nesses 3 mil anos estava intimamente ligada aos centros de poder distantes da costa, na Mesopotâmia, por exemplo, ou Nilo acima.

4 *Les Mémoires de La Méditerranée: Préhistoire et antiquité* (Paris, 1998), traduzido [para o inglês] por S. Reynolds como *The Mediterranean in the Ancient World* (London, 2001). O livro foi aparentemente escrito (bastante rapidamente) em 1968-9, portanto, antes da obra que muitos historiadores consideram a maior de Braudel, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme (Civilization and Capitalism)*.

5 Tudo isso: *Les Mémoires* 17. Não que alguém deva duvidar da profundidade do conhecimento de Braudel sobre história antiga (na Sorbonne, dentre seus professores estava Maurice Holleaux: Braudel, *MMW*, i. 22 n. 1).

6 Citado como CS no restante do texto. (N.T.)

7 CS 9.

Horden e Purcell declaram sua intenção de estabelecer a 'unidade e a distinção' do mundo mediterrâneo antigo e medievo. Em um plano cultural, essa é uma questão difícil de fato, à qual retornaremos (Seções 3 e 6), que no final oferece um consenso delimitado mas de um tipo que possivelmente não é bem-vindo. No plano ecológico, as coisas parecem mais simples. O Mediterrâneo é, obviamente, um construto, mas é um construto com alguma base natural. A região é o lar histórico da *vitis vinifera* e da *olea europaea*, e a exploração da vinha e das oliveiras parece fornecer tanto unidade quanto distinção. Há uma zona climática unificada e, além disso, uma navegabilidade relativamente fácil: a famosa obsidiana de Melos já estava sendo transportada para o continente no Paleolítico (décimo primeiro milênio a.C.?), assim se acredita;⁸ embarcações de casco profundo navegavam do Egito até a costa levantina na metade do terceiro milênio,⁹ e no segundo milênio tais embarcações começaram a cruzar o mar aberto, onde o marinheiro já não conseguia ver a terra – assim aumentando espasmodicamente as trocas de mercadoria a média distância e, por fim, a longa distância (e é claro, as trocas de influências culturais). A distribuição bastante irregular dos recursos, especialmente metais, encorajou bastante um sistema de troca a longa distância. Bem mais tarde, na era das conquistas árabes, quando, numa olhada superficial, o Mediterrâneo se tornou mais uma fronteira do que uma unidade e novas capitais marítimas se tornaram importantes, pelo menos a base natural permaneceu quase a mesma.

Sobre quão consistente é essa construção ecológica, vamos ponderar na Seção 3. E se é possível ou não dizer que o mundo mediterrâneo realmente possuía uma barreira natural ao leste durante a antiguidade é uma questão estranha. Dada a quantidade de interação com a Mesopotâmia, com a Arábia e com o Oceano Índico ao passar dos milênios, a resposta pode pender bem mais para o 'não' do que para o 'sim'. Apesar disso, Horden e Purcell dizem que havia 'fatores mediterrâneos intrínsecos na história da produção primária';¹⁰ devemos querer identificá-los e avaliá-los.

8 C. Broodbank, *An Island Archaeology of the Early Cyclades* (Cambridge, 2000), 110-11. Sobre o transporte marítimo de obsidiana no Mediterrâneo italiano no Neolítico, veja G. Camps e A. d'Anna, 'Recherches sur les navigations préhistoriques en Méditerranée occidentale', em *Navigations et gens de mer en Méditerranée de la préhistoire à nos jours* (Paris, 1980), 1-16: 5.

9 Broodbank, 96 (o capítulo todo é importante).

10 CS 176.

Bloch certa vez avisou: 'l'unité de lieu n'est que désordre. Seul l'unité de problème fait centre'.¹¹ Para um historiador, a unidade de lugar pode ser apenas uma preliminar. Toda sorte de livros interessantes foi escrita mais ou menos sobre o Mediterrâneo e sua região costeira como um lugar, mas com que frequência eles têm sido livros de história? O que podemos imaginar – e o que seria difícil de imaginar, digamos, há setenta anos – é uma história do mundo mediterrâneo que fosse essencialmente uma história da interação entre aquele meio ambiente e os seres humanos nele. Aqui podemos voltar à distinção que soa tão escolástica entre história *do* e história *no*. Horden e Purcell distinguem entre o que é seu objeto e o que é anunciado na parte 1 de *The Mediterranean and the Mediterranean World* ('The Role of Environment') ao proclamar sua fidelidade a 'microecologias' (em perspectiva de uma definição posterior), embora eles concordem que isso trará, de modo subordinado, a história 'política, social, econômica, religiosa' que, de acordo com eles, é história *no*.¹²

The Corrupting Sea também se diferencia de *The Mediterranean and the Mediterranean World* de várias outras maneiras. Os autores acusam seu predecessor de 'uma forte inclinação para o determinismo ambiental' – como outros já o tinham feito –,¹³ mas não fica totalmente claro se o réu deve ser condenado ou não, e penso que Horden e Purcell o reconhecem. Braudel se declarava inocente,¹⁴ e a grande síntese *Civilization and Capitalism* o corrobora. Como muitos historiadores da economia e da política antes e depois, Braudel se esforçou por estabelecer o equilíbrio causal certo entre o ambiente físico e a tomada de decisão humana. Ele não obteve sucesso, mas ao menos seus três ritmos de tempo são uma tentativa excepcionalmente imaginativa de enfrentar o problema. Dificilmente podemos culpar os historiadores dos *Annales* por procurar determinadores de ação de longa-duração, e foram eles afinal que deram às *mentalités* um papel importante na história. Adotando a perspectiva-padrão contemporânea de que os seres humanos e o ambiente agem um sobre o outro, Horden e Purcell afirmam proporcionar mais espaço para

11 Em uma resenha, *Annales d'histoire économique et sociale* 6 (1934), 81-5: 81.

12 CS 2.

13 CS 36. E veja 41-2. Isso é um pouco como acusar São Tomás de Aquino de não saber latim.

14 Veja, por exemplo, *MMW*, i. 267; mas veja também ii. 1244.

a agência dos humanos,¹⁵ mas é difícil perceber que há muita diferença. Quando eles discutem as quatro microrregiões selecionadas, não parecem divergir muito de Braudel nesse respeito.¹⁶

A linha entre a intervenção humana (admissível, de acordo com *The Corrupting Sea* como parte da história *do*) e história *no* (inadmissível) é quase impossível de se manter. Pense em um exemplo concreto de mudança ecológica gerada por humanos – digamos, a engenharia hidráulica romana na planície do Pó – e parece óbvio que o fenômeno não pode ser discutido inteligivelmente isolado de sua história econômica e social, e provavelmente política. É um feito importante de Horden e Purcell ter colocado o ambiente físico no centro da análise, mas assumimos que a ambição deles não é serem geólogos ou oceanógrafos.¹⁷

Seria possível, incidentalmente, escrever uma história satisfatória da interação do homem pré-moderno com o meio ambiente em outros mares mais ou menos independentes dentro do Mediterrâneo ou nas proximidades? Por que não? Certamente não há escassez de fatos ambientalmente interessantes e teorias sobre eles, digamos, os mares Egeu ou Tirreno. E agora que uma história ambiental mais precisa passou a existir, não há razão para não escrever a história *de* qualquer número de cursos menores de água. De fato, há uma grande vantagem: pode-se ser exaustivo. Volta a suspeita de que o Mediterrâneo como um todo tem um poder de atração mais forte enquanto objeto, em parte por uma razão que está apenas remotamente ligada à história ambiental: ele simplesmente tem sido o palco de vários dos principais conflitos de poder da história ocidental, gregos contra persas, romanos contra

15 Veja, por exemplo, A. Ruiz Rodriguez, M. Molines e M. Castro López, 'Settlement and Continuity in the Territory of the Guadalquivir Valley (6th Century B.C. - 1st Century A. D.)', em G. Barker e J. Lloyd (eds.), *Roman Landscapes: Archaeological Survey in the Mediterranean Region* (London, 1991), 29-36: 29.

16 No caso do vale do Beqaa, temos uma breve referência ao assentamento de veteranos romanos (CS 58); no caso do sul da Etrúria, a ausência de agentes romanos é ainda mais marcada porque ali ao menos os etruscos e romanos fizeram uma grande diferença para a capacidade de carga da terra ao construir e manter os *cuniculi* de drenagem (apropriadamente mencionado posteriormente, CS 247); a Cirenaica é tratada de maneira um pouco diferente, pois somos informados sobre a produção de sílfion e sobre a invasão dos nômades Hilali no século XI (p. 65, 74); Melos, finalmente, apresenta problemas particularmente difíceis para um historiador ambiental ou econômico, apesar do estudo inovador *An Island Polity* (C. Renfrew and J. M. Wagstaff (eds.), Cambridge, 1982), e embora Horden e Purcell aproveitem tudo o que podem daquele livro, não vemos em CS muito da influência humana na ecologia da ilha. O conceito de 'microrregião' é um tanto central para CS, mas seu significado não é definido: seria cada ilha grega habitada uma microrregião, cada vale fluvial?

17 Horden e Purcell escrevem (464-5) que eles têm tentado mostrar como sua 'abordagem microecológica pode ser colocada em relação aos ingredientes "didáticos" da narrativa política, social, religiosa e econômica [sic]', mas poucos leitores, suspeita-se, teriam notado isso. Pode-se assumir que eles não pensam que 'toda análise de relações culturais e sociais se dissolve numa ecologia que engloba tudo' (o modo de R. Ellen descrever um erro que a antropologia ambiental deveria evitar, *Environment, Subsistence and System: The Ecology of Small-scale Formations* (Cambridge, 1982), p. xi).

cartagineses (e todo o resto), cristãos contra muçulmanos. Mesmo Braudel encontrou dificuldade em resistir ao contingente e, em *The Mediterranean and the Mediterranean World*, forneceu, claro, uma parte 3 sobre os eventos ('Events, Politics and People'), incluindo um capítulo de cinquenta páginas sobre a Batalha de Lepanto (principalmente sobre diplomacia, provavelmente refletindo a fase inicial de sua pesquisa).

Há anos pesquisadores têm descoberto o Mediterrâneo em outras partes de mundo. Em outro capítulo de *Rethinking the Mediterranean*, o artigo de David Abulafia, um notável *tour de force*, faz um levantamento dessa literatura. Isso deveria nos alertar de que a fragmentação e a diversidade devem ser esperadas em uma região de tal tamanho, quer seja o Mar da China Meridional ou o Mar do Caribe. A verdadeira região mediterrânea não é variada em alguns aspectos, mas isso não deveria garantir a ela qualquer respeito historiográfico especial ('La Toscana è.. una regione fondata sulle diversità', está escrito em meu guia turístico, que não fica corado diante de tal cliché). Conexidade (*connectedness*) – 'conectividade' (*connectivity*) no jargão eletrônico de *The Corrupting Sea* – é um assunto bem diferente, e os fatores que o trouxeram à existência, ou o inibiram, em qualquer caso em particular, são uma questão fascinante, para não dizer urgente.

Outra coisa que o historiador ambiental não pode negligenciar é o tempo. *The Mediterranean and the Mediterranean World* se esforça constantemente para expressar a relação entre os três níveis de tempo do autor, particularmente aqueles que têm uma identidade mais clara, a *longue durée* e o tempo de eventos contingentes. *The Corrupting Sea* assume corajosamente a responsabilidade de um longo período – embora a Idade do Bronze seja muito negligenciada.¹⁸ É necessário um acadêmico bastante especial para lidar com 2 mil anos, o que dizer de três ou quatro.¹⁹ Infelizmente é quase impossível discutir sobre a ecologia pré-moderna com qualquer horizonte mais restrito.²⁰ Em 2000 a.C. a vinha e a oliveira já tinham sido domesticadas. (Do ponto de vista de um arqueólogo da pré-história, os limites temporais propostos ainda não vão parecer muito impressionantes: 20 mil anos é um horizonte comum, e o assentamento mais antigo da Europa datado com mais

18 Mesmo os minoicos e os micênios recebem muito menos atenção do que se poderia esperar, sem mencionar os outros (maioria) habitantes da costa mediterrânea no segundo milênio a.C.

19 Meu sonho é que um dia os candidatos a doutorado em história americana tenham de fazer exame sobre a *longue durée*.

20 Crítica a *The Corrupting Sea*, em uma variedade de termos, por não abranger um período mais longo: L. Nixon, *Journal of Roman Studies* 92 (2002), 196.

certeza, Isernia La Pineta, costuma ser datado de cerca de 750 mil BP,²¹ quando rinocerontes e elefantes migraram para Molise). Não que o assunto seja simples, e bem no primeiro milênio a.C. havia muitas áreas que, como o Vale de Biferno, parecem ter permanecido intocadas por pessoas ou por espécies domesticadas originárias do leste.

É uma estratégia razoável para qualquer historiador de tempos pré-modernos argumentar que pouco, se alguma coisa, mudou de um século para o outro, ainda mais se o foco estiver sobre a demografia, a cultura de subsistência, o pastoreio, o meio ambiente – mas menos, o que é bastante óbvio, se o foco estiver, digamos, sobre as trocas, a migração, a aculturação, *mentalités* ou poder. Mas o caso da imobilidade tem de ser discutido – e as mudanças que ocorreram precisam ser mensuradas. Imobilidade pode também ser relativa. As mudanças na economia e na navegação mediterrânea entre 400 a.C. e 100 a.C. eram lentas se comparadas àquelas que tiveram lugar nos últimos 300 anos, mas rápidas pelos padrões gerais dos milênios que estamos considerando.

A simples extensão de tempo com o qual o historiador do Mediterrâneo é mais ou menos impelido a lidar constituirá um difícil obstáculo. O capítulo de Van De Mieroop em *Rethinking the Mediterranean* é particularmente bem-vindo porque nos faz pensar sobre os tipos de povos que habitaram o litoral oriental do Mediterrâneo c. 1500 a.C. Seu artigo pode também ajudar a nos inocularmos contra as generalizações históricas sobre essa região baseadas na Itália e na Grécia, dois fragmentos de um todo vastamente maior.

A questão sobre a imobilidade e a mudança na antiguidade é, uma vez que os termos foram definidos, fundamentalmente uma questão de grau. Mas isso nos coloca numa posição difícil, para não dizer desesperadora, porque quase nada que tenha a ver com a história ambiental do mundo mediterrâneo antigo pode ser medido. ‘Tudo é mutabilidade’, dizem Horden e Purcell.²² Justo; mas eles não nos oferecem quaisquer meios de medir ou avaliar a mudança ecológica ou econômica. Eis uma das fronteiras do nosso objeto: seremos algum dia, por exemplo, capazes de medir o ritmo daquele processo controverso

21 G. Baker, com R. Hodges e G. Clark, *A Mediterranean Valley: Landscape Archaeology and Annales History in the Biferno Valley* (Leicester, 1995), 85-7. Fui informado de que há um sítio ainda mais antigo.
22 CS 464.

embora provavelmente crucial, o desmatamento, no Mediterrâneo antigo?²³ Certamente não foi um processo que avançou com velocidade constante em todos os períodos.

Em seguida, há a questão da imobilidade entre o final da antiguidade, ou a Idade Média, e o presente etnográfico. A tentação de identificar o passado com o (pseudo-) presente ou, ainda, encontrar o primeiro no segundo, tem-se provado irresistível. Isso está presente em pelo menos uma das grandes obras da literatura do século XX – *Cristo si è fermato a Eboli. Ei-lo(la) – homo Mediterraneus*, paciente, resistente, fantasticamente supersticioso, clânico, cheio de hostilidade com seus vizinhos, imutável. Seria um retrato fiel ou um retrato meramente convincente? É claro que Carlo Levi nunca fingiu, diferentemente de alguns daqueles que o têm citado, que a ecologia ou a economia de ‘Gagliano’ era intocada pelo mundo exterior: de fato, um dos maiores sofrimentos dos pequenos pastores de Gagliano consistia em um novo e estúpido tributo sobre cabras elucubrado na distante Roma. E o fato social mais importante sobre a Lucânia daquela época foi uma emigração massiva de homens para outros continentes.²⁴

Retornaremos mais adiante (Seção 6) à questão mais geral de como os historiadores da antiguidade devem usar a evidência etnográfica. *The Corrupting Sea* tenta atingir uma abordagem equilibrada em relação ao que deve ser feito com a etnografia mediterrânea: seus autores levantam a esperança de que ‘uma prudente combinação da antropologia e da história do século XIX pode nos conduzir de volta ao momento antes de o inédito tumulto da “modernização” começar’.²⁵ Eles parecem esperar que, ao voltar para 1800 d.C., virtualmente terão alcançado seu período antigo/medieval, uma perspectiva que corretamente qualificam como ‘otimista’.²⁶ Eles citam com reiteração a seguinte passagem de Bloch:²⁷

23 Devemos voltar a essa questão mais adiante, mas devo dizer de uma vez que não tenho o conhecimento científico necessário para alcançar uma conclusão independente.

24 O que é realmente extraordinário é ver esse imobilismo abordado por Braudel, *MMW*, ii. 1239, 1242-43 – bastante baseado em Lawrence Durrell e em uma leitura desleixada de Carlo Levi. Para uma leitura melhor deste último, veja CS 468-70. R. S. Bagnall, *Reading Papyri, Writing Ancient History* (London, 1995), 70-1, comenta bem a importância de resistir à tentação de ver o interior do Egito contemporâneo como atemporal e imutável. M. Fotiadis, ‘Modernity and the Past-still-present: Politics of Time in the Birth of Regional Archaeological Projects in Greece’, *American Journal of Archaeology* 99 (1995), 59-78, é leitura essencial, mas esse artigo teria se beneficiado se tivesse dado mais atenção à política.

25 CS 466-74; a passagem citada: 471.

26 CS 474.

27 *The Historian's Craft*, trad. [para o inglês] de P. Putnam (New York, 1953); ed. original: *Apologie pour l'histoire, ou Métier d'historien* (Paris, 1949), 46, citado em CS 461 e reiterado em 484.

Mas no filme que ele [o historiador] está examinando, apenas o último quadro permanece um tanto claro. A fim de reconstituir a imagem desbotada dos outros quadros, ele precisa primeiro rodar o filme na direção oposta àquela em que os quadros foram fotografados.

Mas para ser insensível, isso tem quase nada a ver com o que os historiadores fazem agora ou faziam na época de Bloch, com certeza não os historiadores da antiguidade. E também não representa o próprio método de Bloch, embora isso tenha raízes em sua crença ainda mais limitada de que um historiador francês possa aprender uma vastidão a partir da paisagem francesa.²⁸

Quais são, então, os elementos essenciais em uma história *do* Mediterrâneo (aceitando, para o bem da discussão, a validade da distinção *de/na*)? O que se segue definitivamente não pode ser omitido, sugiro:

- *Alguma delimitação da área em questão.* Embora nenhuma definição canônica seja possível, tem realmente de haver alguns limites para cada período; caso contrário, pareceremos neuróticos (não há grande dificuldade, entretanto, em tratar zonas periféricas como intermediárias ou transitórias). Platão percebeu, como outros gregos sem dúvida perceberam por muitas gerações antes dele, que havia um único mar que se estendia 'do Rio Phasis [i.e., a terra na extremidade leste do Mar Negro] às Colunas de Hércules' (*Fédon* 109ab), o que é reconhecidamente um tanto indeterminado. A questão da delimitação pode se tornar em parte uma questão sobre os vales ou bacias de rios, Danúbio, Reno, Baetis, Mesopotâmia – para não mencionar os grandes rios que deságuam no Mediterrâneo –, mas também sobre os planaltos. Onde estão os lugares substancialmente intocados pela interação do homem com o meio ambiente mediterrâneo? E pode mesmo ser verdade que o Egito está 'fora [do Mediterrâneo] ecologicamente'?²⁹ Como discutiríamos esse caso, de um jeito ou de outro? O limite sul

28 Note a força de 'primeiro' na passagem citada. Antes, no mesmo parágrafo, Bloch escreveu uma sentença que contrabalança com aquela: 'Não que, de fato, possa haver qualquer questão de impor esse quadro sempre estático, exatamente do jeito que ele é, em cada estágio da jornada curso acima rumo à nascente do passado.' Mas rebobinar o filme ecoa em Braudel, *The Structures of Everyday Life (Civilization and Capitalism, 1)*, trad. [para o inglês] de S. Reynolds (London, 1979); ed. original, *Les Structures du quotidien* (Paris, 1979), 294.

29 Como afirmado por CS 397. Não que os autores sejam consistentes: Alexandria antiga está fora, mas o Cairo medieval está dentro (o antigo Nilo faz uma curta aparição, 239; e veja o mapa 21). Veja o capítulo de

do mundo mediterrâneo pode ser a linha entre 'o deserto e as áreas férteis',³⁰ mas isso inclui o vale do Nilo. E em outras direções, a flora não coopera muito: por exemplo, devemos nos basear nos limites norte do cultivo da oliveira? Se negligenciarmos esse problema da delimitação, podemos acabar como um escritor recente que negou ter havido um desmatamento maior sob o Império Romano (uma questão que eu não pretendo responder neste artigo) dizendo que quase toda a evidência vem de lugares como 'o sul dos Alpes' e 'algumas partes no norte da Grécia moderna',³¹ que podemos muito bem, sob outras circunstâncias, considerar parte do mundo mediterrâneo (e de qualquer modo, eles eram parte do Império Romano).³²

- *A história natural, articulada através dos períodos.* Não faria mal esclarecer, para os historiadores ignorantes em biologia e botânica como muitos de nós somos, o que se sabe ter sido domesticado e cultivado na totalidade da área; pestes, vírus e bactérias também são altamente relevantes.³³ Devemos pensar não somente em alimento, mas nas outras três necessidades físicas também: combustível, vestimenta e abrigo. É claro que tem havido uma enorme quantidade de publicações científicas sobre a maioria desses assuntos,³⁴ e um volume recente sobre Pompeia marca um importante passo à frente.³⁵ Seria extraordinariamente útil ter o *Subsistence Farming in Roman Italy* expandido, numa escala mediterrânea, com todo o enriquecimento fornecido pelas modernas disciplinas da paleobotânica e da paleozoologia. É tão fácil para os historiadores

R. S. Bagnall em *Rethinking the Mediterranean*. B. D. Shaw, resenhando CS no *JRA* 14 (2001), observa (p. 444) que 'toda a ecologia do Egito está em desacordo com os modelos de Mediterrâneo dos autores'.

³⁰ Shaw 423.

³¹ O. Rackham, 'Ecology and Pseudo-ecology: the Example of Ancient Greece', em J. Salmon e G. Shipley (eds.), *Human Landscapes in Classical Antiquity* (London, 1996), 16-43: 31. Veja *Rethinking the Mediterranean*, p. 32.

³² A história imperial de Roma, devo acrescentar, precisa de um mapa bem diferente, cobrindo não o Mediterrâneo ou aquela área familiar correspondente às províncias durante o reinado de Trajano, mas uma área muito maior que abranja onde o Império Romano tinha ligações econômicas, desde a Polônia ao Sri Lanka e ao Zanzibar.

³³ Estudos sobre ratos foram colocados num outro patamar por M. McCormick, 'Rats, Communication, and Plague: Toward an Ecological History', *Journal of Interdisciplinary History* 34 (2003-4), 49-61.

³⁴ Cf. CS 111-12, Grove e Rackham, *The Nature of Mediterranean Europe*, esp. caps. 4, 10 e 11. Sobre o negligenciado assunto do combustível, veja S. Pignatti, 'Human Impact in the Vegetation of the Mediterranean Basin', em W. Holzner, M. J. A. Werger e I. Ikusima (eds.), *Man's Impact on Vegetation* (The Hague, 1983), 151-61: 152-3, H. Forbes, 'The Uses of the Uncultivated Landscape in Modern Greece: a Pointer to the Value of Wilderness in Antiquity?', em Salmon e Shipley, *Human Landscapes*, 68-97: 84-8, W. Smith, 'Fuel for Thought', *Journal of Mediterranean Archaeology* 11 (1998), 191-205. Em relação aos tecidos, veja especialmente E. J. W. Barber, *Prehistoric Textiles: The Development of Cloth in the Neolithic and Bronze Ages* (Princeton, 1991), e CS 352-63.

³⁵ W. F. Jashemski e F. G. Meyer (eds.), *The Natural History of Pompeii* (Cambridge, 2002); note especialmente Jashemski, Meyer e M. Ricciardi, 'Plants' (p. 80-180), e A. King, 'Mammals' (p. 401-50).

assumir que as coisas cresciam do jeito que elas crescem agora – daí a adaptação frequente do mapa de Braudel para os limites norte do cultivo de oliveiras, apesar da evidência de que, por razões um tanto óbvias, elas chegaram a ser cultivadas mais ao norte na antiguidade e na Idade Média.³⁶

Bastante relacionado a tudo isso está evidentemente a questão da água. Uma das façanhas mais importantes de *The Corrupting Sea* é formular uma abordagem para a história da administração e da irrigação da água (com informações intrigantes sobre o Orontes), e junto com outro trabalho recente, esse livro agora começa a nos dar uma ideia mais clara dos modos como a água ditava os limites do uso da terra e da urbanização na antiguidade e no medievo.³⁷

- *Que carga populacional essa região poderia suportar* – em todas as circunstâncias relevantes em épocas específicas, tais como níveis de reflorestamento e pantanosidade, possibilidades de cultivo e métodos de gerenciamento da terra, possíveis populações animais, disponibilidade de carne e peixe, métodos conhecidos de distribuição de alimento, estocagem de alimento e preparação da comida? Essa também é uma questão extremamente complexa, e uma das tarefas que aguardam o historiador ambiental do Mediterrâneo antigo. Tem-se provado difícil estabelecer o tamanho das populações pré-históricas em termos de capacidade de transporte, e tais tentativas precisam levar em consideração os padrões de 'bem-estar' da população em questão.³⁸ Horden e Purcell nos informam que estimativas de capacidade de transporte 'são evidentemente

36 O único autor que parece ter notado a natureza a-histórica do mapa de Braudel é D. J. Mattingly, 'First Fruit? The Olive in the Roman World', em Salmon e Shipley, *Human Landscapes*, 213-53: 215-16, e até mesmo ele não considera o aspecto italiano desse assunto. Para o cultivo de oliveiras na Lombardia do século VIII, ver L. Schiaparelli (ed.), *Codice diplomatico longobardo* (Roma, 1929), documentos 123, 167, 231, 234, 257 (e possivelmente outros).

37 Veja CS 237-57, 585-8 (mas para a visão do papel do estado, veja abaixo, p. 33). Para algumas contribuições recentes e surpreendentes, veja J. P. Oleson, 'Water-lifting Devices at Herculaneum and Pompeii in the Context of Roman Technology', em N. De Haan e G. C. M. Jansen (eds.), *Cura aquarum in Campania (Bulletin Antieke Beschaving, Suppl. 4)* (Leiden, 1996), 67-77, P. Kessener, 'The Aqueduct at Aspendos and its Inverted Siphon', *JRA* 13 (2000), 104-32, D. Amit, J. Patrich, e Y. Hirschfeld (eds.), *The Aqueducts of Israel (JRA, Suppl. 46)* (Portsmouth, RI, 2002). Novamente precisamos de cronologia de longa duração: a Idade do Bronze pode ser vista como a época em que teve início a administração da água em larga escala na região do Mediterrâneo – veja G. Argoud, L. I Marangou, V. Panagiotopoulos e C. Villain-Gandossi (eds.), *L'Eau et les hommes en Méditerranée et en Mer Noire dans l'antiquité* (Athènes, 1992).

38 T. Bayliss-Smith, 'Prehistoric Agricultural in the New Guinea Highlands: Problems in Defining the Altitudinal Limits to Growth', em J. L. Bintliff, D. A. Davidson, e E. G. Grant (eds.), *Conceptual Issues in Environmental Archaeology* (Edinburgh, 1988), 153-60: 153.

impossíveis',³⁹ mas seu próprio Capítulo VI ajuda a estabelecer alguma base para uma resposta.⁴⁰

As questões subjacentes que concernem às verificações positivas de Malthus, e como as populações antigas reagiam a elas e, ainda, se havia verificações 'preventivas' e, ainda além, se havia qualquer possibilidade na antiguidade de crescimento econômico sustentável. Não se pode esperar que uma história meramente do meio ambiente responda totalmente tais questões, mas pode-se esperar que ela se ligue a outras áreas de investigação como a história da migração e da colonização – essas devem ser vistas não da maneira clássica, como preenchedoras dos espaços vazios, mas como a *ocupação* do espaço.

- *O que os habitantes da região do Mediterrâneo antigo pensavam sobre a identidade da parte do mundo na qual eles viviam?* Se a intervenção humana deve ter um papel na nossa história do Mediterrâneo, precisamos saber como os habitantes da região litorânea (pelo menos) o consideravam. Como eles imaginavam seu tamanho, forma e outras características, e mesmo como o nomeavam, é significativo.⁴¹ Dizer que nas línguas semíticas o Mediterrâneo era 'um tanto amplamente' chamado 'o Grande Mar' em 1000 a.C., e implicar que esse foi posteriormente o termo grego padrão⁴² é muito aquém do mínimo satisfatório. Alguns documentos acadêmicos usam tal expressão,⁴³ mas não parece que eles se refiram a todo o Mediterrâneo. É difícil imaginar que, quando os fenícios e os gregos viajavam a extensão do Mediterrâneo nos séculos IX e VIII a.C., eles não inventassem nomes para ele. Hecateu, por acaso, é o primeiro grego que se sabe ter chamado o Mediterrâneo de 'o grande mar' (*FGrH* 1 F26) e ele estava se referindo a algo como sua totalidade. Mais interessante, talvez, é a expressão 'nosso

39 CS 47. Mas sobre a capacidade de transporte das ilhas, cf. CS 381. Renfrew e Wagstaff (eds.), *Island Polity*, 145, estabeleceram com credibilidade a população máxima de Melos em tempos clássicos em quase 5 mil, 'um teto cerca de 40-60% acima dos níveis que provavelmente foram atingidos na prática'. Sobre as dificuldades em calcular a capacidade de transporte, veja Ellen, *Environment*, 41-6, R. Sallares, *The Ecology of the Ancient Greek World* (London, 1991), 73-7, Grove e Rackham, *The Nature of Mediterranean Europe*, 70-1.

40 É difícil supor como eles serão capazes de evitar conclusões de algum tipo, embora tentador, quando no volume 2 eles finalmente alcançarem o assunto da demografia.

41 O artigo de O. A. W. Dilke, 'Graeco-Roman Perception of the Mediterranean', em M. Galley e L. Ladjimi Sebai (eds.), *L'Homme méditerranéen et la mer* (Tunis, 1985), 53-9, não faz juz a seu título. Por outro lado, V. Burr, *Nostrum Mare. Ursprung un Geschichte der Namen des Mittelmeeres und seiner Teilmeere im Altertum* (Stuttgart, 1932), ainda é muito útil. Ele reviu os nomes antigos para não menos de 27 partes componentes do Mediterrâneo bem como para o próprio mar.

42 CS 10-11.

43 Burr, *Nostrum Mare*, 89 n. 50.

mar', *he hemetera thalassa* (Hecateu F302c), e a variante *he kath'hemas thalassa*, 'o mar na nossa parte do mundo' (Hecateu F18b).⁴⁴ Como quer que tenha sido chamado, ele era o mar em torno do qual 'nós' (um 'nós' indefinido) vivemos, como formigas e rãs em torno de uma poça, de acordo com o Sócrates de Platão (*Fédon* 109b). Será que todos os gregos domesticaram o Mar Mediterrâneo a essa extensão? Para o mundo mediterrâneo, entretanto, nem gregos nem latinos tinham uma expressão especial: os gregos podiam chamá-lo *oikoumene*, mas também usavam essa palavra para o mundo todo, o qual, sem dúvida, eles sabiam ser muito maior.⁴⁵

- *Aqueles que viviam em torno do Mediterrâneo antigo o consideravam – ou consideravam a parte na qual viviam – como uma conexão em potencial ou uma barreira ou ambos ao mesmo tempo?* Que tipo de povo era tão voltado para o mar que superou o medo de piratas e vivia no litoral? Quem conhecia os riscos e as oportunidades? Havia uma *mentalité* do pequeno ilhéu? (As questões se proliferam rapidamente). Não deixemos que nossas respostas sejam muito gregas; textos do antigo Oriente Próximo precisam estar constantemente em nossas mãos. O que o navegador iletrado pensava, ou o camponês que podia ou não migrar, ou aquele favorito de Braudel, e também de Horden e Purcell, o comerciante costeiro, o *caboteur*? Essas questões não são totalmente impossíveis: afinal, sabemos que fenícios e gregos emigravam em número considerável, enquanto outros não, e não parece que isso tenha sido simplesmente uma questão de quem possuía a tecnologia marítima necessária.

Para muitos gregos, manifestamente, o mar estava no centro e a proximidade com o mar era uma condição essencial da vida econômica e da vida civilizada: sabia-se que alguém tinha alcançado um mundo diferente quando nas viagens se encontrava 'homens que não conhecem o mar, e que não comem sal em sua comida' (*Odisséia* 11.122-3). Hesíodo se volta naturalmente, embora timidamente, da terra para o mar (*Os trabalhos e os dias* 618-94). Mas quão representativas eram essas atitudes, ou quão reproduzidas pelas outras populações mediterrâneas, é ainda um assunto para ser investigado.

Um fenômeno do mundo antigo que se

44 Não há necessidade de discutir aqui se essas expressões são realmente tão antigas quanto Hecateu. 'Mediterraneum Mare' primeiro apareceu como o nome do mar em Isid. *Etym.* 13. 16. 1.

45 Mesmo o lúcido Políbio é inconsistente: em i. 1-4, ii. 37, iii. 3 etc, o termo significa algo como o mundo mediterrâneo, mas em iii. 1, iii. 58, viii. 2 etc, ele se refere ao mundo mais amplo, e em iii. 37 e algures o mundo mediterrâneo é *he kath'hemas oikoumene*. Para a visão de que a civilização se centra em torno do Mediterrâneo, veja Estrabão ii. 122.

expandiu e contraiu foi o transporte a longa distância de mercadorias básicas como a tríade mediterrânea e os metais. Todos os interessados vieram a considerar os problemas práticos do transporte de mercadorias a longa distância como administráveis. Parece que nos falta qualquer explicação sistemática de como isso aconteceu.

- *Exploração do ambiente natural versus seu uso consciente.* Diante da questão de se os gregos clássicos 'tinham uma atitude' diante da ecologia, Rackham compreensivelmente respondeu 'Eu não sei',⁴⁶ e prosseguiu apontando as dificuldades metodológicas. Para o período romano, há ao menos um estudo competente de P. Fedeli sobre as noções antigas do que danificava a natureza.⁴⁷ Mas a principal questão da qual partir, suponho, é como as pessoas tratavam o mundo natural quando a tecnologia disponível possibilitava escolhas, ou parecia possibilitar. É pouco surpreendente que os habitantes do Império Romano derrubavam imenso número de árvores (os efeitos são bastante discutidos), mas é surpreendente em certo nível que o governo de Tibério tenha certa vez planejado fazer o rio Chiani correr para o norte e desembocar no Arno em vez de correr para o sul e desembocar no Tibre, com a finalidade de diminuir a inundação da capital (Tac. *Ann.* i.79 etc.). Ambiciosa engenharia hidráulica, geralmente a serviço de uma cidade, é um tema constante.
- *Quais elementos no ambiente natural possibilitaram a existência de sistemas de pilhagem e de troca apesar da distância?* E o que acontecia quando tais sistemas enfraqueciam, quando a pirataria era reduzida (se ela realmente o foi por qualquer período mais longo),⁴⁸ e quando a troca a longa distância diminuía? A troca durante a Idade do Bronze no Mediterrâneo tem sido cuidadosamente estudada nas últimas décadas,⁴⁹ mas talvez precisemos de mais teorias sobre seu desenvolvimento diacrônico. O que levou os gregos do continente a Melos e à sua obsidiana em primeiro lugar? Podemos supor que os homens da Idade do Bronze deram início a esforços para obter materiais específicos como cobre, estanho e obsidiana de lugares relativamente remotos. Mais tarde, piratas e mercadores, pouco diferenciáveis entre si, começaram a

46 Rackham, 'Ecology', 33.

47 P. Fedeli, *La natura violata: ecologia e mondo romano* (Palermo, 1990).

48 D. C. Braund, 'Piracy under the Principate and the Ideology of Imperial Eradication', em J. Rich e F. Shipley (eds.), *War and Society in the Roman World* (London, 1993), 195-212, argumenta de modo convincente que mesmo sob os imperadores romanos a pirataria continuou sem qualquer redução.

49 Veja por exemplo N. H. Gale (ed.), *Bronze Age Trade in the Mediterranean* (Jonsered, 1991), E. H. Cline, *Sailing the Wine-dark Sea: International Trade and the Late Bronze Age Aegean* (Oxford, 1994).

expandir os tipos de mercadoria, incluindo seres humanos, para trocas oportunistas.⁵⁰ Mais tarde ainda, cidades começaram a procurar mais sistematicamente por excedentes agrícolas que elas poderiam importar – portanto, precisamos dividir o ambiente mediterrâneo em lugares capazes e incapazes de produzir tais excedentes, e mais uma vez voltamos à demografia. Os lugares dos quais tais excedentes agrícolas poderiam ser obtidos estariam geralmente mais distantes,⁵¹ o que sublinha a natureza extraordinária do poder romano, que poderia importar grãos em enormes quantidades do Egito para a capital. Inúmeros fatos sublinham a importância do transporte pela água: na Itália da Idade do Bronze, por exemplo, esse era o meio pelo qual os metais faziam sua jornada, pelo rio ou pela costa.⁵² Como ainda não temos um mapa de primeira linha dos recursos minerais que eram exploráveis durante a antiguidade no Mediterrâneo,⁵³ temos um bom caminho para percorrer antes de compreendermos os efeitos de sua distribuição.

Isso nos deixa com uns 1.500 anos da história antiga ainda por percorrer, incluindo o alto período do comércio mediterrâneo datado do século II a.C. ao II ou III milênio d.C. Horden e Purcell têm muitas coisas incisivas para dizer sobre o comércio na antiguidade – inclusive uma crítica enérgica da visão que Hopkins batizou de 'minimalismo estático' –,⁵⁴ mas há muito mais para dizer, mesmo atualmente, especialmente sobre intensificação e declínio.

50 Com exceção dos seres humanos, parece que eles às vezes cobriam longas distâncias para obter materiais que estavam disponíveis em lugares próximos, um exemplo é o ferro na Eubeia (como na expressão 'trazer areia para o deserto'): veja D. W. Tandy, *Warriors into Traders: The Power of the Market in Early Greece* (Berkeley and Los Angeles, 1997), esp. p. 64, e D. Ridgway, 'Final Remarks: Italy and Cyprus', em L. Bonfante e V. Karagheorgis (eds.), *Italy and Cyprus in Antiquity: 1500-450 a.C.* (Nicosia, 2001), 379-93: 380. 51 Cf. o mapa em M. E. Aubet, *The Phoenicians and the West*, 2nd. edn., (Cambridge, 2001), 124, com o título 'Main products of exchange in Tyrian trade in Ezekiel'.

52 Baker, *Mediterranean Valley*, 152.

53 O melhor que conheço até agora é fornecido por M. Lombardi, *Les Métaux dans l'ancien monde du Ve aux XIe siècle* (Paris and The Hague, 1974), 10-11 (com outros mapas úteis também). Cf. também R. Shepherd, *Ancient Mining* (London and New York, 1993). O tipo de estudo do qual precisamos é representado por N. H. Gale, Z. A. Stos-Gale e T. R. Gilmore, 'Alloy Types and Copper Sources of Anatolian Copper Alloy Artifacts', *Anatolian Studies* 35 (1985), 143-73; Z. A. Stos-Gale e N. H. Gale, 'New Light on the Provenience of the Copper Oxhide Ingots Found on Sardinia', em *Sardinia in the Mediterranean: Studies in Sardinian Archaeology Presented to Miriam S. Balmuth* (Sheffield, 1992), 317-37 etc. (a bibliografia completa é bastante longa para colocá-la aqui). Para uma visão geral, veja A. B. Knapp, 'Ethnicity, Entrepreneurship, and Exchange: Mediterranean Inter-island Relations in the Late Bronze Age', *Annual of the British School at Athens* 85 (1990), 115-53: 129-41. Para as fontes de estanho, veja C. F. E. Pare, 'Bronze and the Bronze Age', em Pare (ed.), *Metals Make the World Go Round* (Oxford, 2000), 1-38: 25.

54 Ou seja, a visão de que a vida econômica experimentava um desenvolvimento mínimo de um período da antiguidade para outro, de que ela nunca proporcionou mais do que a simples manutenção da subsistência à vasta maioria da população, e de que ela nunca testemunhou quaisquer que não fossem as mais simples instituições econômicas. Contra a perspectiva do minimalismo estático no comércio do Mediterrâneo antigo:

- *Os meios técnicos desenvolvidos por todos os povos na região para lidar com as porcas e parafusos de toda essa conexão.* Devemos incluir aqui a tecnologia náutica,⁵⁵ a difusão da informação,⁵⁶ e o desenvolvimento e difusão de habilidades como, por exemplo, a produção têxtil e a mineração, que a região do Mediterrâneo requeria na Idade do Bronze e do Ferro. Pelo mesmo caminho, mas fora do reino da história ambiental, chegaremos às mudanças sociais que se seguiram da adaptação a tais formas de conexão como migração, comércio exterior e a importação de mercadorias básicas.

- *Quanta interdependência econômica havia entre as populações mediterrâneas (litorânea e no interior) em qualquer período?* Finley afirmou em uma de suas últimas obras que a economia antiga não era 'integrada', mesmo sob o Império Romano, o que é e não é verdade.⁵⁷ Seria mais fértil perguntar sobre a interdependência, já que a falta de 'integração' pode ter sido o resultado principalmente da relativa lentidão na comunicação. Interdependência, como a capacidade de transporte, precisa ser vista no contexto das necessidades percebidas. Devemos considerar aqui não simplesmente a dependência generalizada de mercadorias importadas, mas o uso generalizado, especialmente pelos fenícios, gregos e romanos, da colonização para a manutenção do equilíbrio populacional.⁵⁸

- *Em que medida houve em qualquer momento uma unidade cultural?* É evidente que os estudiosos estabelecem níveis muito diferentes. Para alguns a preocupação com a honra supostamente por todo o Mediterrâneo e por todos os milênios parece suficiente; outros, considerando um período da história antiga no qual um único poder se impôs sobre todo o Mediterrâneo, o Império Romano, têm argumentado que os romanos *não* obtiveram

CS 146-52. Não que eu consiga concordar com a caracterização dos autores de 'abordagens existentes ao comércio mediterrâneo' (p. 144).

55 Para uma bibliografia básica, veja CS 565.

56 Veja, dentre outras publicações, J. Andreau e C. Virlouvet (eds.), *L'Information et la mer dans le monde antique* (Rome, 2002).

57 M. I. Finley, *The Ancient Economy*, 2nd edn. (Berkeley and Los Angeles, 1985), 177-9; para uma discussão, veja W. V. Harris, 'Between Archaic and Modern: Some Current Problems in the History of the Roman Economy', em Harris (ed.), *The Inscribed Economy (JRA, Suppl. 6)* (Ann Arbor, 1993), 11-29: 18-20.

58 O longo debate sobre as funções e a natureza da colonização antiga continua, evidentemente. Veja, por exemplo, G. Cawkwell, 'Early Colonisation', *Classical Quarterly* 42 (1992), 289-303; G. R. Tsetschladze e F. De Angelis (eds.), *The Archaeology of Greek Colonization: Essays Dedicated to Sir John Boardman* (Oxford, 1994); Aubet, *The Phoenicians*, 76-9. Um modelo convincente atualmente tem de incluir o início da migração grega e tais fenômenos como o início da povoação eubeia na Calcídica (cf. A. M. Snodgrass, 'the Euboeans in Macedonia: A new Precedent for Westward Expansion', em *Apoikia. Scritti in onore di Giorgio Buchner* (= *Annali di archeologia e storia antica* NS 1, Napoli, 1994), 87-93).

êxito na produção de uma unidade cultural, mesmo de um tipo bicultural greco-romano. Essa é uma questão vital na história romana (querendo dizer na história *no* Mediterrâneo), mas provavelmente devemos nos contentar se conseguirmos mostrar que havia quaisquer características típicas e amplamente compartilhadas. Voltaremos à honra na seção seguinte. De acordo com P. Brown, por outro lado, a peça central do Mediterrâneo antigo era a cidade,⁵⁹ no sentido grego, claro. Esse é um ponto de vista tradicional e razoável – que o *The Corrupting Sea* tem tentado, na verdade, derrubar (embora não sem equívocos); mais sobre isso será dito na próxima seção. A questão para nós nesse contexto deveria ser se o ambiente mediterrâneo, e a reação humana imediata a ele, trouxe quaisquer semelhanças culturais notáveis. E se havia tais características, quão distintas elas eram?

3. *Unidade?*

Um breve ensaio como este não consegue discutir completamente qualquer das questões acima, mas para lidar com a questão do mediterraneanismo (Seção 6), devo ao menos discutir unidade. Pois a afirmação de que a região do Mediterrâneo possuía ou possui unidade está ligada, embora não de um modo claramente lógico, à noção de que ela é distinta. O foco aqui continuará a ser sobre a antiguidade.

Em um parco sentido ao menos, sempre houve obviamente um grau de unidade. Afinal, há uma zona climática com um limite natural parcial ao leste sob a forma do deserto sírio-árabe, bem como limites ao sul e ao norte (o que não significa que esses limites sejam fáceis de definir, ou que as diferenças internas, em relação à precipitação por exemplo, sejam negligenciáveis⁶⁰). Essa é uma área de temperaturas relativamente moderadas, exceto a grandes altitudes, uma área na qual, embora a aridez seja um problema extremamente comum,⁶¹ geralmente há água suficiente para sustentar a agricultura e as cidades. Em um clima similar, e com uma fauna e flora similar, os meios de sobrevivência inevitavelmente demonstram similaridades e continuidades. E desde que o homem aprendeu na Idade do

59 P. Brown, *Society and the Holy in Late Antiquity* (London, 1982), 169.

60 Sobre esse ponto cf. J. D. Hughes, *Pan's Travail: Environmental Problems of the Ancient Greeks and Romans* (Baltimore, 1994), 10. Para a visão de Braudel da unidade climática e ecológica, ver *MMW*, i.234-48.

61 Isso é repetidamente apontado: veja *ibid.* 238-39; J. Davies, *People of the Mediterranean: an Essay in Comparative Social Anthropology* (London, 1977), 41 etc. Outros lugares no mundo têm climas mediterrâneos – partes significantes da Austrália, Califórnia, Chile, África do Sul; para algumas comparações úteis, veja F. di Castri, 'An Ecological Overview of the Five Regions with a Mediterranean Climate', em R. H. Groves e F. di Castri (eds.), *Biogeography of Mediterranean Invasions* (Cambridge, 1991), 3-16.

Bronze a percorrer distâncias consideráveis em barcos, uma rede de conexões marítimas que cobria todos ou a maioria dos corpos de água entre a Fenícia e Cadiz praticamente sempre existiu.

Muitos estudiosos têm tentado descobrir uma ecologia mediterrânea com características mais específicas do que essas. A zona clássica da vinha e mais particularmente da oliveira tem servido há tempos como tosca aproximação; as fronteiras ao sul podem ser encontradas no limite norte da palmeira cultivada nas compactas *palmeraies*.⁶² Até aqui tudo bem, e ninguém vai querer subestimar o impacto do vinho e do azeite na vida ou no relevo mediterrâneos. Braudel, como bem se sabe, argumentou por um conceito muito mais amplo de Mediterrâneo, mais histórico do que ecológico, embora ele tenha considerado três zonas com fronteiras físicas, o Saara, a 'Europa' e o Atlântico (com o Oriente Médio aparentemente subsumido ao Saara). Mas é sintomático que mesmo Braudel tenha achado particularmente impossível definir seu 'Mediterrâneo maior': 'deveríamos imaginar uma centena de fronteiras, não uma, algumas políticas, outras econômicas e outras culturais'; de acordo com essa lógica, Goethe estava no Mediterrâneo antes mesmo de ter deixado Frankfurt.⁶³

Vinho e azeite servirão, na verdade, bastante bem como características definidoras do Mediterrâneo antigo, apesar da anomalia mesopotâmica. Consumo pode ser um indicador mais útil do que produção, e graças à arqueologia das ânforas podemos produzir ao menos um mapa aproximado do consumo do azeite no período do Império Romano.⁶⁴ A arqueobotânica pode agora apresentar um quadro muito mais elaborado de todas as plantas domesticadas conhecidas nessa região em tempos antigos,⁶⁵ bem como descrever a difusão do cultivo da vinha e da oliveira de leste a oeste. Duas questões parecem precisar de resposta agora: podemos determinar mais precisamente qual a proporção das necessidades

62 Cf. Braudel, *MMW*, i.168.

63 Ibid. 170. Horden e Purcell tentaram se esquivar do problema de definir seu Mediterrâneo ao se basear no conceito de microrregiões (CS 80), mas essa é uma distração ou um mecanismo de escape mais do que uma solução.

64 Veja D. P. S. Peacock e D. F. Williams, *Amphorae and the Roman Economy* (London, 1986), esp. figs. 8, 21, 82, 102, 105, 108. Para a produção o melhor guia é M.-C. Amouretti e J.-P. Brun (eds.), *La Production du vin et de l'huile en Méditerranée* (*Bulletin de Correspondence Hellénique*, Suppl. 26) (Athènes et Paris, 1993). Veja também CS 209-20.

65 Veja D. Zohary e M. Hopf, *Domestication of Plants in the Old World: The Origin and Spread of Cultivated Plants in West Asia, Europe and the Nile Valley* (note a escolha da área) 3rd edn. (Oxford, 2000); e cf. CS 210, 262.

calóricas da população mediterrânea que o vinho e o azeite conseguiam atingir? E quais características estruturais das sociedades e economias antigas podem ser atribuídas à lógica do cultivo da vinha e da oliveira? Horden e Purcell dizem que não devemos enxergar no comércio do azeite 'uma evidência de economia comercial',⁶⁶ mas não é nada claro por que não.

Outra característica bastante estudada é o pastoreio transumante, difundido por quase todas as terras mediterrâneas por vários milênios. Como a vendeta, ele apela aos estudiosos por ser tão claramente arraigado no tempo, e é com frequência considerado distintivamente mediterrâneo.⁶⁷ O que pode sugerir que uma prática pode ser distintiva mas ao mesmo tempo não definidora.

O que Horden e Purcell insistem como peculiaridade na produção de comida no Mediterrâneo é que ela era especialmente cheia de riscos.⁶⁸ Os riscos são suficientemente claros: a dificuldade é que o risco é também a condição crônica dos agricultores pré-modernos (e não somente dos pré-modernos), em muitos dos outros lugares como, puramente por uma questão de exemplo, a China e a África tropical.⁶⁹ 'É a frequência da mudança de ano para ano, tanto em produção quanto em distribuição, que torna a história mediterrânea distinta', é dito.⁷⁰ Isso seria difícil de estabelecer. 'Na França, houve dezesseis períodos de fome em nível nacional entre 1700 e 1789'.⁷¹

Um significado mais tenaz da unidade ecológica mediterrânea depende se as economias locais são solidamente *conectadas* ao Mediterrâneo mais amplo (e desconectadas de outras partes do mundo?). Se um grande número de pessoas que viviam nas costas mediterrâneas em dado período eram pescadores, pastores ou agricultores autárquicos, então o Mediterrâneo, nesse sentido, não era uma unidade. E nesse caso,

66 CS 213. CS 211-20 discute as implicações da difusão do cultivo da vinha e da oliveira.

67 Veja, por exemplo, P. Garnsey, *Famine and Food Supply in the Graeco-Roman World* (Cambridge, 1988), 201.

68 CS 178, 287. A noção de que foi um risco ambiental que levou as comunidades mediterrâneas a comunicar entre si parece particularmente infundada.

69 Num exame do pastoreio pelo mundo, pode-se dizer que a única região onde a administração do risco, mais do que a maximização do lucro, é o foco é os Andes: D. L. Brownan, 'High Altitude Camelid Pastoralism of the Andes', em J. F. Galaty e D. L. Johnson (eds.), *The World of Pastoralism: Herding Systems in Comparative Perspective* (New York and London, 1990), 323-52: 325-6.

70 CS 74.

71 M. J. Daunton, *Progress and Poverty: An Economic and Social History of Britain 1700-1850* (Oxford, 1995), 56.

devemos classificar o Mediterrâneo como menos importante no período em questão do que outros âmbitos de conexão tais como a micromicrorregião (se é que tal termo é possível) ou o grande vale de um rio. Mas o que, em qualquer caso, constitui uma conexão? Não apenas a *cabotage*, a troca a longa distância, a pirataria e a migração, mas muitas outras formas de movimento humano e também não humano, inclusive a difusão das plantas e das doenças.

Pode-se também argumentar que, durante uma grande parte dos três milênios que estamos considerando, as populações do Mediterrâneo estavam efetivamente ligadas pela guerra, pois os povos contra os quais combatiam, ao menos até o momento em que César invadiu a Gália Comata, eram geralmente mediterrâneos também (não há necessidade de apontar todas as exceções). E tudo isso teve uma série de efeitos no meio ambiente, mesmo se deixarmos de lado os efeitos subsequentes do império. Os registros da guerra no Mediterrâneo antigo sugerem que ela era geralmente levada a cabo com tanta destruição dos recursos naturais do inimigo quanto seria possível com a tecnologia disponível⁷² – com a importante reserva que alguns conquistadores (mas quantos?) poderiam resguardar para a futura produtividade de seus futuros supostos súditos. Uma mudança de governante pode ter um impacto pequeno na vida cotidiana, mas períodos prolongados de guerra poderiam destruir capital fixo, diminuir as trocas e reduzir a produção agrícola – alguns dos principais eventos na história da economia da antiguidade tardia.⁷³

Uma das teses centrais de *The Corrupting Sea* é que a 'conectividade' estava sempre lá em algum grau mesmo quando o mundo mediterrâneo parecia estar muito fragmentado.⁷⁴ Isso é indubitavelmente verdade em certa medida, mas a questão importante deve ser até onde o potencial era concretizado de uma época para outra: essa é a essência de uma explicação histórica das conexões mediterrâneas. Queremos saber como e por que as conexões se fortaleceram no segundo milênio a.C., estreitando aquelas que já existiam no Oriente Médio, e se fortaleceram muito mais a partir do período da expansão e colonização

72 Não há necessidade de se referir aqui à ampla literatura sobre esse tópico. De acordo com W. G. Sebald, 'o princípio interno de qualquer guerra. . . é mirar em uma aniquilação total do inimigo com suas habitações, sua história e seu ambiente natural tanto quanto for possível' (*On the Natural History of Destruction*, trad. [para o inglês] de A. Bell (London and New York, 2003; edição original *Luftkrieg und Literatur*, Munich, 1999), 19). Eu imagino que alguns discordem, mas os advogados e os classicistas seriam mais propensos a discordar do que os historiadores.

73 Veja M. McCormick, *Origins of the European Economy* (Cambridge, 2001), 25-119.

74 CS esp. 160-72.

pelos fenícios e gregos, que começou nos séculos IX e VIII. Essas questões inevitavelmente levam à importância relativa ou não das outras conexões, as não mediterrâneas. Considere, por exemplo, como o uso do bronze é atualmente visto como difundido pela Europa a partir do Oriente Médio: a julgar a partir de um estudo recente feito por C. F. E. Pare (Mapa 2), o Mediterrâneo não era o único vetor ou mesmo crucial.⁷⁵

No período da XX Dinastia (1991-1786 a.C.), embora barcos egípcios pudessem ter alcançado o Egeu, parece não o terem feito; durante a XVIII Dinastia (1575-1308), por outro lado – ou talvez durante o período dos Hicsos no século XVII a.C. –, as duas áreas estavam em contato.⁷⁶ No segundo milênio a.C. a metade ocidental do Mediterrâneo era, em sua maior parte, intocada pelos povos de sua metade oriental até os micênios atingirem o sul da Itália, Sicília e Sardenha – uma história muito familiar atualmente.⁷⁷ Quando a rede de conexões ficou mais forte no período da colonização, isso evidentemente afetou o ambiente mediterrâneo ocidental profundamente, não apenas por meio das vinhas e das oliveiras, mas por meio da intensificação da extração mineral, da urbanização, da engenharia hidráulica, e de outras maneiras também. Como essas conexões vieram a existir e como elas enfraqueceram no final da antiguidade são problemas muito estudados, e que dificilmente serão eliminados pela ideia de que elas *sempre* estiveram potencialmente lá. Foi especialmente desapontador o fato de que *The Corrupting Sea* não abordou realmente a evidência, simplesmente enorme em extensão, para um período prolongado de declínio econômico da antiguidade tardia e início do período medieval, exceto ao dizer que ela é um lugar-comum historiográfico (em parte rastreável até Ibn Khaldun); nem todos os lugares-comuns históricos são falsos,⁷⁸ e muito da evidência é, em qualquer caso, material.

75 Pare, 'Bronze and the Bronze Age', em Pare (ed.), *Metals*.

76 Para as duas primeiras datas, veja D. O'Connor, 'Egypt and Greece: The Bronze Age Evidence', em M. R. Lefkowitz e G. M. Rogers (eds.), *Black Athena Revisited* (Chapel Hill, 1996), 49-61: 54, 55. Para a outra cronologia, veja Cline, *Sailing the Wine-dark Sea*, 5-8.

77 Veja, dentre outros, D. Ridgway, 'The First Western Greeks and their Neighbours, 1935-1985', em J.-P. Descoeudres (ed.), *Greek Colonists and Native Populations* (Canberra and Oxford, 1990), 61-72; K. Kilian, 'Mycenaean Colonization: Norm and Variety', *ibid.* 445-67, O. Dickinson, *The Aegean Bronze Age* (Cambridge, 1994), 249-50.

78 Muito da evidência que um historiador da história econômica citaria para mostrar que as conexões econômicas começaram a declinar entre 200 d.C. e 700 é mencionada por McCormick, *Origins*. Ibn Khaldun: CS 154. Esse é um tópico enorme: minha objeção é que CS não encontrou uma metodologia aceitável para estabelecer as questões verdadeiramente notáveis.

Mas para muitos estudiosos a unidade mediterrânea tem significado muito mais do que tudo isso: ela significa essencialmente ou até exclusivamente uma unidade *cultural*. E aí está uma disputa multilateral que tem perdurado por décadas. Minha preocupação aqui está limitada à história antiga e mais uma vez à questão metodológica de como alguém pode estabelecer a existência de uma unidade cultural no Mediterrâneo antigo. Não é mais suficiente escrever sobre 'a homogeneidade básica da civilização mediterrânea'.⁷⁹ Farei cinco observações (e depois deixarei que a discussão transborde na Seção 6):

- Não há nenhuma utilidade em descobrir que a população do Mediterrâneo antigo compartilhava algumas características sócio-psicológicas, tais como uma intensa devoção à honra (em um sentido ou em outro dessa palavra muito sofrida) ou à castidade feminina (em alguns sentidos ou em outros), *a não ser que* se consiga mostrar plausivelmente que o resto da humanidade tenha se interessado menos por isso. Herzfeld e De Pina-Cabral demonstraram anos atrás que a antiga e preferida honra era uma lente muito opaca através da qual inspecionar o mundo mediterrâneo do século XX.⁸⁰ Isso também pode ser verdadeiro apesar da importância indubitável da honra para muitos gregos e romanos, para a história antiga regional e para a *longue durée*: a questão é familiar, mas ainda precisa ser reexaminada.⁸¹ Dover escreveu de maneira cáustica que, no tocante à honra e à vergonha, 'Encontro muito pouco numa vila mediterrânea que não me seja já familiar em um subúrbio de Londres'.⁸² O que é então honra? É ela propriedade exclusiva de homens honestos? Ela é

79 Brown, *Society*, 168, reconhecidamente com a importante restrição 'profundamente no início da Idade Média' (a passagem é citada com aprovação em CS 33). Brown estava enfatizando outro ponto, a suposta continuidade desde a antiguidade até a Idade Média. O que ele encontrou de mais característico no Mediterrâneo foi a civilização urbana (veja adiante). O profundo desejo que alguns estudiosos sentem de afirmar a unidade cultural do (presente) Mediterrâneo pode ser observada em F. H. Stewart, *Honor* (Chicago and London, 1994), 75, ele que, embora professe não acreditar na unidade mediterrânea, afirma que 'é indubitavelmente verdade que as populações do sul da Europa, e especialmente as populações rurais, lembram em alguns aspectos aquelas do Levante ou do norte da África mais do que os do norte da Europa', e então admite que não consegue dizer em quais aspectos!

80 O que obviamente não é de se negar que a honra *em um sentido particular* poderia ser extremamente importante. As contribuições cruciais aqui são de M. Herzfeld, 'Honour and Shame: Problems in the Comparative Analysis of Moral Systems', *Man* 15 (1980), 339-51, e J. De Pina-Cabral, 'The Mediterranean'. A resposta de D. Gilmore a este último, 'On Mediterraneanist Studies', *Current Anthropology* 31 (1990), 395-6, não é substancial.

81 Para os gregos, veja H. Lloyd Jones, 'Ehre und Schande in der griechischen Kultur', *Antike und Abendland* 33 (1987), 1-28, repr. em inglês em *Greek Comedy, Hellenistic Literature, Greek Religion, and Miscellanea* (Oxford, 1990), 253-80; para Roma, J. E. Lendon, *Empire of Honour: the Art of Government in the Roman World* (Oxford, 1997) (que percebe, p. 32 n. 5, que sua evidência é relativa às pessoas de *status* elevado). Mas nenhum deles apresenta a dimensão comparativa necessária. Retornarei a esse assunto na próxima seção.

82 Resenhando D. Cohen, *Law, Sexuality and Society*, em *Gnomon* 65 (1993), 659. Um argumento similar é mostrado por Stewart, *Honor*, 76-7.

essencialmente relativa à guerra? Ou a códigos sexuais? Seria uma característica principalmente de sociedades que encaram tudo face a face? E por aí vai.⁸³ Como podemos decidir quanta importância ela tem em qualquer sociedade? Obviamente, não sem fazer comparações.

- Um trabalho histórico não pode se referir legitimamente a essa questão de unidade cultural do Mediterrâneo no nível do presente etnográfico, não obstante os autores recentes.⁸⁴ A metodologia empregada é totalmente inadmissível: não podemos extrapolar o Mediterrâneo antigo a partir do Mediterrâneo etnográfico (o Mediterrâneo moderno é ainda um terceiro fenômeno). Todas as sugestões de continuidade cultural entre o Mediterrâneo antigo e o recente devem ser vistas com grande suspeita; *The Corrupting Sea* resume vividamente muitos tipos de rupturas que por todo o seu período (e sempre, deve-se observar) perturbaram a vida rural, desde invasões de colonizadores até as manipulações dos poderosos.⁸⁵ Um dos historiadores mais lúcidos e persuasivos que fizeram uso da antropologia mediterrânea recentemente foi David Cohen. O ponto crucial em sua argumentação teórica é o estratagema da *faute-de-mieux* (ninguém encontrou um modelo melhor do que o Mediterrâneo etnográfico)⁸⁶ - o que se aproxima da circularidade. O que precisamos é do que Cohen na verdade tenta fornecer em seu trabalho posterior, uma

83 Para a enorme multiplicidade de significados, cf., além dos trabalhos já citados na n. 79, Davis, *People of the Mediterranean*, 77 ('ela é derivada da *performance* de certos papéis, geralmente aqueles domésticos'), 89-101 (apoiando uma visão materialista); D. D. Gilmore, 'Introduction: The Shame of Dishonor', em D. D. Gilmore (ed.), *Honor and Shame and the Unity of the Mediterranean* (Washington, 1987), 2-21: 3-4 (o que é distintivo sobre a variante mediterrânea da honra é 'sua relação com a sexualidade e as distinções de gênero', e o suposto fato de que 'no mundo mediterrâneo as mulheres são geralmente não produtivas materialmente' (!)); P. Sant Cassia, 'Authors in Search of a Character: Personhood, Agency and Identity in the Mediterranean', *Journal of Mediterranean Studies* 1 (1991), 1-17: 8 (antropólogos se referem a um tipo de 'individualismo afetado, de amor próprio, e uma preocupação com a reputação'); Stewart, *Honor*, esp. 29-47 (acima de tudo, honra é um direito, p. 29).

84 CS 522-3. Eles concluem que 'honra e vergonha são mesmo valores mantidos profundamente por toda a região' (p. 523), sem esclarecer os termos ou o tempo verbal. Uma falta de atenção similar ao tempo verbal pode ser vista em Sant Cassia, 'Authors', 7 ('o contato cultural era significativo' (ainda é, tem sido?)); Shaw, 451-2.

85 CS 275-7. A crença dos autores na 'mutabilidade' foi referida anteriormente. Sua prática, entretanto, beira a inconsistência: com frequência eles 'se voltam para o passado recente para iluminar os períodos remotos' (CS 465, com referências cruzadas). Eles arrogam terem usado a antropologia mediterrânea 'seletivamente' (ibid.), e podem ao menos levar os créditos por terem dedicado dois longos capítulos para discutir o assunto (XI e XII).

86 *Law, Sexuality, and Society in Classical Athens* (Cambridge, 1991), 38-41. Deve ser dito de uma vez que Cohen estava interessado em um conjunto específico de problemas históricos que ele, em minha visão, conseguiu iluminar de maneira brilhante. Ele também assegura que seu modelo é imune às objeções Herzfeldianas porque é baseado em muitas sociedades mediterrâneas diferentes; mas isso é simplesmente um avanço técnico. Posteriormente, Cohen parece ter modificado sua abordagem (abaixo, p. 36).

etnografia muito mais abrangente que pode ser aplicada a problemas históricos específicos (veja adiante, Seção 6).

- Se vamos nos engajar na história comparativa do Mediterrâneo ou de outras culturas, deveríamos prestar mais atenção às dificuldades de tradução e às nuances linguísticas relativas à honra, dentre outros assuntos.⁸⁷ Problemas de tradução podem ser fundamentais.⁸⁸ Uma etnografia da honra mediterrânea que falhe em analisar o vocabulário do assunto em árabe seria de pouco valor.⁸⁹ O vocabulário da honra no grego helenístico e sob o Império Romano ainda precisa de atenção, as palavras latinas ainda mais;⁹⁰ e, mais uma vez, não tornemos o Mediterrâneo muito greco-romano.
- Podemos dizer legitimamente que a cultura mediterrânea antiga era urbana? Isso tem sido amplamente assumido, e a doutrina tem sido a fundamentação de programas inteiros de pesquisa.⁹¹ Horden e Purcell contestaram essa noção e apresentaram uma maneira alternativa interessante de se olhar para os padrões de assentamento mediterrâneo. Mas sua doutrina parece ter caído em bases um tanto pedregosas,⁹² e voltaremos a reconsiderar o assunto (embora de modo bastante breve) na seção seguinte.
- Nada semelhante a uma unidade cultural em termos mais gerais chegou a alcançar as áreas costeiras do Mediterrâneo antigo antes das conquistas romanas, o que é óbvio, mas permanece como uma questão central e aberta da história romana o quanto as populações desses territórios, e não apenas suas elites, compartilhavam formas sociais, tecnologia de produção, línguas, formas artísticas, práticas religiosas e crenças, e muitas outras características culturais. Horden e Purcell afirmaram que uma tal unidade cultural existente

87 Cf. J. A. Pitt-Rivers, 'Honour', *Proceedings of the British Academy* 94 (1997), 229-51.

88 Como em um estudo cultural comparativo das emoções: W. V. Harris, *Restraining Rage: the Ideology of Anger Control in Classical Antiquity* (Cambridge, Mass., 2002), 34-6.

89 Sobre *sharaf* e outros conceitos em uma população particular (e típica), veja ainda A. Abou-Zeid, 'Honour and Shame among the Bedouins of Egypt', em J. G. Peristiany (ed.), *Honour and Shame: The Values of a Mediterranean Society* (London, 1966), 243-59.

90 Lendon, *Empire*, 272-9, junta algum material, mas sua análise do vocabulário latino é um modelo de como tais coisas não deveriam ser feitas: ele subjuga um número de conceitos diferentes à camisa de força do inglês.

91 O Copenhagen Polis Centre, fundado por M. H. Hansen. Sua publicação tem sido vasta.

92 Shaw, 444-6; E. e J. Fentress, resenha de *CS*, *Past and Present* 173 (2001), 203-19: 211-13; H. Driessen, resenha de *CS*, *American Anthropologist* 103 (2001), 528-31: 530.

perdurou até a Idade Média;⁹³ seja como for, o estudo da unidade cultural tem de ser o estudo de sua formação e desintegração.

4. 'Ruralizando' a História Antiga

O aspecto mais original de *The Corrupting Sea* talvez seja sua tentativa de 'ruralizar' a história antiga e medieval (as aspas são dos autores). A categoria inteira de centro urbano (*town*) ou cidade (*city*) diminui em significância. Esses termos não são totalmente eliminados da existência, mas isso também não representa uma simples mudança de ênfase.⁹⁴ Centros urbanos, na visão de Horden e Purcell, são simplesmente microrregiões em menor (ou maior) escala, e não havia uma 'variável urbana' que tornava a vida na cidade 'qualitativamente... diferente daquela em outros assentamentos'.⁹⁵ Agora percebemos por que Rostovtzeff, Pirenne, Goitein e Braudel foram escolhidos no início do livro como os quatro historiadores a serem enfraquecidos. Essa linha de raciocínio parece um pouco estranha para o ano 2000, já que não se pode dizer que algum deles, nem mesmo Braudel, represente o que os estudiosos pensam atualmente da história do Mediterrâneo antigo e medieval – um assunto que tem passado inevitavelmente a outras mãos;⁹⁶ mas, como historiadores, eles são todos amantes de cidades.

Aqui Horden e Purcell estão quase diametralmente em desacordo com a linha dominante na antropologia, e sua abordagem parece *retardataire*, já que ela ecoa o que De Pina-Cabral tem chamado 'a ênfase ruralista da antropologia social'⁹⁷ característica da década de 1950 – e ainda detectável na década de 1990.⁹⁸ Enquanto isso, a antropologia do consumo e uma variedade de outros interesses têm conduzido os antropólogos cada vez mais à cidade.

93 Ainda em CS essa doutrina é estabelecida com tantas reservas que alguém poderia ficar confuso em relação a onde os autores estão em última instância.

94 CS 92.

95 CS 96. Mas eles defendem que 'o Mediterrâneo é a região que foi urbanizada por mais tempo e mais densamente na história do mundo... As grandes cidades... têm sido o lugar principal... em que a sorte da população é determinada' (CS 90). As cidades conduzem os autores a uma manifestação sem constrangimentos de audácia verbal: *incastellamento*, adensamento, tentacular.

96 CS 91 diz que esses quatro 'dominam o pensamento moderno sobre o Mediterrâneo'. É o tempo verbal que está errado.

97 De Pina-Cabral, 'The Mediterranean', 405.

98 Veja, por exemplo, Sant Cassia, 'Authors in Search', 10.

No final, eu acredito que essa 'ruralização' é equivocada, mas ela tem uma atração imediata. Acredita-se que a maior parte dos povos antigos e medievais vivia no campo. A proporção, claro, é desconhecida e estimativas dependerão em parte da definição de termos como 'cidade' e 'vilarejo'. Hopkins sugere que a população urbana das províncias do Mediterrâneo durante o Império Romano pode ter atingido até 10 ou 20 por cento do total.⁹⁹ Horden e Purcell conjecturam, para o Mediterrâneo pré-industrial, uma população urbana de '3, 5, 10 por cento: um quadro dessa ordem'.¹⁰⁰ Não faria sentido, obviamente, aplicar um quadro único à Idade do Bronze e ao ápice do Império Romano, e o mais alto de seus quadros é presumivelmente o que eles supõem para o mundo Romano.

Há de fato um problema ofuscante e fascinante aqui. Muitos estudiosos podem ser inclinados a supor que a arqueologia de prospecção tem demonstrado a verdade em relação à hipótese de Horden e Purcell. 'Tradicionalmente', um autor observa, 'a maior parte da população rural do Mediterrâneo tem vivido em vilarejos ou cidades nucleares, longe da maioria de seus campos' – mas sua crença é que a arqueologia de prospecção tem mostrado que na antiguidade clássica uma parte maior da população vivia em fazendas distantes umas das outras.¹⁰¹ Há certamente argumentos para supor que em algumas áreas do Império Romano, pelo menos, a população era muito dispersa.¹⁰² Ainda assim, o padrão tradicional, de acordo com o qual a grande maioria, ao menos em algumas partes da região mediterrânea, habitava em grandes vilarejos ou pequenas cidades, geralmente pode ser encontrado com frequência na antiguidade também. Aqui está um estudioso com um conhecimento inigualável do interior da Grécia antiga: 'durante a maior parte dos períodos da antiguidade, os gregos preferiram viver em tais assentamentos nucleares, mesmo quando

99 K. Hopkins, 'Rome, Taxes, Rent and Trade', *Kodai* 6/7 (1995/6), 41-75: 46.

100 CS 92.

101 P. Halstead, 'Traditional and Ancient Rural Economy in the Mediterranean: Plus ça change?', *Journal of Hellenic Studies* 107 (1987), 77-87: 82-3 ('padrão de assentamento relativamente esparso'), com bastante bibliografia.

102 W. V. Harris, *Ancient Literacy* (Cambridge, Mass., 1989), 192.

eles dependiam fundamentalmente da agricultura'.¹⁰³ O problema todo – muito complexo para ser aprofundado aqui – precisa ser reconsiderado numa tela o mais ampla possível.¹⁰⁴

Mesmo assim, essa 'ruralização' tem um apelo visceral, ao menos como um experimento e como uma mudança de perspectiva. Não que a abordagem seja totalmente nova, e não tem havido nenhuma grande escassez, durante a última geração, de estudos do campo grego e romano e seus habitantes.¹⁰⁵ 'Ruralização', entretanto, poderia ter o efeito valioso de concentrar atenção extra em qualquer número de problemas históricos interessantes. A história da religião grega e romana, por exemplo, quase sempre tem um foco excessivamente urbano, e *The Corrupting Sea* faz bem em contrabalançar essa tendência em seu capítulo sobre a geografia da religião. Há muitas outras questões para explorar, desde formas caracteristicamente rurais de disputa e cooperação até a metalurgia rural.¹⁰⁶

Uma cidade, dizem Horden e Purcell, contradizendo implicitamente a experiência de muitos historiadores da antiguidade, não é 'particularmente uma categoria que ajuda muito'. Eles acrescentam, ainda mais provocativos, que 'não há uma qualidade específica de espaço urbano que automaticamente dê cor à crença e à ação em seu interior... uma cidade é um endereço, uma arena, uma aglomeração arquitetônica'.¹⁰⁷ A história urbana tem seu lugar, com o que eles concordam com bastante relutância, e há 'escopo para uma história da região que começa a partir de seu campo e, por assim dizer, olha para a cidade';¹⁰⁸ mas eles

103 M. H. Jameson, 'Private Space and the Greek City', em O. Murray e S. Price (eds.), *The Greek City from Homer to Alexander* (Oxford, 1990), 171-5: 173. Ele diz que 'em certos períodos bem limitados (especialmente os cem anos após 375 a.C....) havia também estruturas substanciais espalhadas pelo interior; estas últimas não são acompanhadas pela diminuição da população em assentamentos nucleares, mas eram ocupadas inteiramente ou parcialmente pelas mesmas pessoas que mantinham casas nas cidades ou vilarejos.'

104 Veja também A. Snodgrass, 'Survey Archaeology and the Rural Landscape of the Greek City', em Murray e Price (eds.), 113-36: 125-28; S. E. Alcock, J. F. Cherry e J. L. Davis, 'Intensive Survey, Agricultural Practice and the Classical Landscape of Greece', em I. Morris (ed.), *Classical Greece: Ancient Histories and Modern Archaeologies* (Cambridge, 1994), 137-70: 147-8.

105 Especialmente dignos de nota: R. Osborne, *Classical Landscape with Figures* (London, 1987); C. R. Whittaker (ed.), *Pastoral Economies in Classical Antiquity* (Cambridge, 1988) (*Proceedings of the Cambridge Philological Society*, Supp. 14); Barker e Lloyd (eds.), *Roman Landscapes*.

106 Há naturalmente uma bibliografia existente de bom tamanho sobre ambos os temas. Para alguns comentários, veja respectivamente CS 283-84 e 184.

107 Ambas citações: CS 90. A palavra 'automaticamente' coloca uma falsa questão. Na minha visão, os autores se permitiram ser conscientemente influenciados por R. J. Holton, *Cities, Capitalism and Civilization* (London, 1986), que tinha um objetivo específico em mente quando ele reduziu o papel histórico da cidade. Aos muitos estudos que mantêm a importância da cidade, pode agora ser acrescentado o de J. W. H. G. Liebeschuetz, *The Decline and Fall of the Roman City* (Oxford, 2001).

108 CS 91. Eles estão dispostos a falar em 'assentamentos', entretanto (108-12).

têm deixado seus leitores com uma forte impressão de que as cidades são estranhas à sua narrativa. Os argumentos em favor dessa posição são pouco convincentes.¹⁰⁹ Eu ainda prefiro o Braudel de *Civilization and Capitalism*: 'cidades são como transformadores elétricos'.¹¹⁰

Talvez concordemos que a história antiga costumava ser bastante urbana na aparência, mas o que não é necessário agora é paradoxo e exagero, mas uma abordagem equilibrada que reconheça o elemento crucial que as cidades representavam – mesmo no Mediterrâneo da Idade do Bronze e certamente posterior. Iniciadas no Oriente Médio antigo, e até mais enfaticamente a partir do século VIII a.C. em diante, cidades de vários níveis condicionavam a vida econômica do vasto número de povos mediterrâneos, e ajudavam a determinar o curso de toda a história da cultura antiga. Descrever e definir a relação entre cidade e campo é uma atividade sem fim, e novamente a história varia de período para período, mas o ponto central é bastante óbvio para permitir muita repetição. Mesmo da perspectiva ambiental mais estreita, a cidade era de importância central. Alguém acha que os fenícios ou os gregos teriam sido capazes de colonizar o Mediterrâneo se eles não possuísem assentamentos urbanos? Leveau mostrou há muito tempo como, no Império Romano do ocidente, a localização e natureza das cidades afetavam profundamente os padrões de assentamento rural, da Argélia à Grã-Bretanha.¹¹¹ Mesmo se, por alguma razão obscura, o complexo termo 'romanização' devesse ser rejeitado pelos historiadores informados, permaneceria o fato de que a difusão do poder romano realmente significou uma medida de urbanização,¹¹² e de um tipo específico, com consequências ambientais e também de outras naturezas.

109 Há pouco sentido em afirmar que estudiosos não concordam muito sobre como 'centro urbano' e 'cidade' devem ser definidos (CS 92-6; veja Fentress e Fentress, 212) – por esse caminho se poderia argumentar que tais categorias são inúteis na história moderna também. Merecemos, em vez disso, uma análise cuidadosa do que de fato diferenciava os assentamentos antigos, levando em consideração todo aquele valioso trabalho francês sobre 'agglomérations secondaires'. Pergunta-se se Horden e Purcell gostariam de banir a cidade da história da Ásia pré-moderna também (sobre os aspectos ambientais da urbanização na região do Oceano Índico antes de 1750, ver K. Chaudhuri, *Asia before Europe* (Cambridge, 1990), 368-74).

110 As palavras de abertura do cap. 8 de *The Structures of Everyday Life*.

111 P. Leveau, 'La Ville antique et l'organisation de l'espace rurale: villa, ville, village', *Annales ESC* 38 (1983), 920-42: 924.

112 Cf. S. Keay e N. Terrenato (eds.), *Italy and the West: Comparative Issues in Romanization* (Oxford, 2001).

Foi nas cidades que os trabalhadores especializados de quase todos os tipos vieram a existir, era nas cidades que a riqueza era acumulada, era nas cidades que as decisões sobre guerra e paz eram tomadas (o mundo mediterrâneo de Horden e Purcell é muito pacífico). E para as diferenças qualitativas, foi na cidade que a maior parte do letramento era proporcionada, era principalmente na cidade que os romanos se beneficiavam de aquedutos, era na cidade que, se fossem muito pobres, procurariam trabalho casual. E por aí vai. E também há as grandes cidades, Roma, Alexandria, e uma ou duas outras. Não era sua população que importava mais, mas seu poder de consumo e o enorme número de trabalhadores, agrícolas ou de outros tipos, que acabava por mantê-las.

5. Categorias, Processos Dinâmicos, Causa e Recusa de Conclusões

The Corrupting Sea tem outros grandes pontos de interesse além da 'ruralização'. Todo leitor acadêmico tem apreciado sua erudição teórica e empírica, que abrange várias disciplinas tradicionalmente separadas. Também é renovador ler um livro sobre história antiga no qual os lugares físicos e a humanidade agem um sobre o outro. Outro grande ponto forte reside na atenção do livro às diferenças locais de topografia, meio ambiente e prática econômica. Um exemplo excelente, um modelo disso até certo ponto, é o estudo da Cirenaica,¹¹³ revelando as grandes diferenças ambientais dentro dessa microrregião (não tão micro: o platô tem uns 400 quilômetros de extensão); embora geralmente se reconheça que ela representa um ambiente *excepcionalmente* variado. A conclusão é que 'fragmentação topográfica' e 'a conectividade fornecida pelo próprio mar' são 'os dois ingredientes ambientais-chave' na história do Mediterrâneo.¹¹⁴ Isso parece ao mesmo tempo familiar e arbitrário – e quanto à esparsa incidência de recursos cruciais, minérios em particular, e quanto à capacidade de certas áreas produzirem considerável excedente de grãos?

O propósito de *The Corrupting Sea*, dizem os autores, é descobrir até onde a região mostra, durante três milênios, unidade e distinção, e em segundo lugar 'que tipos de continuidade poderiam estar envolvidos'.¹¹⁵ Essa distinção, em sua visão, consiste principalmente no risco e na resposta ao risco,¹¹⁶ uma conclusão sobre a qual já

113 CS 65-74.

114 CS 101.

115 CS 9.

116 CS 287 etc.

comentamos brevemente na Seção 3. A continuidade, eles argumentam, é fornecida por um meio ambiente que, apesar de todas as vicissitudes, nunca experimentou 'catástrofe'.¹¹⁷

Esse é um tipo estranho de conclusão. O que se considera uma catástrofe? Presumivelmente nada que seja miséria cotidiana ou eventos climáticos cotidianos será assim classificado. Parece haver bastante evidência para períodos de fome microrregional em eras da antiguidade mais bem documentadas.¹¹⁸ E se queremos catástrofes maiores, os candidatos são muito poucos – a erupção de Tera, o fim dos micênios (talvez um evento essencialmente militar), as epidemias que perturbaram o Império Romano nos séculos II e V d.C., o desmatamento. Quanto às epidemias, Duncan-Jones e outros têm reafirmado a importância demográfica da epidemia de varíola que começou sob Marco Aurélio,¹¹⁹ e há argumentos fortes para considerá-la um evento catastrófico. No caso do desmatamento, Horden e Purcell, apesar de admitir que havia periodicamente grandes derrubadas de árvore, escolheram apoiar o caso 'otimista' repetidamente afirmado por O. Rackham.¹²⁰ Mas o leitor familiarizado com, dentre outras coisas, a notável evidência da Groenlândia sobre o nível de fusão de cobre no Mediterrâneo romano, ou com o vasto consumo de madeira durante o Império Romano – não pequeno para aquecer os banhos – requer uma apresentação mais completa e equilibrada da evidência para ser convencido.¹²¹ A noção de

117 CS 338-41.

118 Garnsey, *Famine and Food Supply*.

119 R. P. Duncan-Jones, 'The Impact of the Antonine Plague', *JRA* 9 (1996), 108-36; W. Scheidel, 'Progress and Problems in Roman Demography', em W. Scheidel (ed.), *Debating Roman Demography* (Leiden, 2001) (*Mnemosyne*, Suppl. 211) 1-81: 74-5 etc. Para algumas dúvidas, que não me parecem muito substanciais, veja os artigos de J. Greenberg e C. Brunn em *JRA* 16 (2003), 413-34.

120 CS 182-6, 338 (há um tom panglossiano nessas passagens). Os autores estão preparados para admitir que havia 'menos florestas densas... no século XIX do que havia na Idade do Bronze' (p. 339), mas o que tenho em mente é uma diferença entre (digamos) o século V a.C. e o século I d.C. Para a visão de O. Rackham, que infelizmente não é possível ser totalmente discutida aqui, veja 'Ecology and Pseudo-ecology'. É interessante perceber qual papel a escassez de madeira tem em uma história comparativa recente (muito debatida) das economias do século XVIII no noroeste da Europa e na China (K. Pomeranz, *The Great Divergence: Europe, China, and the Making of the Modern World Economy* (Princeton, 2000), 219-42).

121 Groenlândia: S. Hong, J.-P. Candelone, C. C. Patterson e C. F. Boutron, 'History of Ancient Copper Smelting Pollution during Roman and Medieval Times Recorded in Greenland Ice', *Science* 272 (1996), 246-9 etc. Sobre o consumo de madeira sob o Império Romano, CS 185 adota uma estimativa de H. N. Le Houérou ('Impact of man and his Animals on Mediterranean Vegetation', em F. di Castri, D. W. Goodall e R. L. Specht (eds.), *Mediterranean-type Shrublands* (Amsterdam and Oxford, 1981), 479-521: 514) para o consumo de 50 milhões de pessoas em 1980 vivendo em países mediterrâneos em desenvolvimento – 27 milhões de toneladas por ano; mas mesmo essa estimativa é bem provável que seja muito baixa, por razões (climáticas dentre outras) que não podem entrar aqui.

que o Império Romano como um todo administrava seus recursos de madeira racionalmente não é realista.

A principal escolha analítica de Horden e Purcell é dissolver ou dispensar um número de categorias raramente questionadas. Eles afirmam que seu argumento é direcionado contra tipologias,¹²² mas o ataque vai muito além disso. Nunca é sem motivo, mas raramente, se alguma vez, ele procede (assim me parece). Cidades já consideramos. De modo ainda mais fundamental, os autores desejam ignorar períodos, e em especial qualquer divisão entre antigo e medieval. Linhas de 'conectividade' nunca foram realmente interrompidas, dizem eles. Em vez disso, eles falam de 'um grande emaranhado de reduções de intensidade'.¹²³ Atualmente, nenhum historiador duvida de que grandes mudanças de período são assuntos complexos – daí todos aqueles intermináveis debates, mais queridos pelos acadêmicos da Europa continental do que pelos anglo-saxões, sobre continuidade e descontinuidade. Mas o mundo mediterrâneo passou por vastas mudanças econômicas e sociais bem como políticas e religiosas no final da antiguidade. O que parece ser a seção-chave de *The Corrupting Sea* simplesmente não encara a evidência das grandes mudanças, muito menos as explica.¹²⁴

É talvez menos claro ainda o que *The Corrupting Sea* quer fazer da distinção entre iniciativa privada e o estado: os autores simplesmente dizem querer 'evitá-la'.¹²⁵ Isso é de se lamentar, pois por toda a região, através de muito de sua história, mas não toda, há problemas históricos não resolvidos sobre o papel do estado em todos os tipos de assuntos que Horden e Purcell consideram parte de seu objeto, como conectividade econômica e gerenciamento da água. Afirmar que o papel do Estado sempre foi trivial diante de tais fenômenos como o gerenciamento estatal dos, ou pelo menos o envolvimento do Estado

122 CS 101.

123 CS 154-5.

124 CS 263-70. Mas consulte Fentress e Fentress, resenha, *Past and Present*, 214-17: 215: 'o fato de não conseguirmos apontar um momento em que a mudança tem lugar não prova que ela nunca aconteceu... Entre o século III e o final do VII muitas terras romanas desapareceram para sempre [seguem detalhes].' Compare a visão geral da cidade do final da antiguidade e início do período medieval em G. P. Brogiolo e B. Ward-Perkins (eds.), *The Idea and Ideal of the Town between Late Antiquity and the Early Middle Ages* (Leiden, 1999), p. xv-xvi: não houve uma mera transformação, 'as mudanças que ocorreram na vida urbana geralmente parecem mais com a dissolução de uma experiência sofisticada e impressionante de como ordenar a sociedade...'

125 CS 338. Para a 'ligação sistêmica entre estado e iniciativa privada' no mundo mediterrâneo antigo, veja Shaw, resenha (n. 28), 441-2 (*publicani* romanos republicanos etc.), e cf. Van De Mierop, em *Rethinking the Mediterranean*, p. 136.

com, grandes rios (o Nilo acima de todos, mas não somente), a criação sob o Império Romano de um grande número de aquedutos verdadeiramente extraordinários¹²⁶ e uma rede igualmente extraordinária de estradas públicas, e a mais ou menos constante ansiedade dos governos em relação ao suprimento de grãos, seria distanciar-se um bocado da evidência.¹²⁷

De modo mais geral, todas as formas de poder, poder do estado ou poder individual sobre outros indivíduos, tendem a ser eliminados desse estudo. Nem império nem classe social recebem muita atenção. Quando o poder do estado é retomado,¹²⁸ é só por um momento. É condizente com isso que nossos autores pareçam ter uma visão um tanto otimista da natureza humana: eles usam tais expressões como 'modo de gerenciamento racional e responsável' e 'nichos, explorados com tenacidade e ingenuidade desde tempos imemoriáveis'. Os mais adaptados, aqueles que sobrevivem, são aqueles que 'revisam... seus portfólios com frequência', uma metáfora surpreendente.¹²⁹

A forte tendência de Horden e Purcell para rejeitar categorias parece ser parte de uma relutância geral em tirar conclusões históricas,¹³⁰ ou em dar forma à mudança histórica. Seu propósito declarado é produzir um estudo mais dinâmico,¹³¹ mas o efeito é produzir um estudo tão atomizado que as grandes mudanças envolvendo o homem e o meio ambiente que ocorreram nesse período de 3 mil anos, ou 2 mil, parece carecer de toda explicação. Os humanos continuaram sendo tenazes e engenhosos (ou não, que pode ser o caso), o que não explica nada. Ainda assim, os autores veem claramente que o estudo 'minimalista estático' do mundo econômico da antiguidade greco-romana é agora quase definitivamente indefensável.¹³²

126 É impossível resistir e não mencionar o caso extremo, o aqueduto da Apamea romana, que tinha quase 150 quilômetros de extensão: J.-C. Balty, 'Problèmes de l'eau à Apamée de Syrie', em P. Louis, F. Métral e J. Métral (eds.), *L'Homme et l'eau en Méditerranée et du Proche Orient* (Paris et Lyon, 1987), iv. 11-23: 16-21. Posteriormente, uma encantadora história árabe sobre uma bela princesa foi necessária para explicá-lo.

127 Sobre o estado e a economia romanos cf. W. V. Harris, 'Roman Governments and Commerce, 300 BC-AD 300', em C. Zaccagnini (ed.), *Mercanti i politica nel mondo antico* (Bari e Roma, 2003), 279-309.

128 CS 86, 87, por exemplo.

129 CS 221, 75, 58.

130 De acordo com CS 74, não se pode generalizar apropriadamente sobre a prosperidade ou desolamento das regiões. Ou (mais plausivelmente) não se pode generalizar sobre as economias ou sociedades das regiões montanhosas (p. 80-1). Mas, claro, pode-se fazer ambos, se se conseguir espaço necessário para as exceções e nem há muitas delas (se Braudel estava certo sobre as regiões montanhosas ou não, *MMW*, i. 25-53, não precisamos tomar uma decisão, mas Horden e Purcell simplificam a análise de Braudel).

131 CS 464.

132 CS 146-7.

6. *Mediterranismo e História Antiga: em Favor de uma Etnografia mais Ampla*

O mediterranismo foi definido anteriormente como a doutrina que apresenta as características distintivas que as culturas do Mediterrâneo têm, ou tiveram, em comum – da qual se pensa ser possível extrapolar a importância das práticas sociais e seus significados de uma sociedade mediterrânea para outra. Pode-se considerar otimista esperar muito de uma teoria tão obviamente relacionada a um desejo quase orientalista de afirmar uma superioridade cultural (*eles* têm um familismo amoral) tanto quanto a uma nostalgia turística. Mas vou tentar pesar isso na balança.

Primeiramente, devemos notar o fato de que o mediterranismo é atualmente pouco mais do que um reflexo. O Mediterrâneo parece de algum modo peculiarmente vulnerável ao mal uso. 'Uma profunda familiaridade com as imagens oníricas de seus companheiros mediterrâneos assegurou Artemidoro acerca da veracidade icônica desses deuses como sonhos' é simplesmente uma prosa frouxa.¹³³ Outro autor pega expressões da descrição de Friedl do povo de Vasilika e as transfere para 'os romanos'.¹³⁴ Mas não deveria ser especialmente difícil se proteger contra esse tipo de coisa.

As alternativas ao mediterranismo são duas atualmente. Uma é ignorar totalmente a história comparativa, e é essa opção que muitos historiadores da antiguidade escolheram para sua prática ano após ano. A outra escolha é buscar comparações mais amplas e uma etnografia menos restrita. Os autores de *The Corrupting Sea* afirmam que seu livro é 'tão comparativo quanto o antimediteranismo recomenda'. Mas ao mesmo tempo eles sustentam não apenas que a vida nessa região era, na antiguidade, particularmente uma questão de administrar o risco (um assunto discutido anteriormente), mas que 'honra e vergonha são por certo valores profundamente mantidos por toda a região'; isso, eles dizem, é garantido pelo fato de que algumas evidências vêm de 'estudiosos nativos'.¹³⁵ Se essa fosse simplesmente uma afirmação sobre a validade de certas conclusões etnográficas, ela seria colocada de lado aqui, já que a minha preocupação é a história antiga, mas a

133 P. C. Miller, *Dreams in Late Antiquity* (Princeton, 1994), 29. Artemidoro de Daldis afirmou ter ouvido um imenso número de sonhos na Grécia, Ásia, Itália 'e nas maiores e mais populosas das ilhas' (*Oneir.* I, proemium, p. 2 na edição de Pack).

134 C. Barton, *Roman Honor* (Berkeley and Los Angeles, 2001), 271.

135 Essas citações: CS 523.

implicação parece clara de que o filme pode ser rebobinado (*à la* Bloch), ou ao menos que a unidade mediterrânea em um período a torna mais plausível em outro.¹³⁶

O ponto aqui não é se o 'estudiosos nativos' estão certos quando detectam honra e vergonha como valores profundamente mantidos em certas regiões: eles são afinal estudiosos, e portanto tão vulneráveis aos *topoi* acadêmicos quanto qualquer outro. O fato é que ainda não temos motivo para pensar que honra é uma preocupação *distintivamente* mediterrânea. Dada a atitude superficial da maioria dos mediterrânicos em relação ao mundo árabe, dificilmente estamos em posição de definir a honra mediterrânea, que dirá proclamá-la diferente da honra que se pode encontrar na Irlanda, na Islândia ou na Indonésia. E ainda temos menos razão ao impor essas características hipoteticamente particulares do mundo mediterrâneo moderno ao mundo mediterrâneo antigo.

Mas vamos nos voltar para alguns problemas históricos em particular, a fim de ilustrar o argumento principal dessa seção final. Nos últimos anos tem havido um debate animado em relação às noções atenienses de vingança, e há ainda mais a se aprender, sem qualquer dúvida, tanto sobre as atitudes gregas quanto as romanas e o que pode ser subjacente a elas. No curso desse debate, comparações mediterrâneas têm levantado algumas questões interessantes – mas é a *diferença* que tem sido mais intrigante: enquanto a *vendeta* (no sentido inglês e francês, ou seja, uma longa série de assassinatos e contra-assassinatos) é uma característica de certas regiões como Sicília e Córsega (isto é, como o foram no tempo etnográfico), ela é indiscutivelmente um fenômeno raro na antiguidade greco-romana. A *Oresteia* foi uma história particularmente horrível.¹³⁷ Entretanto, o fato é que, se se deseja estudar como qualquer sociedade lida com o desejo humano aparentemente inato de infligir vingança, um assunto que se força para o interior da consciência de todas as comunidades em todos os lugares, não há a menor vantagem em se limitar ao Mediterrâneo.

136 Os autores dizem (p. 523 novamente) que sua preocupação aqui é 'principalmente a investigação histórica da unidade mediterrânea'.

137 D. Cohen, *Law, Violence and Community in Classical Athens* (Cambridge, 1995), 16-21, faz uso de evidência comparativa para iluminar o significado da trilogia sobre o tema da disputa (cf. Harris, *Restraining Rage*, 161-2). Nesse livro, Cohen na verdade se distanciou do modelo pesadamente mediterrânico que ele tinha empregado em *Law, Sexuality, and Society*. Parte do material que ele evoca é de relevância marginal, mas isso não invalida o método (que não é representado de modo preciso na resenha de G. Herman, *Gnomon* 70 (1998), 605-15: 606). O artigo de M. Van de Mierop, 'Revenge, Assyrian Style', em *Past and Present* 179 (2003), 3-23, levanta outras questões que não podem ser exploradas aqui.

Ou considere novamente a questão de quanto da população grega ou romana vivia no campo (anteriormente, p. 25), que muitos estudiosos provavelmente consideram uma questão em aberto, dentro de certos limites amplos. A evidência comparativa mediterrânea do início dos tempos modernos é instrutiva, mas não é definitiva. Uma etnografia mais ampla certamente ajudaria: precisamos saber sobre mais casos em que as populações agrícolas pré-modernas viviam na cidade, mais sobre quais ocupações além das agrícolas e de pastoreio mantinham as populações pré-modernas quase o tempo todo no campo, mais sobre quanto da criminalidade rural (ou urbana) passava do limite suportável. Quanto mais amplo o nosso ângulo de visão, melhor.

O que é necessário no estudo do mundo antigo é uma estrutura ampla de referência que aceite similaridades estruturais de qualquer lugar que seja e ao mesmo tempo respeite as grandes divisões como o aparecimento da agricultura e da industrialização. Eu não me refiro essencialmente às outras áreas do mundo antigo distantes do Mediterrâneo – norte da Europa, sul da Rússia, Mesopotâmia, Núbia –, embora dificilmente terá escapado à atenção de alguém que muitas das questões estabelecidas anteriormente na Seção 2 *não* são, na verdade, exclusivamente questões mediterrâneas em absoluto. É todo o resto do mundo que eu tenho em mente. Essa etnografia de extensão mundial – que é cheia de riscos, claro – é uma tradição antiga, que é fácil de traçar, passando por E. R. Dodds, até Frazier e Tylor e também até 'uma convicção enraizada de que a natureza humana [é] fundamentalmente uniforme'.¹³⁸ Nenhuma convicção desse tipo é necessária, entretanto. Alguns padrões limitados de causa e efeito podem às vezes ser suficientes para trazer um progresso real¹³⁹.

As visões de alguém sobre o comparativismo histórico são certamente coloridas pela suas próprias experiências acadêmicas. Narrarei apenas um caso, sem sugerir que ele deva ser tomado como típico, mas ao mesmo tempo na convicção de que é metodologicamente instrutivo. Por gerações, certo tipo de classicista gostava de insistir que a massa da população nos mundos grego e romano era capaz de ler e escrever. Não havia nada de surpreendente nisso: a evidência literária era limitada em extensão e não era

138 M. Herzfeld, *Anthropology through the Looking-Glass* (Cambridge, 1987), 71-2.

139 Eu considero que o *método* comparativo histórico serve principalmente ao propósito de validar ou invalidar modelos históricos. Mas a comparação histórica pode servir a muitos outros propósitos (cf. dentre outros W. H. Sewell, 'Marc Bloch and the Logic of Comparative History', *History and Theory* 6 (1967), 208-18: 215-16; M. Herzfeld, 'Performing Comparisons: Ethnography, Globe-trotting, and the Spaces of Social knowledge', *Journal of Anthropological Research* 57 (2001), 259-76).

extremamente clara (embora fosse clara o suficiente para que alguns estudiosos conseguissem compreender a questão corretamente).¹⁴⁰ Muitos historiadores da antiguidade eram impedidos de chegar a uma conclusão razoável em função de sua obsessão com a escrita da história a partir de cima. A evidência papirológica, um conjunto material complicado embora não especialmente misterioso, foi trazido à baila de um modo útil – por H. C. Youtie – somente a partir de 1966 em diante,¹⁴¹ o que foi em parte culpa dos historiadores da antiguidade que eram muito inclinados a considerar a evidência egípcia irrelevante para as questões principais da história grega e romana. Não havia, em suma, um modelo confiável da história do letramento no mundo greco-romano: devíamos acreditar que havia um letramento em massa ou majoritário mesmo que ninguém pudesse produzir evidência adequada para um sistema de educação popular, ou explicar as funções que todo aquele letramento pudesse ter. Enquanto isso, a história do letramento alcançou grandes avanços em outros períodos e lugares mais bem documentados (da Inglaterra até Libéria ou Brasil).¹⁴²

Essa história não deveria ser simplificada, e em certa medida não podemos acomodar um *Sonderweg* grego em relação à palavra escrita. De fato, é certo que muitas comunidades gregas ancoravam ideias sobre a habilidade de escrever que eram bem diferentes daquelas de muitas sociedades pré-modernas. O que importa aqui, entretanto, é que o modelo ótimo para a compreensão do letramento pré-moderno – um modelo que explique as condições necessárias e suficientes para o aumento do letramento (de vários tipos) em vários níveis – pode apenas ser construído a partir de materiais provenientes de partes do mundo onde um trabalho iluminador já tenha sido previamente feito. As três primeiras pesquisas mais importantes, em ordem cronológica de publicação, descreviam a Inglaterra, a França e a Nova Inglaterra. O Mediterrâneo em si não teve nada a ver com isso.¹⁴³

140 Harris, *Ancient Literacy*, 10, 94 n. 135.

141 Seus cinco artigos mais importantes foram todos republicados em *Scriptiunculae* (Amsterdam, 1973) ou *Scriptiunculae Posteriores* (Bonn, 1981).

142 Para uma bibliografia básica sobre tal trabalho até aquela época, veja Harris, *Ancient Literacy*, 367-9.

143 By permission of Oxford University Press. URL: www.oup.com OUP Material: pages 1-48- The Mediterranean and Ancient History from "Rethinking Mediterranean" by Harris W (2005). Free permission.

RESENHA

HALL, Jonathan M. *A History of the Archaic Greek World ca. 1200-479 BCE*. (Blackwell History of the Ancient World). Malden: Blackwell Publishing. 2007. 321 p. ISBN 978-0-631-22667-3

*Juliana Caldeira Monzani*¹

A obra é, antes de tudo, uma discussão de método e, embora trate do Arcaico, não se pretende uma síntese do período. A grande questão do livro é: como estudar um período para qual boa parte da documentação escrita é posterior. Apresenta-se em 12 capítulos e dois excursos, possui mapas, figuras e trechos de fontes, bem como uma linha do tempo.

No prefácio o autor deixa claro que não se trata de uma revisão da história grega, mas de uma discussão dos métodos da história para um período para o qual não é possível a narrativa. A influência vem de Purcell, para quem a história não é uma sequência de acontecimentos, e de Snodgrass, pioneiro na síntese entre história antiga e arqueologia.

No primeiro capítulo, “The Practice of History”, Hall, a partir da descrição da Guerra Lelantina, afirma que os historiadores combinam fragmentos de vários autores com dados arqueológicos e que quase nenhum registro escrito é contemporâneo, e desconstrói a narrativa da guerra. Segundo o autor é preciso lidar com as fontes com cuidado, em especial com aquelas que não são contemporâneas, e deve-se evitar a falácia positivista de equacionar os dados arqueológicos com acontecimentos históricos. Hall passa então a discutir que para Keith Jenkins o método deveria derivar não tanto da teoria mas sim da natureza das evidências. Desta feita, para o período Arcaico grego a pergunta fundamental não seria “o que aconteceu” mas sim “como sabemos o que (achamos) que aconteceu”. Uma das conclusões é que as evidências de que dispomos são insuficientes para a reconstrução de uma narrativa político-militar que pode ser escrita para períodos posteriores. A evidência do período é mais adequada para o estudo dos processos sociais, econômicos e culturais de longa duração através da combinação da literatura fragmentária e dos dados arqueológicos e epigráficos.

¹ Mestre em Ciências Arqueológicas (Arqueologia do Mediterrâneo Antigo) pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP e membro do Laboratório de Estudos do Império Romano e Mediterrâneo Antigo (LEIR-MA/USP).

No segundo capítulo, “Sources, Evidence, Dates”, há a discussão sobre as fontes. O autor afirma que apesar das fontes escritas serem privilegiadas, erra-se ao confundir fontes primárias (aquelas que são contemporâneas), fontes secundárias (escritas em períodos posteriores) e o que denomina fontes terciárias (sínteses de historiadores). Dentro desta classificação Heródoto, escrevendo 50 anos após as Guerras Médicas, deve ser considerado uma fonte secundária uma vez que ele deve ter utilizado outras fontes. Para o estudo de um período é preciso basear-se sobretudo nas fontes primárias. Para estabelecer a confiabilidade de uma fonte o autor apresenta três testes: 1. A proximidade temporal; 2. O enquadramento contextual; 3. A intenção do autor. Para o Arcaico grego a poesia lírica é a principal fonte e, com exceção de Píndaro, nenhuma obra completa sobreviveu. O que chegou até nós são fragmentos de cópias romanas e helenísticas preservadas em papiros no Egito e na citação em autores posteriores. É surpreendente que as obras mais completas sejam as mais antigas: os épicos de Homero e as obras de Hesíodo. É geralmente aceito que Homero precede Hesíodo, embora os autores antigos considerem este último como anterior. A data dos poemas não é mais considerada o século VIII a.C mas sim a metade do século VII a.C. e muitos estudiosos acreditam que a sua forma escrita date do século VI a.C. *Os Trabalhos e os dias* de Hesíodo, por sua descrição do mundo contemporâneo com propósitos morais e didáticos, é vista como a fonte mais importante dentre os documentos literários do Arcaico. Quanto à epigrafia, boa parte das inscrições não são totalmente legíveis e não tem datação absoluta. As moedas arcaicas duravam mais e têm pouca propaganda. Geralmente são datadas pelos objetos encontrados conjuntamente e fornecem informações importantes da autoimagem das cidades e sobre as redes de distribuição. Foi somente nas últimas décadas que a arqueologia passou a contribuir para o estudo do período uma vez que os problemas levantados pelo dados arqueológicos (padrões de assentamento, espaço público e privado, dieta, condições ambientais, trocas culturais e comerciais) não interessavam aos historiadores que tratavam a arqueologia como disciplina auxiliar. Para o período Arcaico a melhor datação é a fornecida pela arqueologia através das sequência estilística de objetos, sobretudo a cerâmica. Tal sistema não é tão exato quanto os historiadores gostariam pois cada fase cerâmica é de 25 anos.

No capítulo 3, “The End of the Mycenaean World and its Aftermath”, o autor sugere uma nova datação para o período Arcaico por considerar o surgimento da pólis no

século VIII a.C. como o final de um processo. Afirmando que algumas características atribuídas à chegada de novas populações (uso do ferro, cremação, novas fíbulas) podem ser atestadas no período Micênico, refuta a ideia de que os dórios destruíram os palácios micênicos, colocando sua chegada um século depois em acordo com as tradições literárias. O final da Civilização Micênica deve ser examinada dentro de um contexto maior de distúrbios no Mediterrâneo Oriental e levar em consideração que o que se chama de “destruições por volta de 1200 a.C.” trata-se na realidade de um período de 25 a 30 anos e não é tão simultâneo quanto possa parecer. Seria preciso examinar uma pluralidade de causas internas (luta de classes, seca, terremoto) e externas (invasões, desintegração da rede de contatos e comércio oriental) para se compreender melhor o final da Idade do Bronze na Grécia. A Idade Obscura deve ser estudada no sentido da compreensão das continuidades e rupturas entre a Idade do Bronze e os séculos VIII ao VI a.C.

O capítulo 4, “Communities of Place”, centra-se na pólis: sua definição, data e forma de surgimento. No período Clássico a palavra parece significar simultaneamente três coisas: centro urbano (*astu*); o território (*gê* ou *khora*); comunidade política no sentido aristotélico. Não designaria qualquer centro urbano, mas aqueles que serviam como o centro de uma comunidade política. Sendo tanto centro urbano quanto comunidade política, Hall acredita que a tradução de pólis como cidade-estado não seria tão inapropriado quanto se tem afirmado. Tais conotações, no entanto, vem dos textos dos séculos V e IV a.C. e não podemos ter certeza que os três significados tenham sua origem no período Arcaico. A evidência de edifícios públicos com funções administrativas são raros antes do século VI a.C. Dois podem ser os motivos: terem sido construídos em materiais perecíveis ou as comunidades do século VII a.C. não tinham complexidade suficiente para necessitar de edifícios específicos de administração (tais funções poderiam ser realizadas nas habitações de chefes locais como é atestado no sítio de Nichoria no século IX a.C.). Hall refuta as teorias mais correntes concluindo que a evidência de santuários, construção de templos e práticas rituais não se relaciona com o surgimento da pólis e que esta última seria um processo de longa duração iniciado na Idade Obscura. A pólis teria surgindo primeiramente nos antigos centros micênicos em *ethnos* dispersos e que ainda estaria se desenvolvendo no século VI a.C.. As mais antigas pólis eram habitadas na Idade Obscura e podem ser um legado do sistema administrativo da Idade do Bronze.

A colonização é o tema do capítulo 5, “**New Homes Across the Seas**”. A distinção comum entre migração e colonização é que a migração teria ocorrido nos séculos conturbados após o colapso dos palácios micênicos e caracterizar-se-ia por movimentos populacionais desorganizados anteriores ao surgimento das comunidades políticas; a colonização seriam expedições além mar organizadas por cidades-Estado a partir do século VIII a.C. Tal distinção não é feita pelos autores antigos. Hall se pergunta até que ponto as tradições literárias sobre a colonização são mais confiáveis que as de migração. A diferença entre entrepostos (*emporium*) e colônias (*apoikai*) também não seria válida e dá como exemplo o entreposto de Pitecusai que extraía metal e era um assentamento de tamanho considerável com evidência de cemitérios familiares. A documentação sobre a colonização é do século V a.C. e os detalhes – nomes dos fundadores, datas e até a origem dos colonizadores – variam consideravelmente. Tais relatos podem representar o interesse de justificar a ordem presente através do passado e simplificaram um processo mais complexo da mesma forma que os relatos sobre as migrações. O fato, por exemplo, dos mais antigos relatos sobre Taras serem da mesma época dos primeiros esforços para estabelecer laços com Esparta é digno de nota. A explicação mais aceita para a colonização é a necessidade de terras devido ao crescimento demográfico do século VIII a.C. e as colônias teriam sido escolhidas por seu potencial agrícola. Entretanto não há indícios de superpopulação em Corinto, por exemplo, ao contrário da ilha de Egina que não possuía terras cultiváveis suficientes e só passa a empreender colonização a partir de 520 a.C. As primeiras colônias são as mais distantes e é interessante notar que se localizam em importantes rotas comerciais. A arqueologia aponta para um processo longo e gradual: os primeiros edifícios são do século VII a.C., mas a evidência cerâmica é atestada desde o século VIII a.C. e o material arqueológico não identifica um único grupo pois a variedade é muito grande. O quadro que se obtém é mais de um movimento populacional menos organizado e oficial no qual várias pessoas de diferentes lugares e por várias razões escolhiam novos locais de habitação, não muito diferente do processo migratório pós Civilização Micênica.

A discussão sobre a natureza do poder e o aparecimento da aristocracia aparece no capítulo 6, “**The Changing Nature of Authority**”. Com base nas definições de Estado de Hobbes e Max Weber, afirmou-se que a pólis grega seria uma sociedade sem Estado. O autor acredita, no entanto, que seja uma forma primitiva de Estado. Os historiadores

preferem entender *basileu* com o sentido antropológico de *big men*. O que podemos observar é que, assim como os *big men*, os heróis homéricos derivam sua autoridade de proezas guerreiras, banquetes, exibição de riqueza e generosidade baseadas na reciprocidade, sendo mais líderes locais que membros de uma aristocracia. Nos dados arqueológicos constatou-se a evidência do que foi caracterizado como assentamentos instáveis que possuíam uma forma de governo *big men* e foram abandonados no início do Arcaico, e assentamentos estáveis que foram continuamente ocupados. O que é mais discernível nos poemas homéricos é a evidência de uma sociedade estratificada. Observa-se na poesia Arcaica o aparecimento de uma terminologia associada à elite: bonito, bom e corajoso (*kaloí, agathoi e esthoi*) que se opõe a feio e covarde (*kakoi e deloi*). As primeiras leis apresentam uma preocupação intrínseca em restringir a duração da magistratura para evitar a tirania e parecem indicar o aparecimento de funcionários temporários em substituição aos chefes carismáticos. As elites do século VII a.C. combinaram em distribuir, compartilhar e alternar entre si os cargos do poder, excluindo os demais.

O excurso I, “A Cautionary Tale: Pheidon of Argos”, Fédon de Argos é usado como exemplo para demonstrar que nem sempre é uma questão de filtrar as informações menos confiáveis para chegar ao fato histórico porque toda fonte literária a respeito de Fédon tem problemas e, às vezes, é preciso aceitar que certas narrativas não são possíveis de serem reconstruídas.

Os hoplitas são tratados no capítulo 7, “Fighting for the Fatherland”, para demonstrar que, como para os demais fatos sobre o Arcaico, as fontes são do período Clássico. A decoração em vasos coríntios parece indicar que o armamento completo do hoplita e as táticas de guerra eram conhecidos por volta de 670-50 a.C., mas os dados arqueológicos demonstram que o aparato aparece por volta do século VIII a.C. A ideia de equacionar modos de combate e estruturas políticas é do século V a.C. e gerou uma abordagem que afirma que a emergência da guerra hoplítica é acompanhada do surgimento da pólis e de uma ideologia de igualitarismo: os membros da falange teriam os mesmos armamentos. No entanto não há evidências disto nem no período Clássico. Plutarco, por exemplo, afirma que os da primeira fila eram melhor equipados e melhor treinados que os demais. Não há evidência que os guerreiros das filas subsequentes substituíssem os primeiros quando estes eram atingidos; seu papel parece ser o de empurrar a primeira fila para frente

(aquilo que em grego é denominado *ôthismos*). Na literatura a evidência é de que os da primeira fila são de origem aristocrática pois são descritos como *agathoi* e *esthoi*. Os hoplitas das outras fileiras são denominados de *laos*, termo que as elites empregavam para designar os demais. Ao contrário de ser uma expressão de igualitarismo a falange hoplita expressaria as distinções hierárquicas que caracterizavam a sociedade arcaica.

A discussão sobre a democracia encontra-se no capítulo 8, “Defining the Political Community”. Com relação ao seu surgimento há três hipóteses: 1. seria uma invenção do século V a.C.; 2. seria anterior, do início do século VII a.C.; 3. seria simultâneo à emergência da pólis no século VIII a.C. No período Arcaico a maior parte dos governos é aristocrático e um dos erros mais recorrentes com relação ao estudo do período é a argumentação teleológica. Neste caso é preciso ter em mente que a democracia não é uma forma de governo difundida em toda Grécia. O termo *dēmokratia* é do século V a.C e não é sinônimo de igualitarismo. A participação política da população tem uma longa história no mundo grego, e para o *demos* poder emergir como força política era necessário, antes de tudo, defini-lo. Em Atenas as reformas de Sólon ajudaram a definir a comunidade política: todos os que nasciam de pais atenienses. Tal definição ajudou a criar a identidade do *demos* na medida em que o diferenciou dos escravos. Em Esparta o *demos* não se diferenciava das formas de trabalho não-livres.

O excurso II, “Evaluating the Spartan Mirage”, examina as generalizações sobre Esparta (assim como se fez sobre Atenas). Muito do que sabemos é devido a François Olivier (embora Hall não cite o autor) que cunhou o termo “miragem Espartana”, referindo-se a um discurso criado no século V a.C. e endossado por Esparta e que serviu para propósitos políticos, filosóficos e ideológicos. As fontes para Esparta no Arcaico foram tão distorcidas posteriormente pelo preconceito e idealização atenienses que praticamente não têm valor histórico. No entanto, tal miragem, ainda que distorcida, apontaria para peculiaridades sobre Esparta que foram, a partir do século V a.C. em diante, capitalizadas por espartanos e não espartanos.

No capítulo 9, “The City of Theseus”, Hall trata de Atenas. Heródoto atribui a Clístenes a instituição da democracia em Atenas, ainda que, segundo Hall, o novo *demos* fosse baseado nas antigas *naukrariai*, o conselho dos 500 assumiu as funções do conselho criado por Sólon e a divisão de *phylai* por território seria anterior a Clístenes. As reformas

estabeleceram uma nova ordem necessária para enfraquecer as famílias aristocráticas que monopolizavam o poder político e teriam proporcionado ao corpo de cidadãos de Atenas um sentido de unidade. Isto seria uma continuação da política dos tiranos e não é claro como possa ser entendido como democrático no sentido moderno do termo. A instituição do ostracismo significou uma usurpação do direito da aristocracia de exilar oponentes e pode ser vista como a mais democrática das medidas atribuídas a Clístenes. A tradição atribui a Teseu a unificação da Ática, no entanto isto pode ter sido criado para justificar uma unificação anterior, não na Idade do Bronze, e sim e possivelmente na Idade Obscura. Recentemente afirma-se que a completa unificação da Ática (e não a democracia) motivou as reformas de Clístenes e que tais reformas representariam o capítulo final de um longo processo iniciado por Pisístrato que promoveu a padronização da justiça que proporcionou uma unidade entre campo e cidade, e a instituição de festivais religiosos comuns (sendo assim, a teoria dos santuários extraurbanos como delimitadores de limites territoriais parece fazer mais sentido no século VI a.C. que no VII a.C.). Atenas não apresenta um desenvolvimento atípico das demais cidades gregas até Pisístrato. No século VII a.C. apresenta a prosperidade e o desenvolvimento cerâmico de outros centros do continente mas pode ser considerada subdesenvolvida se comparada às cidades da costa da Ásia Menor. Possui a mesma situação de Esparta no século VI a.C. em relação às comunidades vistas como *perioikíai*. Seriam as ações atribuídas aos Pisisítratos citadas acima que podem ser vistas como tentativas de criar uma consciência pan-ática e atenocêntrica. Foi apenas na última década do século VI a.C. que Atenas teria feito uma escolha em relação às comunidades vizinhas (*perioikíai*) que não foi feita por Esparta. E foi tal escolha que marcaria o início da fantástica ascensão de Atenas no século V a.C.

O capítulo 10, "Making a Living", trata da economia. A Grécia se insere no debate entre primitivistas (Bücher) *versus* modernistas (Meyer). Os primeiros partem de um ponto de vista evolucionista e determinam diferenças estruturais entre as economias modernas e antigas, enquanto os modernistas alegam que há apenas uma diferença de escala produtiva. Outro debate se dá entre os formalistas que entendem a esfera econômica como separada das demais e os substantivistas liderados por Polanyi que afirmam que a economia está entrelaçada nas instituições políticas, sociais e culturais. A obra que mais influenciou o conhecimento sobre a economia grega foi *Economia Antiga* de Finley (1973) que afirmava

que o principal objetivo da economia antiga era a autossuficiência baseada na agricultura, enfatizando a diferença entre cidades consumidoras (antigas) e cidades produtoras (modernas) de Max Weber. Hall acredita que seja necessário estabelecer a diferença entre o camponês que vive de subsistência e cujo excedente serve para sustentar outras classes e o fazendeiro que visa o lucro. As pesquisas arqueológicas demonstram que no Arcaico são mais comuns as aldeias de camponeses do que as habitações isoladas de pequenos proprietários, o que torna mais fácil falar-se em sociedade camponesa do que em economia camponesa. A caracterização do Clássico de uma classe de proprietários vivendo do trabalho escravo é menos evidente para o Arcaico e a importância do comércio não pode ser subestimada.

No capítulo 11, “Imagining Greece”, o autor afirma que a identidade grega é um produto de Atenas no século V a.C. para promover a democracia. Refuta outras hipóteses afirmando a inexistência de santuários pan-helênicos nas áreas de colonização, o uso restrito do termo *barbaroi* na literatura arcaica, que *Hellas* e *Helenos* aparecem tardiamente nas fontes e primeiramente com uma conotação geográfica, e que o verbo *hellênizein* data do século V a.C. O consumo e os hábitos orientais seria uma demonstração de *status* das elites no Arcaico, e o combate aos mesmos faria parte do combate à aristocracia por parte do *demos* no final do século VI a.C.

No capítulo 12, “Writing the History of Archaic Greece”, o autor retoma as questões iniciais para lançar suas conclusões. Da mesma forma que fez com a Guerra Lelantina o autor questiona se a Segunda Guerra Sagrada pelo controle do santuário e oráculo de Delfos teria acontecido ou se seria uma invenção posterior. Para Hall é preciso ter-se sempre em mente que a transmissão da tradição no Arcaico servia para explicar e justificar o presente e não para relatar o que exatamente ocorrera no passado. Todavia isto não quer dizer que tais fatos não teriam acontecido, mas a evidência impossibilita a construção de uma narrativa e o Arcaico seria um período que possibilitaria trabalhar com processos sociais, econômicos e culturais a partir do final da Idade do Bronze e não com eventos. Neste sentido a arqueologia e a antropologia são duas contribuições importantes. Do mesmo modo que o autor amplia o início do período ele indica que o mesmo deve ser feito para o final alegando que as Guerras Médicas não marcam uma distinção tão clara entre o antes e o depois, e que alguns acontecimentos fundamentais (como as reformas de Clístenes)

aconteceram antes e outros posteriormente (embora o autor não explore ou aprofunde tal afirmação). A principal diferença entre o Arcaico e os períodos Micênico e Clássico é que estes últimos podem contar com fontes escritas contemporâneas e que, portanto, a metodologia empregada para estudar o Clássico não pode ser a mesma para o Arcaico. Outra dificuldade apontada pelo autor é isolar os desenvolvimentos do Arcaico do resto do Mediterrâneo. Por fim conclui que a história é mais uma prática do que sinônimo de passado.

O livro, segundo o próprio autor, é sobre a prática da história e especialmente sobre método. Baseia-se na ideia de que existe um passado que pode ser acessado, ainda que de forma incompleta, a partir de traços históricos e aceita que a escrita da história é uma tarefa literária que necessita de imaginação. Embora use muitas fontes primárias, a abordagem temporal do livro é muito grande e muitas teorias não são devidamente exploradas ou seus autores citados. Mas há uma contribuição substancial na incorporação da arqueologia como fonte essencial para o período ainda que não discuta as fontes arqueológicas em seus próprios termos e problemas. Além desta importante discussão metodológica uma contribuição fundamental e ao mesmo tempo intrigante da obra está no alargamento do período Arcaico que passaria a incluir a Idade Obscura. As pesquisas sobre a Id. Obscura na Grécia tiveram seu início em 1964 com a obra de V. Desborough *The Last Mycenaneans and their Successors*, mas o grande desenvolvimento se deu na década de 70 com as três sínteses arqueológicas da escola britânica e fundamentais até hoje: A. Snodgrass *The Dark Age of Greece* (1971). V. Desborough *The Greek Dark Ages* (1972) J. N. Coldstream *Geometric Greece* (1977). Após quase duas décadas sem estudos a respeito do período, novas abordagens passaram a considerar o potencial do período no sentido da continuidade: C. Thomas e C. Connat *Citadel to City –Stade. The transformation of Greece, 1200-700 B.E.C.* (1999); O. Dickinson *The Aegean from Bronze Age to Iron Age. Continuity and change between the twelfth and eighth century BC* (2006). Hall deu um passo mais ousado e, por isso mesmo, mais interessante no sentido de se repensar a respeito da denominação do período uma vez que, segundo Snodgrass, os séculos XII ao VIII a.C. seriam obscuros mais pelo nosso desconhecimento dos seus desenvolvimentos do que por uma real involução cultural, social ou econômica. Mas, como o próprio título da obra de Hall indica, trata-se de uma proposta, uma das muitas leituras possíveis.

RESENHA

WARD-PERKINS, Bryan. *The Fall of Rome and the End of Civilization*. Oxford and New York: Oxford University Press, 2005. xii + 239p. ISBN 0-19-280728-5.

Gustavo H. S. S. Sartin¹

A obra em questão trata principalmente do declínio material do Império Romano durante a Antiguidade Tardia. A abordagem de Bryan Ward-Perkins – professor da Universidade de Oxford – é, portanto, sobretudo arqueológica. Nada mais natural, visto que seu pai foi J. B. Ward-Perkins (1912 – 1981), destacado arqueólogo da Antiguidade Clássica. Surpreendente, contudo, foi o objetivo do filho, que pretendeu romper com os paradigmas atualmente predominantes – ainda que cada vez mais questionados – na historiografia sobre o fim do mundo antigo. No que concerne à história da disciplina, a propósito, *The Fall of Rome and the End of Civilization*, ao lado de *The Fall of the Roman Empire: A New History of Rome and the Barbarians*, publicado no mesmo ano por Peter Heather, podem ser apontados como marcos historiográficos nos estudos sobre o período. Ambas são obras de síntese que questionam a ênfase na continuidade entre os mundos greco-romano e medieval, em voga desde os anos 1970 e ainda predominante no Brasil.

O autor se dedica aos estudos sobre a transição entre os mundos greco-romano e medieval desde a década de 1980. Seu currículo inclui a publicação de *From Classical Antiquity to the Middle Ages: Urban Public Building in Northern and Central Italy AD 300-850*, pela editora da Universidade de Oxford em 1984, além de dois capítulos na prestigiosa coleção *Cambridge Ancient History*².

Para Bryan Ward-Perkins, a influência de Peter Brown a partir da publicação de *The World of Late Antiquity* em 1971 e a consequente ascensão do conceito de “Antiguidade Tardia” implicaram em mudanças profundas: “palavras como ‘declínio’ e crise, que sugerem problemas no fim do império e que eram bastante usuais até os anos 1970 basicamente desapareceram dos vocabulários dos historiadores, para serem

¹ Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina e mestrando em História e Espaços na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Emilia Monteiro Porto.

² Perkins contribuiu com *The Cities* (As cidades) para volume dedicado ao Império Romano tardio, publicado em 1998, e com *Specialized Production and Exchange* (Produção Especializada e Comércio) para o volume sobre a Antiguidade Tardia, publicado em 2001.

substituídos por termos neutros como ‘transição’, ‘mudança’ e ‘transformação’³. Mesmo a natureza violenta das chamadas “invasões bárbaras” – um ponto de concórdia antigo – teria sido revista, de modo que estas passaram a ser tomadas como assentamentos em grande medida pacíficos.

Segundo o autor, haveria um elemento ideológico operando por trás de tal mudança, uma vez que enquanto a Alemanha era vista como ameaça por ingleses, franceses e estadunidenses, os germânicos eram apresentados como “vilões”. Recentemente, todavia, os rancores de outros tempos teriam se reduzido e, enquanto a União Europeia busca forjar um espírito de cooperação entre nações ocidentais, teria sido estimulada a produção de obras que apresentassem a transição do mundo antigo para o medieval como pacífica. Esse teria sido o contexto da produção de livros como *Kingdoms of the Empire: The Integration of Barbarians in Late Antiquity*, publicado em 1997 por W. Pohl, cujo título evidencia o paradigma da continuidade (pp. 172-179).

Para tratar do fim do mundo greco-romano, Ward-Perkins teve que justificar seu emprego do termo “civilização”, que foi em grande medida abandonado pelos historiadores nas últimas décadas em virtude das implicações supostamente elitistas de seu emprego. Para ele, contudo, o termo simplesmente significa “sociedade complexa e aquilo por ela produzido” (p. 167). Nesse sentido estrito, que exclui qualquer julgamento moral, seria possível falar em “fim” ou “decadência” da civilização greco-romana. Avaliando a substituição do termo “civilização” por “cultura”, ocorrida nas últimas décadas, o autor asseverou:

Não tenho qualquer objeção quanto ao aspecto principal desta mudança e certamente me apraz ver o fim de “civilização” como um símbolo de superioridade moral. Não obstante, abandonar de vez o conceito de “civilização” cria o risco de se impor uma visão muito achatada (*flat*) das culturas mundiais. Para o bem ou para o mal – e frequentemente para o mal – algumas culturas foram muito mais sofisticadas do que outras. Sociedades com grandes cidades, complexas redes de distribuição e produção, além de uso difundido da escrita, são claramente diferentes de sociedades rurais, com produção essencialmente familiar e cultura oral. A transição dos tempos romanos aos pós-romanos foi um dramático movimento da sofisticação para uma muito maior simplicidade⁴.

³ Words like ‘decline’ and ‘crisis’, which suggest problems at the end of the empire and which were quite usual into the 1970s, have largely disappeared from historians’ vocabularies, to be replaced by neutral terms, like ‘transition’, ‘change’, and ‘transformation’. p. 4.

⁴ I have no objection to the main thrust of this change, and I am certainly delighted to see the demise of ‘civilization’ as a badge of moral superiority. But abandoning altogether the concept of ‘a civilization’ risks imposing too flat a view on the world’s cultures. For better or worse (and often it is for the worse), some cultures are much more sophisticated than others. Societies with large cities, complex production- and distribution-networks, and the widespread use of writing, are markedly different from societies of

Perkins defende, assim, que os territórios que compunham o Império Romano do Ocidente após o início do século V teriam sido justamente marcados pela simplificação social e econômica, além da redução populacional.

A quantidade de evidências do declínio da civilização greco-romana a partir do século V apresentadas na obra é grande demais para ser abordada de forma minuciosa aqui. Cabem, não obstante, ao menos dois exemplos significativos. O primeiro deles está relacionado à agricultura. Para o autor, o mundo pós-romano foi caracterizado pelo cultivo de subsistência, que teria substituído um complexo sistema de comércio de alimentos, produzidos de forma especializada pelas diferentes regiões. A redução da atividade comercial, em virtude do clima geral de insegurança, teria significado o fim da especialização regional e tido como resultado o decréscimo dos níveis gerais de produtividade (pp. 144-145). Teria se seguido, então, um quadro de escassez de alimentos, de redução populacional e de abandono de vários sítios antes ocupados.

Embora reconheça que não seja possível a obtenção de estatísticas referentes aos níveis de alfabetização nos tempos imperiais, o autor argumenta que a grande quantidade tanto de *grafitti* quanto de instâncias de uso da escrita para registros efêmeros (como, por exemplo, listas de bens) serviriam para atestar que o conhecimento da escrita era bastante disseminado. Dos séculos VI e VII, todavia, com exceção talvez do reino visigodo, teriam restado sobretudo registros formais feitos para durar (como documentos e leis). Nesse contexto, apenas as cartas trocadas pelos que ocupavam as posições mais elevadas na pirâmide social revelariam um uso da escrita para registros efêmeros. Essa diferença sugeriria, segundo o autor, uma queda na difusão do uso da escrita (pp. 158-167).

Não há dúvida de que *The Fall of Rome and the End of Civilization* tenha chegado em um momento auspicioso. Desde Peter Brown e Henri-Iréneé Marrou (autor de *Décadence romaine ou antiquité tardive?*) a historiografia sobre os séculos que cobrem o colapso do Império Romano do Ocidente e a criação dos reinos “bárbaros” que o sucederam vem sendo dominada por abordagens culturalistas que frequentemente ignoram as transformações nas estruturas sociais, econômicas e mesmo políticas ocorridas durante o período em questão. Bryan Ward-Perkins a isso respondeu com verve e eloquência. Ganha a disciplina.

villages, with essentially household production and an oral culture. The transition from Roman to post-Roman times was a dramatic move away from sophistication towards much greater simplicity, pp. 178-179.

RESENHA

WICKHAM, Chris. *Framing the Early Middle Ages. Europe and the Mediterranean, 400-800*. Oxford: Oxford University Press, 2006. 1024 p., 13 maps, ISBN 978-0-19-921296-5

*Uiran Gebara da Silva*¹

Esse livro gigantesco tem a mais coerente, verossímil e empiricamente sustentada proposta de quais estruturas sociais se desenvolveram e se reproduziram no Mediterrâneo e na Europa no período da Antiguidade Tardia ou Alta Idade Média (usarei “Antiguidade Tardia” nessa resenha por meu olhar ser mais formado pelos estudos de Antiguidade e Mediterrâneo do que pelos de Idade Média e Europa). Isso não é pouca coisa, porque, por mais incrível que pareça, historiadores desse recorte cronológico – que aos poucos postula o estatuto institucional de período ou *forma* da História, a Antiguidade Tardia – têm fugido sistematicamente de lidar com essa questão.

Algumas das ideias de Chris Wickham foram apresentadas antes, algumas delas foram ensaiadas em um artigo de 1984, “The Other Transition: from the Ancient World to Feudalism”.² No entanto, esse artigo ao ser lido hoje parece fazer parte de um contexto intelectual anterior. O mesmo não acontece com o livro aqui resenhado.

Porém, quando li o artigo, me pareceu que o que incomodava Chris Wickham em 1984 era a mesma coisa que me incomodava em 2005: pouquíssimos historiadores conseguiram lidar com essas questões de forma integradora, isto é, de forma a avaliar o quanto as pesquisas mais específicas e localizadas que vêm sendo feitas desde os anos 1970 mudaram o panorama do que se sabia sobre as relações de produção do conjunto de sociedades no Mediterrâneo e na Europa da Antiguidade Tardia. É claro que uma resposta simples a tal angústia é que ela é um problema exclusivo de historiadores econômicos e que tal perspectiva integradora só importa a cientistas sociais orientados pela perspectiva do materialismo histórico, ou marxismo. Uma resposta justa e injusta ao mesmo tempo; justa, pois de fato tal preocupação tende a ser ou do especialista, ou dos marxistas; injusta, pois o que é apresentado no livro de Wickham pode talvez nos

¹ Doutorando do Programa de História Social da Universidade de São Paulo. Membro do Laboratório de Estudos do Império Romano – Mediterrâneo Antigo. Bolsista Fapesp.

² Wickham, Chris. The Other Transition: from the Ancient World to Feudalism. In: *Past and Present*, 1984, vol. 103, n. 1, p. 3-36.

permitir transcender os recorrentes debates sobre continuidade, ruptura, etc. no recorte 300-800.

O livro se divide em 4 partes, cada uma sendo composta de 3 ou 4 capítulos e, por fim, uma conclusão. Na primeira parte, “States”, o autor faz uma síntese da narrativa política de cada uma das regiões que ele estabeleceu como unidades de análise comparativa, apresentando também alguns debates mais gerais no interior das respectivas historiografias: Norte da África (Tunísia, Marrocos e Líbia), Egito, Palestina e Síria, Bizâncio e Egeu, Itália, Península Ibérica, Gália (diferenciando o sul do norte), Inglaterra e Gales, Irlanda e, por fim, Dinamarca. Essa seção é muito importante por demonstrar o processo de construção das unidades da pesquisa comparada apresentada teoricamente na Introdução do livro e por justificar, a partir de cada uma das tradições historiográficas, a circunscrição temporal e espacial dos recortes. Depois, no segundo capítulo, o autor tenta delinear uma história comparada das formas do Estado nas diferentes regiões, que tem o processo de arrecadação de recursos como um dos seus polos centrais (principalmente o baseado na cobrança sistemática de impostos, que, embora exija muito esforço organizacional por parte das classes dominantes, tende a criar uma estável e grande acumulação autônoma de riquezas). Ao fim dessa parte, Wickham apresenta uma comparação de diferentes estruturas estatais enumeradas em grau decrescente de poder: algumas fortes como Império Romano, Califado Árabe, Bizâncio; outras mais fracas, como o Reino Franco, o Reino Vândalo, Reino Visigodo, o Reino Ostrogodo na Itália; e outras protoestatais, como no caso dos reinos anglo-saxões, Gales, Irlanda, Dinamarca, e dos reinos berberes da Mauritânia pós-romana. A base para essa classificação é a relação entre estruturas estatais e sua capacidade de estimular o comércio inter-regional, isto é, para Wickham, o debate arqueológico sobre o comércio nessas regiões – analisado meticulosamente no último capítulo do livro – deve ser observado da perspectiva da demanda tanto estatal quanto privada, e que é principalmente a ausência de uma demanda estatal como a do Império Romano, um estado inter-regional, que explica a diminuição do comércio em larga escala (que ele diferencia do comércio de luxo) após os séculos IV e V.

Na segunda parte, “Aristocratic power-structures”, o autor faz uma comparação do que ele chama de aristocracias, isto é, o que ele considera as classes dominantes das sociedades analisadas. O que Wickham apresenta nos três capítulos que compõem essa parte é o processo de enfraquecimento do poder aristocrático em quase todas as regiões, incluindo as que mantiveram uma estrutura estatal forte. E com o enfraquecimento

dessas aristocracias, que acompanha o enfraquecimento das estruturas de taxaço e da capacidade de acumulacão de riquezas dessas aristocracias, ocorre o enfraquecimento de sua demanda por comércio em larga escala e conseqüentemente do comércio inter-regional, claramente demonstrado arqueologicamente. A grande e significativa exceção é a aristocracia Franca, um caso especial de aristocracia bem-sucedida que manteve certa intensidade de exploracão do campesinato, mas mesmo assim, não conseguiu manter um estado comparativamente forte. Isso é discutido tanto do ponto de vista do conjunto de critérios de análise que permitem definir comparativamente a aristocracia (poder militar, capacidade de apropriacão de riquezas produzidas por trabalho alheio, distincão social, etc.), que resulta em uma avaliacaão polêmica das aristocracias e das sociedades da Europa do norte (Inglaterra, Irlanda, Gales e Dinamarca como sendo mais tribais do que estatais), quanto do ponto de vista dos diferentes modos de produçã nessas regiões, cuja relacão os últimos 40 anos de estudos têm demonstrado ser muito mais de coexistência do que de seqüência de estruturas homogêneas. Especialmente a respeito desse ponto, Wickham realiza uma discussão cuidadosa que tenta entender a historicidade dessas relações de produçã, em suas múltiplas influências recíprocas, e evita o cenário de uma vida agrária homogênea na longa duracão do mundo greco-romano que se encontra, ocasionalmente, em Finley ou Whittaker, por exemplo. No centro dessa discussão está o tipo e o grau de controle sobre os trabalhadores rurais do qual as aristocracias seriam capazes, fruto de uma reconceptualizacão de Wickham das noções marxistas de modos de produçã e solidamente embasada na análise empírica. O uso (infeliz pela sua especificidade política, legal e cultural) do termo feudalismo não deve impedir o leitor de reconhecer a relacão social genérica que Wickham busca substanciar: a do controle direto da terra e do trabalhador, só abaixo da escravidão agrária, e do assalariamento em termos de controle dos meios de produçã, uma relacão bem diferente da de arrendamento ou de simples cobrança de impostos.

Na terceira parte, “*Peasantries*”, são exatamente essas categorias distintas de controle das relações de trabalho que permitem uma organizacão do material arqueológico e textual disponível para a Antigüidade Tardia, de forma a apresentar um desenho do que aconteceu no mundo rural do Mediterrâneo e da Europa desse período. Segundo Wickham, a partir do século V ou VI, mais e mais zonas de *relativa* autonomia camponesa aparecem nessas regiões, até o século VIII, como contraparte do enfraquecimento dos estados e aristocracias locais e com o desaparecimento de um estado inter-regional. Chris Wickham propõe que tais zonas com baixa (às vezes nula)

incidência de taxaço e com baixa (idem) capacidade de exploraço aristocrática poderiam configurar um modo de produço camponês, caracterizado pelo pleno controle da terra e do trabalho pelo camponês rural e pelo processo de formaço de comunidades políticas a partir de vilas ou mesmo de assentamentos rurais dispersos, mas que desenvolveram instituições integradoras, como assembleias. Essa talvez seja a proposta mais instigante do livro todo.

Na última parte, “*Networks*”, Wickham primeiro faz uma revisão meticulosa dos debates sobre “o fim da cidade antiga”, cujo maior mérito é usar o reconhecimento da variação dos termos do debate, tanto entre diferentes tradiço historiográficas nacionais na Europa, quanto entre medievalistas e antiquistas, para usar o máximo possível da documentação material e textual como suporte para a descrição de um cenário urbano e arquitetônico cuja principal característica é a da variedade regional. E baseado no reconhecimento dessa variedade e das múltiplas linhas de desenvolvimento dos assentamentos concentrados, Wickham defende que seria melhor justificar a mudança no uso da pedra e do mármore para a madeira, contra a visão de decadência do urbanismo, como um processo de diferenciaço cultural e de gosto nas elites, não mais pautadas pelos critérios romanos. Por fim, Wickham faz, no capítulo final, mas por ele chamado de “*core of the book*”, uma síntese comparativa da literatura científica sobre a cultura material geralmente associada ao comércio em larga escala (principalmente a cerâmica, que implica vinho e azeite, mas também são tratados a numismática, uso de metais e objetos feitos de outros materiais) de cada uma das regiões. Esse capítulo final pode, de fato, ser considerado o núcleo duro do livro, uma vez que ele é em boa parte a base de sustentação empírica de algumas das observações de Wickham que aparecem em outros capítulos, como, por exemplo, as sobre o comércio em larga escala (que Wickham cuidadosamente diferencia do comércio de luxo, pouco representativo dessas dimensões) e sua relação com a demanda aristocrática e estatal. Em concordância com suas afirmaço sobre cidades, aqui, Wickham defende que as conclusões sobre o processo de regionalizaço ou localizaço do comércio e de simplificaço (ou mesmo desaparecimento de sistemas de especializaço em algumas regiões) da produço artesanal que o material arqueológico permite delinear não devem ser entendidas em termos de estágios de desenvolvimento geral das sociedades, mas como aspectos daquela mudança no equilíbrio de forças entre aristocracias e camponeses. Isto é, com a menor capacidade de exploraço dos camponeses pelas aristocracias, menor se torna sua

capacidade de concentração de riquezas e de demanda de produtos artesanais em larga escala.

Em 1984, Chris Wickham propôs que se pensasse as relações de produção no Império Romano de forma composta, mesmo que se reconhecesse uma dominante, fosse a escravidão, fosse o que ele chamou de modo tributário, fosse o feudalismo. Os resultados aos quais chegou em *Framing the Early Middle Ages* são similares, mas, em verdade, radicalmente diferentes. Pois enquanto antes Wickham via um longo processo de transição paulatina, de uma situação dual do modo tributário e escravista para o modo feudal, agora o autor apresenta uma descrição que tenta lidar com as trajetórias variadas das diferentes sociedades, valorizando ao mesmo tempo o núcleo conflitivo das relações de classe e o Estado como um dos palcos de realização desse conflito, mas não o único. Em resumo, primeiro Wickham abandona o conceito de modo tributário, ao mesmo tempo em que afirma que diferentes formações sociais históricas, com diferentes organizações políticas, podem compartilhar os mesmos modos de produção; segundo, demonstra a impossibilidade de sustentar empiricamente no mundo rural da Antiguidade Tardia o predomínio tanto das relações de controle direto do campesinato pelas aristocracias, como no Feudalismo francês, quanto o tipo de expropriação via cobrança de impostos, como a do Império Romano; terceiro, refuta que o feudalismo europeu seja um desenvolvimento do mundo da Antiguidade Tardia (p.ex., do colonato): para o autor, ele é resultado do mundo carolíngio; quarto, Wickham torna substancial a compreensão das sociedades camponesas, mais ou menos livres, que só sugerira no artigo de 1984, finalmente preenchendo de maneira convincente uma lacuna da investigação sobre a Antiguidade Tardia.

Isso só é possível porque Wickham delinea um processo de diversificação dos processos (e das narrativas) sociais no Mediterrâneo e Europa de 300-800. Em lugar de afirmar uma linha direta de desenvolvimento entre o Império Romano e a Europa (o que se fazia antes), ou de unicamente desconectar a história *no* Mediterrâneo romano da História *da* Europa medieval (a tentação dos pós-modernos), Wickham olha para o fim do Estado inter-regional romano como um *big-bang*, um processo catalisador das várias linhas de desenvolvimento histórico que aparecem nas regiões das quais trata em seu livro.

RESENHA

Andrew Wallace-Hadrill. *Rome's Cultural Revolution*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2008. Pp. xxi, 502; 16 p. of plates. ISBN 978-0-521-89684-9; 978-0-521-72160-8

Fábio Augusto Morales¹

O que é “ser romano” entre a República e o Principado? A resposta poderia partir dos clichês historiográficos (ser romano é usar toga, falar latim, ser cidadão de Roma) ou mesmo da própria negação da questão (as “identidades” são um problema para os nossos dias, sem paralelo na antiguidade). No entanto, expressão da hegemonia dos estudos culturais na historiografia, o livro de Wallace-Hadrill leva a questão aos seus limites. Dois movimentos são claros: primeiro, ser romano não exclui outras identidades, e é preciso analisar o modo como essas identidades se produzem e se articulam; segundo, não se trata de apenas de analisar a identidade romana e suas crises, mas também de analisar como os indivíduos e grupos sociais concebem estas transformações. E isso muda tudo.

Professor da University of Reading, Andrew Wallace-Hadrill foi diretor da Escola Britânica de Roma por 14 anos (1995-2009), construindo uma obra que abordou temas ligados tanto à cultura material quanto imaterial. Em *Rome's Cultural Revolution*, o leque de fontes abordadas é realmente impressionante: oratória, filosofia, historiografia, antiquarianismo, epigrafia, numismática, iconografia, arquitetura, estatuária, mobiliário, moda... Tal erudição, contudo, não impediu debate com algumas das principais correntes teóricas que atravessaram a academia nas últimas décadas, das quais se destacam os chamados *Cultural studies* e os *Post-colonial studies*. Fortemente influenciadas pelas obras de Foucault, Derrida e Said, propunham a desconstrução das identidades como meio de denunciar sua arbitrariedade e, conseqüentemente, as relações de poder implícitas. Se desde a década de 70 tais correntes foram incorporadas na crítica literária e na filosofia, somente nos anos 90 a historiografia passou a abordar o tema das identidades e representações. No livro de Wallace-Hadrill, tal problemática, unida à erudição, permitiu a desestabilização de algumas interpretações consagradas.

¹ Professor de História Antiga/PUC-Campinas e Doutorando/FFLCH-USP

Por exemplo, o antiquarianismo. Os antiquários romanos do século I a. C. eram vistos pela historiografia como estudiosos que buscavam as tradições romanas em um tempo de mutação e, conseqüentemente, decadência; e neste sentido, a obra remanescente dos antiquários era uma fonte fundamental para o estudo das mais antigas tradições romanas – antiquários eram quase “colegas”. Wallace-Hadrill, a partir fundamentalmente da leitura foucaultiana da relação saber-poder, inverte a imagem dos antiquários: ao denunciar a decadência do presente e buscar as tradições antigas *a partir de uma estrutura cognitiva de origem grega*, eles revolucionam as tradições, usurpando o direito tradicional da aristocracia romana na definição e reprodução das tradições. Os antiquários não são colegas antigos dos historiadores modernos: são revolucionários no campo do conhecimento.

Tal inversão, vale reiterar, está fundada tanto na erudição e conhecimento profundo das fontes *quanto* no diálogo e apropriação de discussões de autores como Michel Foucault e Veblen, Edward Said e Saussure, e muitos outros. A riqueza do livro de Wallace-Hadrill reside justamente nesse duplo diálogo, com as fontes e com a teoria. Retomemos, em linhas gerais, o movimento do livro.

A primeira parte, “Culture and identities”, apresenta os pressupostos teóricos e seus primeiros exemplos. Em “Culture, identity and power”, o autor critica a visão da identidade romano como algo imutável, sólido, e mesmo excludente: ser romano muda com o tempo, e não impede outras identidades. Um paralelo trazido pelo autor é o da linguagem da segunda geração de imigrantes: se os pais falavam a língua natal e, com muita dificuldade, a língua do novo local, os filhos desenvolver a habilidade de falar as duas línguas, mantendo uma identidade múltipla, sem necessariamente a criação de uma terceira, fruto de uma fusão; e, além disso, argumenta-se que a história e a arqueologia podem abordar estes temas. Em “Dress, language and Power” são apresentados dois exemplos desta abordagem: a relação toga romana/himation grego, a partir da documentação retórica e escultórica, na qual o autor afirma que as roupas tipicamente romanas só aparecem sob Augusto, e que, dependendo da situação, um típico romano pode (e às vezes deve) usar roupas gregas; e a sistematização da língua latina, que foi feita a partir dos debates específicos da erudição gramatical grega.

A segunda parte, “Building Identities”, analisa a gestação da identidade romana e de identidades alternativas dentro do contexto da Itália “romanizada”. Em “Roman Italy: between Roman, Greek, and local”, o autor analisa o processo de romanização da Itália, apontando não apenas para os processos de auto-romanização, quanto para a produção

de identidades alternativas, a partir do jogo entre as identidades locais, a identidade grega e a romana: as populações italianas não abandonaram suas culturas para adotar a identidade romana, mas, pelo contrário, criaram amalgamas em que as diferentes identidades poderiam emergir em diferentes momentos, a “Guerra Social” sendo um momento decisivo. Em “Vitruvius: building Roman identity”, o autor analisa na obra de Vitruvius as diferenciações entre uma arquitetura tipicamente grega e outra latina, mostrando as tensões desta construção intelectual tanto em sua concepção (enquadrar a prática romana na teoria grega) quanto em suas omissões (os anfiteatros latinos, por exemplo); a continuação do capítulo aborda elementos arquiteturais de diversas regiões da Itália (particularmente Pompéia), numa espécie de continuação da obra vitruviana pelo avesso.

A terceira parte, “Knowledge and Power”, inicia a discussão sobre os processos revolucionários presentes nas transformações culturais do século I a.C., a saber, a ascensão do conhecimento antiquário e a reorganização da administração urbana por Augusto. Em “Knowing the Ancestors”, como já foi dito, os antiquários são vistos como usurpados do poder das elites tradicionais; entretanto, mais do que isso, os antiquários indicam a ascensão de uma nova elite, italiana, que não pode projetar suas raízes nos primórdios de Roma, mas pode, a partir da ciência grega, desautorizar os membros de famílias romanas apontando seus erros de história, genealogia e mensuração do tempo. Em “Knowing the city”, o objeto é o modo como se conhece e, conseqüentemente, como se controla a cidade: se a estrutura cognitiva dos *septimontes* se associava ao poder da aristocracia tradicional sobre espaço, a reorganização feita já sobre o Principado da administração urbana em *regiones* articuladas aos *vici* aponta para uma maior racionalização do poder estatal sobre o espaço, testemunhado no mapa severiano da cidade, o qual, segundo o autor, pressupunha mapas mais detalhados que não sobreviveram. Dois novos poderes, portanto, se impõem: o conhecimento grego e o Estado imperial, inseparáveis, tendo em vista a constituição da corte imperial.

A quarta parte, “The consumer revolution”, articula um grande número de estudos de caso sobre o luxo em Roma, tanto em seus aspectos teóricos quanto na variedade da documentação. Em “Luxury and the consumer revolution”, a partir de uma longa discussão sobre a ruptura na análise do luxo (e da vida econômica como um todo) operada pela Revolução Industrial no século XVIII, o autor aborda o problema da análise do luxo utilizando a tese primitivista da indissociação da esfera econômica do quadro das relações sociais, o que explica como o problema do luxo em Roma era

discutido mais em termos morais do que propriamente econômicos. Em “Waves of Fashion”, o autor analisa a imensa variedade de artigos de luxo, produzidos ou não na Itália, que atravessaram as rotas comerciais mediterrânicas em diversas direções, dos elementos decorativos egípcios às lamparinas de bronze gregas, elaborando uma cronologia em três etapas: República Tardia, como intenso incremento de artigos gregos, reino de Augusto, com a criação e expansão da produção italiana de cópias de artigos orientais, e Alto Império, com o aumento da exportação de artigos de luxo a partir da Itália. Mais do que helenização, a circulação dos artigos de luxo (e de sub-luxo, consumido por uma sub-elite) promove uma lógica própria na integração entre produtos de diversas regiões do Mediterrâneo.

O último capítulo, “Epilogue: a Cultural Revolution”, procura fazer menos uma síntese do que uma interpretação geral dos diversos aspectos da “revolução cultural” abordados no livro. A tese central, mais claramente enunciada na terceira parte, é a de que “revolução cultural de Roma” é uma manifestação de uma dupla revolução: social, pela ascensão econômica e social das elites italianas em função da expansão imperial, e política, a criação de uma autocracia pelas reformas de Augusto. Esta dupla revolução, relembra o autor, está no centro da proposta de Syme em *Roman Revolution*, interpretado por Wallace-Hadrill como pioneiro nos estudos pós-coloniais (Syme era neozelandês e analisou a ascensão das elites locais italianas sobre a aristocracia tradicional romana). Argumento decisivo nesta discussão são as reformas de Augusto no censo romano, ampliando tanto o Senado como o corpo cívico como um todo. O livro conclui discutindo a necessidade de a análise ultrapassar uma visão restrita às elites, levando em conta o conjunto dos cidadãos.

Mas poderíamos nos perguntar: a análise de Wallace-Hadrill conseguiu superar tal restrição às elites? A resposta parece ser negativa. Os grupos sociais “que não são elites” aparecem no texto muito marginalmente, ora como imitadores dos produtos de luxo da elite (a sub-elite e seu sub-luxo!), ora como dados numéricos, caso dos escravos e o peso econômico de seu influxo na Itália, e dos cidadãos mencionados na discussão sobre o censo augustano; ou mesmo os libertos, em busca de reconhecimento social posto que já se tornaram membros da elite, ao menos do ponto de vista econômico. *Rome’s Cultural Revolution* é um livro sobre a revolução cultural das elites, e, ainda que procure sair dessa limitação, na minha visão, não consegue.

Esta limitação não sucede, como se poderia argumentar, da natureza das fontes — produzidas pela elite. Parecem-me muito mais decisivos os pressupostos teóricos do

livro, particularmente em sua filiação aos estudos culturais. O livro busca fazer uma história das identidades e encontra lutas identitárias e revoluções culturais. Não que seja pouco, pelo contrário: boa parte do esforço do livro está em demonstrar a existência de tais lutas e revoluções, por meio de inversões radicais na leitura das fontes, como já foi mencionado. No entanto, deixa de lado completamente a questão das classes e da luta de classes, preferindo a análise centrada na categoria de “estamentos” mais do que na de “classes” (ouvem-se os ecos do debate Finley/Ste. Croix). Na abordagem adotada pelo livro, a adoção da estrutura de conhecimento grega para análise da gramática, da arquitetura e da genealogia é explicada pela ascensão social e política de elites italianas “heleno-romanizadas”: é uma nova elite, buscando e conseguindo reconhecimento. Mas e a plebe, os escravos, os camponeses: os trabalhadores? Apagados dentro das relações de patronato? O livro não discute a questão. A revolução cultural das elites locais se volta contra, unicamente, a elite tradicional romana: aos dominados, fica a sobra. Talvez seja o tempo, após a dominação acadêmica dos estudos culturais e após os anos dourados da globalização, de se pensar tais movimentos culturais para além da corte e do Senado...